

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LÉIA SOARES DA SILVA

**UMA VOZ CHAMADA “NÓS”: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e
Ensino Médio**

PIAUÍ/ 2014

LÉIA SOARES DA SILVA

UMA VOZ CHAMADA “NÓS”: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Ensino Médio

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Ensino, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria da Glória Carvalho Moura.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S586v Silva, Léia Soares da.
Uma voz chamada “nós” : Educação de Jovens e Adultos,
Educação Profissional e Ensino Médio / Léia Soares da Silva. --
Teresina, 2014.
125 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Piauí, 2014.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Carvalho Moura.

1. Educação Profissional. 2. Ensino Médio. 3. Educação de
Jovens e Adultos. I. Título.

CDD 374.013

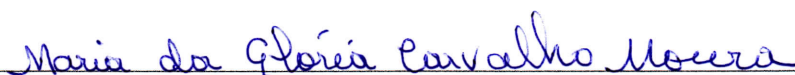
LÉIA SOARES DA SILVA

UMA VOZ CHAMADA “NÓS”: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Ensino Médio

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

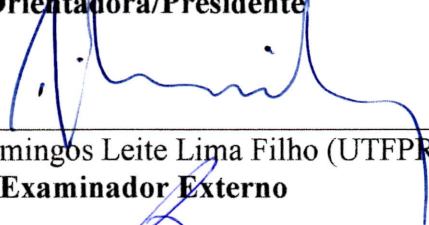
Aprovada em: 15 / 08 / 2014.

BANCA EXAMINADORA



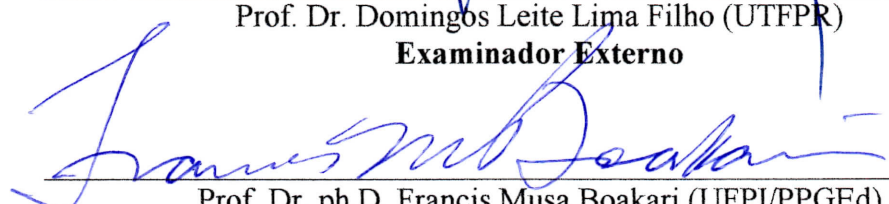
Profa. Dra. Maria da Glória Carvalho Moura (UFPI/PPGED)

Orientadora/Presidente



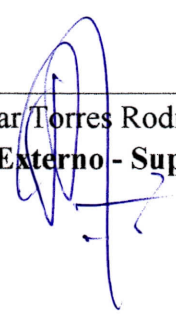
Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho (UTFPR)

Examinador Externo



Prof. Dr. ph.D. Francis Musa Boakari (UFPI/PPGED)

Examinador Interno



Prof. Dr. José Ribamar Torres Rodrigues (FSA)

Examinador Externo - Suplente

PIAUI/ 2014

*Ao Deus de amor e bondade,
fonte de toda sabedoria;
A todas as pessoas de boa
vontade que acreditam, sem
demagogia, que a educação
escolar seja, entre os tantos
caminhos, meio para
concretude dos homens e
mulheres, e uma das principais
vias de transformação social.
(Léia Soares)*

AGRADECIMENTOS

Combati o bom combate, [...] guardei a fé (2Carta a Timóteo 2,4).

Inicio meus agradecimentos, com uma breve reflexão da epígrafe acima, retirada da Bíblia. Como disse o apóstolo Paulo, considero o tempo de estudos no Mestrado como um combate, não no sentido literal de batalha, mas no sentido de luta pessoal, a fim de manter-me firme na fé, persistente no testemunho cristão e perseverante na missão que realizo, desde a minha tenra adolescência, na Paróquia Cristo Libertador (Arquidiocese de Teresina/PI). Por esta razão, agradeço em primeiro lugar a Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo!

A minha querida orientador, Professora Doutora Maria da Glória Carvalho Moura, pela paciência e confiança. Por seu exemplo de profissional e pessoa comprometida com a educação, principalmente ao público jovem e adulto. A você meu reconhecimento, respeito e admiração. Obrigada, por me ensinar o verdadeiro caminho e sentido de ser pesquisadora!

A meu pai, Wilson Soares da Silva, e minha mãe, Antonia Pereira da Silva, responsáveis por esta conquista pessoal e acadêmica; sem o incentivo de vocês, eu não teria chegado até aqui! Que Deus os abençoe sempre!

A minha irmã Luciana Soares da Silva, pelo apoio e exemplo de estudante. Que em muitos momentos compreendeu as minhas aflições, inseguranças, e com palavras sábias me ajudou a persistir nessa caminhada! Obrigada por tudo!

Aos irmãos e irmãs de caminhada pastoral, que generosamente souberam entender essa fase da minha vida: Lindiston, Gilberto, Flavinha, Fabrício, Maura, Jairon, Pe. Paulo Fernandes e tantos outros irmãos na fé que colaboram comigo na missão pastoral!

Aos colegas da 20ª turma do mestrado: Maria Dolores, Keila, Claudilene, Socorrinha, Regina, Suênia, Silvânia, Romário e tantos outros! Especialmente a minha amiga de orientação, Joselina, que sempre dividiu comigo as dificuldades, mas também as alegrias! À amiga, Cláudia, como foi bom compartilhar os conhecimentos com você! Aprendi muito com todos vocês!

Aos professores do PPGEd; especialmente ao professor Francis Musa Boakari pela valorosa contribuições na qualificação de minha dissertação e na minha banca de defesa.

À professora e coordenadora do Curso de Pedagogia, Norma Patrícia Lopes Soares, pela riqueza de suas contribuições na minha qualificação.

Aos funcionários da UFPI: dona Rosa e dona Mazé, Maurício, Gerceí, Cláudia, Suely, Francisca da biblioteca setorial, Genoveva, seu Domingos e tantos outros... Como é importante deixar marcas positivas por onde andamos! Vocês são exemplos disso!

Ao Observatório de Educação (OBEDUC/UFPI), na pessoa da coordenadora: Professora Doutora Antônia Dalva, obrigada por compreender minhas ausências, por causa da minha dedicação à pesquisa do mestrado.

À CAPES, pelo financiamento no período de participação no OBEDUC!

Aos obeduquianos: Natan, Gisele, Elane, Ítalo, Lucélia, Antônia Flávia e tantos outros, além das professoras: Elena, Rosa Laura e Verônica, obrigada pelos momentos de estudo e reflexão, valeu pelas aprendizagens!

Às amigas que fui construindo nesse percurso: Djanira, Josélia, Denise, Aliete e Maurício de Bom Jesus, Jânio Jorge, Valéria, Dalva, Stela, Tininha, Edileuza e tantos outros!

Aos professores da UFPI: Evaldo Oliveira (DEA) e Carlos Gandâra (CCA), por serem espelhos vivos de professores-educadores!

À amiga de orientação, professora mestranda Maria Noraneide Rodrigues do Nascimento, que carinhosamente chamo de “bonita”, porque realmente descobri a boniteza de pessoa e profissional que você é!

À professora Luzinete Guimarães, pelo apoio, acolhida e presteza durante todo o processo de acesso aos dados desta pesquisa. Você foi fundamental nessa fase! A você todo meu reconhecimento e carinho!

À professora Oldênia Fonsêca Guerra, diretora do Colégio Técnico de Bom Jesus/PI, pela gentileza em acolher a pesquisa na instituição, assim como os demais funcionários com quem tive contato.

Ao professor Dr. José Ribamar Torres Rodrigues por gentilmente ter aceitado compartilhar comigo os seus saberes, obrigada por sua presença na minha banca de defesa!

Ao professor Dr. Domingos Leite Lima Filho, por compartilhar comigo os seus saberes e conhecimentos, obrigada por sua presença e participação neste momento especial!

Ao professor mestrando Francisco das Chagas Alves Rodrigues, modelo inspirador de estudante, de profissional e de educador (da EJA). Como foram importantes nossos encontros para estudo e reflexão sobre a EJA!

E, por fim não poderia deixar de agradecer, aos protagonistas de todo esse trabalho: cada um dos egressos e das egressas da primeira turma do Curso Técnico em Informática do PROEJA/CTBJ, pelas valorosas contribuições, aos quais devo todo respeito e admiração! Que Deus abençoe a todos e a todas!

RESUMO

Este estudo consiste em uma investigação sobre a tríade: Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos no contexto das políticas educacionais brasileira. Investiga como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos influencia o crescimento pessoal e profissional dos egressos? Tem como foco o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que foi instituído na esfera do Governo Federal, pelo Decreto nº. 5.840/2006 e representou uma possibilidade de integração entre etapas da educação básica e modalidades de ensino. Para tanto, foi desenvolvido com a participação de egressos da primeira turma do Curso Técnico em Informática do PROEJA, do Colégio Técnico de Bom Jesus/PI (2009-2011). Estabelece como objetivo geral analisar a influência da formação técnica de nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos para o desenvolvimento profissional e pessoal dos egressos. Especificamente, identifica na voz dos egressos o grau de satisfação resultante da formação adquirida no campo pessoal e profissional. Verifica se a formação técnica integrada ao ensino médio na Modalidade EJA estimulou a continuidade dos estudos e, reflete as aspirações individuais evidenciadas por meio da formação profissional. Fundamenta-se em Kuenzer (2001), Manfredi (2002), Moll (2010), Romanelli (2010), Moura (2011, 2013), Frigotto; Ciavatta; Ramos (2012), entre outros, bem como nos aportes legais que sustentam esta discussão. Como procedimentos metodológicos a pesquisadora utiliza a técnica do grupo focal, aplicação de questionário e análise documental. O processo de organização dos dados produzidos fundamenta-se em Bardin (2009), Oliveira (2010) e a análise interpretativa dos dados, embasa-se nos pressupostos da Análise de Discurso (AD) defendidos por Maingueneau (1997), Iñiguez (2004), Orlandi (2012). Os resultados revelam que o ensino médio integrado à educação profissional para o público da EJA deve se efetivar como política pública de estado e não apenas como um curso de qualificação pontual, ofertado para atender aos interesses mercadológicos. Portanto, ousa-se afirmar a partir desse estudo que a formação profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA, possibilita uma formação humana e integral, ampliando as possibilidades de acesso ao mundo do trabalho, com competitividade, contribuindo para a superação da situação de exclusão e para elevação da autoestima das pessoas jovens e adultas.

Palavras-chave: Ensino Médio. Educação Profissional. Educação de Jovens e Adultos. Egressos do PROEJA.

ABSTRACT

This study consists of an investigation of the triad: High School, Professional and Youth and Adults Education in the context of the Brazilian educational policies. It focuses on the National Program of Integration of the Professional Education with Basic Education in the Form of Youth and Adults Education (PROEJA), which was established in the sphere of the Federal Government, by Decree 5.840/2006 and represented a possible integration among these three levels of education. Therefore, it was developed with the participation of graduates from the first class of the Technical Course in Computing of PROEJA, in the Technical School of Bom Jesus/PI (2009-2011). It investigates how the technical training in Computing, integrated with High School in the Form of Youth and Adults Education influences the personal and professional growth of graduates? It establishes as general objective to analyze the influence of mid-level technical training in the form of Youth and Adult Education for the professional and personal development of graduates. Specifically, it identifies in the voice of graduates the degree of satisfaction resulting from the training received in the personal and professional field. It checks whether the technical training integrated to high school in the EJA Form encouraged the continuation of studies and, reflects the individual aspirations evidenced through professional training. It's based on Kuenzer (2001), Manfredi (2002), Moll (2010), Romanelli (2010), Moura (2011, 2013), Frigotto; Ciavatta; Ramos (2012), among others, as well as in the legal contributions that support this argument. As methodological procedures the researcher uses the focus group technique, a questionnaire and document analysis. The process of organizing the data produced is based on Bardin (2009), Oliveira (2010) and the interpretive data analysis was based on the assumptions of Discourse Analysis (AD) defended by Maingueneau (1997), Iñiguez (2004) Orlandi (2012). The results show that High School integrated to professional education for the EJA public should be effective as a public policy and not just as a timely qualification course, offered to meet market interests. So if dare to affirm from that professional training integrated to High School in the EJA form, enables a human and integral training, expanding the possibilities of access to the world of work, with competitiveness, contributing to overcome the situation of exclusion and to increase the self-esteem of young and adults.

Keywords: High School. Professional Education. Youth and Adults Education. Graduates of PROEJA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES/QUADROS/FOTOGRAFIAS

QUADRO 01	Matérias incluídas no currículo pleno do 2º grau.....	24
QUADRO 02	Metas e estratégias para o Ensino Médio.....	30
QUADRO 03	Formato do Ensino de 2º grau na lei 5.692/71.....	35
QUADRO 04	Habilitações de Técnico e Auxiliar aprovadas pelo CFE.....	36
QUADRO 05	Formato da Educação Profissional/Decreto nº 2.208/97.....	37
QUADRO 06	Educação profissional técnica/Lei nº 11.471/2008.....	41
QUADRO 07	Eixos Tecnológicos aprovados pelo CNTC/2012.....	43
QUADRO 08	Metas e estratégias para a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.....	46
QUADRO 09	Metas e estratégias para a Educação de Jovens e Adultos.....	53
QUADRO 10	Organização Curricular do Curso Técnico em Informática/PROEJA/CTBJ.....	60
QUADRO 11	Perfil dos Participantes.....	65
QUADRO 12	Categorização das Informações	69
QUADRO 13	Demonstração dos Dados.....	74
QUADRO 14	Unidade de Análise 1.1: Preparação Profissional.....	84
QUADRO 15	Unidade de Análise 1.2: Ingresso na Universidade.....	86
QUADRO 16	Unidade de Análise 1.3: Oportunidade de Vida.....	87
QUADRO 17	Unidade de Análise 2.1: Conquista.....	89
QUADRO 18	Unidade de Análise 2.2: Superação.....	91
QUADRO 19	Unidade de Análise 2.3: Despertamento.....	93
QUADRO 20	Unidade de análise 3.1: Estímulo Contínuo.....	94
QUADRO 21	Unidade de análise 3.2: Necessidade de aprender.....	96
QUADRO 22	Unidade de Análise 3.3: Crescer com o Estudo.....	97
QUADRO 23	Unidade de Análise 4.1: Agregação de Valores.....	98
QUADRO 24	Unidade de análise 4.2: Contribuição para vida.....	100
QUADRO 25	Unidade de análise 4.3: Acolhimento.....	101
FOTO 01	Bom Jesus/Localização Geográfica.....	57
FOTO 02	Instalações do CTBJ.....	58
FOTO 03	Laboratório de Informática.....	59

LISTA DE SIGLAS

AID	Agency for International Development
ANPEd	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
AD	Análise de Discurso
CF	Constituição Federal
CCE	Centro de Ciências da Educação
CTBJ	Colégio Técnico de Bom Jesus
CFE	Conselho Federal de Educação
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CES	Centros de Ensino Supletivo
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CEB	Câmara de Educação Básica
CONSUN	Conselho Universitário
CABJ	Colégio Agrícola de Bom Jesus
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENAFOR	Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EB	Educação Básica
ETF	Escola Técnica Federal
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EAF	Escola Agrotécnica Federal
GOT	Ginásios Orientados para o Trabalho
IF	Instituto Federal
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Mestrado Interinstitucional
MT	Ministério do Trabalho

PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos
PPGEd	Programa de Pós-graduação em Educação
PIPMO	Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra
PREMEN	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PNE	Plano Nacional da Educação
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SPBC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SNEB	Secretaria Nacional da Educação Básica
SENTEC	Secretaria de Ensino Técnico
SEFOR	Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Transporte
SESCOOP	Serviço de Apoio ao Cooperativismo
SEBRAE	Serviço de Apoio para às Micro e Pequenas Empresas
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	13
CAPÍTULO 1-ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	18
1.1 Ensino Médio no contexto da Educação Brasileira: Lei nº 5.692/71 e Lei nº 9.394/96.....	19
1.2 Educação Profissional no contexto brasileiro: Lei nº 5.692/71 e LDB nº 9.394/96.....	31
1.3 Educação de Jovens e Adultos no Brasil a partir da Lei nº. 5.692/71 e LDB nº 9.394/96.....	47
CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	54
2.1 Situando o tipo de pesquisa.....	55
2.2 <i>Locus</i> de origem das vozes.....	56
2.3 Instrumentos para acesso às informações.....	61
2.4 Protagonistas das vozes.....	64
2.5 Organização das informações.....	68
2.6 Análise Interpretativa das informações.....	74
CAPÍTULO 3 – CONFRONTANDO A TRÍADE COM AS VOZES: A CONSTRUÇÃO DO “NÓS”	77
3.1 Motivações para a escolha do Curso.....	78
3.2 Instituições escolares: sentimentos expressos nas vozes.....	81
3.3 Do desvendar das “Vozes” a construção do “Nós” : reflexão dialógica.....	83
3.3.1 Categoria Geral 01: Preparo para o trabalho e ingresso no ensino superior.....	84
3.3.2 Categoria geral 02: Elevação da autoestima e reconhecimento profissional.....	89
3.3.3 Categoria Geral 03: Desejo de crescer profissionalmente.....	94
3.3.4 Categoria Geral 04: Reconhecimento da instituição escolar.....	98
3.4 Superação: dificuldades enfrentadas para concluir o curso.....	102
CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS.....	105
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICES.....	118
ANEXO.....	125

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

No campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) estudar o Ensino Médio integrado ao Ensino Profissionalizante assume uma conotação social e política, sobretudo, porque esta modalidade de Educação foi marcada historicamente, por iniciativas privadas e por programas governamentais pontuais, tais como: Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Fundação Educar, Projeto Minerva dentre outros.

Em sua maioria essas iniciativas educacionais se configuraram como equivocadas e nem sempre atenderam ao que está expresso na Constituição Federal (CF), desde 1988, que preconiza a oferta de uma educação gratuita e de qualidade a todas as pessoas em igualdade de direitos, condições, acesso e permanência na escola.

O ensino de segundo grau, atual Ensino Médio, no Brasil consolidou-se na história da educação com uma dupla função: formação propedêutica e formação técnica. A primeira voltada exclusivamente para o ingresso em cursos de nível superior e a segunda voltada ao exercício de atividades instrumentais e manuais. Isso significava que existiam as “cabeças pensantes” versus os executores de ações meramente práticas, desprovidas de conhecimentos intelectuais. Essa dicotomia entre instrução geral e instrução profissional foi durante muito tempo reflexo da sociedade brasileira, hierarquizada, cujas desigualdades sociais foram fruto do escravismo (KUENZER, 2001; MANFREDI, 2002).

No entanto, as transformações no mundo do trabalho, na contemporaneidade, exigem um modelo de educação que integre a educação geral aos conhecimentos técnicos profissionais que superem a simples preparação dos educandos para o ingresso no mercado de trabalho. Uma vez que o trabalho como princípio educativo, a ciência, a cultura e a tecnologia integradas reelaboram um modelo educacional, voltado para formação do cidadão pleno de direitos, enquanto pessoa jovem e adulta em todas as suas dimensões, garantido, assim, uma educação para cidadania e para o mundo do trabalho.

Cabe mencionar, que no contexto da Lei nº 5.692/71, já existia indicativo de ações voltadas para educação profissional. O Ministério da Educação (MEC) em consonância com essa lei implantou os Exames de Suplência Profissionalizante com o objetivo de reconhecer legalmente os profissionais que já tinham incorporado às habilidades técnicas em nível do então segundo grau.

Então, a partir do advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9.394/96, a Educação Profissional Técnica de nível médio aponta para novos horizontes, tornando-se alvo de políticas educacionais brasileiras, suscitadas pela emergência de uma formação caracterizada por um ensino holístico, abrangendo uma formação integral, propedêutica, humanística e ao mesmo tempo técnica profissionalizante.

Nesta perspectiva, o Ensino Médio, definido como etapa final da educação básica, tem dentre as finalidades apontadas na legislação, a de preparar os educandos para o trabalho e para o exercício pleno da cidadania, de modo a capacitá-los às novas condições de ocupações e exigências da sociedade do conhecimento (CARNEIRO, 2010).

No campo da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA, educadores e gestores se encontram diante do grande desafio de possibilitar, uma formação de qualidade, que atenda aos anseios, às expectativas pessoais e particulares, às condições de vida e trabalho do seu público. Por se tratar de uma demanda potencial para o mundo do trabalho, o direito fundamental à profissionalização está entre as prioridades do Estado, elevando o campo educacional para a formação integral do cidadão trabalhador.

Diante desta discussão, o foco desta pesquisa centra-se no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído na esfera do Governo Federal, pela primeira vez, em 24 de junho de 2005, por intermédio do Decreto presidencial nº 5.478/2005, nos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, bem como, nas Escolas Técnicas e/ou Colégios Agrícolas, vinculados às Universidades Federais. Após um ano este foi revogado, pelo Decreto nº 5.840/2006, ampliando sua abrangência às instituições estaduais e municipais de ensino e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema “S”.

A revogação do referido decreto foi provocada por discussões da própria rede federal de educação profissional e tecnológica, instituições parceiras, gestores educacionais e estudiosos dos pressupostos do Programa, que indicavam a necessidade de ampliar seus limites. Essa revogação no entender de Ciavatta (2012, p. 80) esteve motivada pela “[...] insatisfação com os termos do Decreto e a pressão por um documento que pudesse elevar a escolaridade de todos os trabalhadores em termos de acesso e de qualidade [...]”.

O diálogo entre a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e o Ensino Médio, na perspectiva de integralidade, assumida pelo PROEJA, se delineia como política pública que deve ser assumida pelo Estado, incorporada e reconhecida pelos sistemas de ensino: Federal, Estadual, Municipal e Entidades Privadas representadas pelo Sistema “S”. Assim, o PROEJA inicialmente implantado na Rede Federal de Ensino Tecnológico (Institutos Federais/IF, Centros Federais de Educação Tecnológica/CEFET e Colégios Técnicos, vinculadas às Universidades Federais), teve como intencionalidade fomentar políticas públicas, visando oportunizar às pessoas jovens e adultas a educação profissional técnica integrada ao ensino médio (BRASIL, 2007).

O processo de implantação do PROEJA nos colégios Técnicos vinculados à Universidade Federal do Piauí (UFPI), *locus* dessa investigação, tem sua origem a partir de um intenso trabalho de mobilização de professores e gestores, desencadeada por um grupo de professores do Centro de Ciências da Educação (CCE/UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella, coordenado pela professora doutora Maria da Glória Carvalho Moura, pesquisadora da EJA, integrante do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPI). Sua atuação junto à equipe pedagógica dos colégios foi imprescindível para a compreensão pedagógica e filosófica do Programa, sobretudo no que diz respeito ao êxito e sua aceitação pela comunidade.

No ano de 2008, foram organizadas discussões e encontros de formação com professores e gestores dos colégios, e a equipe de coordenação, objetivando a implantação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA, como política, com ênfase em sua base teórica, legal e metodológica. Assim, foram construídas coletivamente as propostas pedagógicas dos cursos, validadas nos colégios envolvidos. Os colégios técnicos dos municípios de Floriano e Bom Jesus foram os primeiros a estruturar o processo de implantação dos cursos.

Essa experiência estimulou a formação continuada dos professores em nível de Mestrado, gerando, conseqüentemente pesquisas e avaliação no âmbito do PROEJA, no Estado do Piauí. Visto que, pela iniciativa da coordenadora, resultou para os professores envolvidos, após levantamento da qualificação desses, a abertura de uma turma de Mestrado Interinstitucional (MINTER), elevando o grau de formação e qualificação profissional dos docentes.

Isso significa dizer, que a EJA, supre as necessidades de quem dela necessita, sendo ofertada em todos os níveis de ensino, atendendo aos sujeitos que não tiveram oportunidade de continuar os estudos, como no caso específico, mesmo sendo profissionais de uma instituição de ensino federal.

Vale destacar o empenho e o envolvimento da gestão dos colégios e a participação efetiva da equipe técnico-pedagógica, na consolidação do PROEJA, todos se envolveram, da equipe de vigilância ao motorista que transportava os estudantes da cidade à escola. A título de exemplo ressalta-se o empenho de uma professora e coordenadora pedagógica, que teve importante papel na história da implantação e implementação do PROEJA do Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ). Seu apoio no trabalho docente, na divulgação do Programa e no incentivo aos jovens e adultos daquela região fez a diferença na sensibilização dos discentes, dentro e fora do colégio, contribuindo para o sucesso do Programa.

As motivações pessoais suscitadas no processo de elaboração deste estudo, em primeiro lugar, residem nas convicções pessoais da pesquisadora, de que a educação profissional vinculada à educação básica, de nível médio, pode fazer o diferencial na aprendizagem e no sucesso profissional e pessoal do público atendido pela EJA, contribuindo para a superação da situação de exclusão e para elevação da autoestima.

E, em segundo lugar, pelas experiências profissionais em Programa de educação da rede municipal de ensino da cidade de Teresina, no Estado do Piauí, como consultora pedagógica de escolas que possuem a modalidade EJA. Onde houve o acompanhamento do trabalho pedagógico de professores, desde o contato em sala de aula com a realidade dos educandos, bem como, do cotidiano escolar, dialogando com gestores, técnicos e professores, igualmente preocupados com a educação para este público.

Justifica-se a relevância do estudo pela necessidade de ampliar saberes sobre esse campo de investigação, visto que é notória a escassez de pesquisas que tratem especificamente das influências de cursos profissionalizantes no desenvolvimento pessoal e profissional de egressos de cursos técnicos, especialmente os da modalidade EJA, objeto desta investigação. Ressalte-se a relevância social e econômica.

Outro motivo bastante significativo para justificar essa pesquisa, relaciona-se ao processo de consolidação do PROEJA, como política pública, nas esferas estaduais, municipais e federais. Nessa última se incluem os colégios agrícolas (dos municípios de Teresina, Floriano e Bom Jesus), atuais colégios técnicos vinculados à UFPI.

Nessa perspectiva a problemática evidenciada, deu origem a várias inquietações que foram refletidas e filtradas, resultando na definição da questão problema da pesquisa buscando investigar: Como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos? Para respondê-la contamos com a colaboração do público do PROEJA, egressos da primeira turma do CTBJ.

Diante da definição da questão problema o objetivo geral foi assim definido: Analisar a influência da formação técnica de nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos para o desenvolvimento profissional e pessoal dos egressos. E, como objetivos específicos: Identificar na voz dos egressos o grau de satisfação resultante da formação adquirida no campo pessoal e profissional; Verificar se a formação técnica integrada ao ensino médio na Modalidade EJA estimulou a continuidade dos estudos; e, Refletir as aspirações individuais evidenciadas por meio da formação profissional.

Centrando o estudo nessa tríade, o trabalho foi organizado em três capítulos, além

destas considerações introdutórias e das considerações inconclusas. Na primeira situa-se a problemática do estudo, justifica-se a relevância e define-se a questão problema que norteou todo o processo de investigação, bem como os objetivos a ser atingidos e os aportes teóricos. A segunda consiste no ápice do estudo, visto que, a pesquisadora expõe seus sentimentos e saberes adquiridos, demonstrando estar imbricada efetivamente com os achados do estudo tendo em vista o alcance dos objetivos traçados.

O primeiro capítulo intitulado: “Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos no contexto da Educação Brasileira”, traz uma abordagem reflexiva dessa tríade que em alguns momentos da história da educação do país não lhe conferiram a importância para o crescimento econômico e social.

O segundo capítulo: “Percurso metodológico da pesquisa” apresenta o desenho metodológico da pesquisa, contextualização do *locus*, caracterização dos participantes, instrumentos de acesso às informações, com vistas à produção de dados empíricos, categorização e explicitação da análise interpretativa considerando-se as categorias teóricas estudadas e construídas com os dados empíricos produzidos.

Em Confrontando a tríade com as vozes: a construção do “nós”, terceiro capítulo, apresentamos os resultados das análises das contribuições dos egressos, participantes do estudo.

*CAPÍTULO 1 - ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA*

Este capítulo traz uma discussão da tríade: Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, na realidade educacional brasileira, a partir da reforma do então, ensino de segundo grau, suscitada pela Lei nº. 5.692/71, bem como, as influências e mudanças provocadas pela LDB nº 9.394/96, durante o percurso institucional da educação escolar, no contexto atual. Para enriquecer as discussões, busca-se fundamentação nos aspectos legais descritos e nos aportes teóricos de Kuenzer (1992, 2001), Manfredi (2001); Romanelli (2010), Carneiro (2010), Delphino (2010), Oliveira (2012), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Moura (2011, 2013), entre outros. Essa discussão aponta horizontes de uma educação integrada, que garanta a permanência das pessoas jovens e adultas no sistema de ensino, a continuidade da formação escolar e profissional, bem como a inserção no mundo do trabalho.

1.1 Ensino Médio no contexto da Educação Brasileira: Lei nº 5.692/71 e Lei nº 9.394/96

A origem histórica da reforma do ensino de 2º grau (atual Ensino Médio), decorrente do excesso da demanda da população brasileira pelo ensino superior e da emergência de profissionais técnicos, para atender ao sistema econômico em função do desenvolvimento do país, manifestas pela Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º Grau, nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, esteve diretamente relacionada com as mudanças na estrutura política, econômica e social no Brasil, a partir dos anos de 1964 (CUNHA, 1977).

No período assinalado pelo golpe militar (1964-1985), o país vivia a redefinição das funções do Estado com vistas à recuperação do controle do capital estrangeiro, a expansão econômica, além da captação de recursos e investimentos públicos, com fins de fortalecer o poder de consumo das classes alta e média alta, da sociedade, visto que:

A redefinição do jogo político, determinado em parte pelo fortalecimento do empresariado, teve apoio na própria modernização e na evolução dos interesses e fortalecimento das forças armadas. Esses foram os setores internos da estrutura social que conseguiram impor-se ao restante da sociedade (ROMANELLI, 2010, p.202).

A conjuntura política e econômica vivenciada pelo Brasil, durante o golpe militar intencionou o controle do sistema de ensino via interesse do empresariado, apoiado pelo governo. Esse momento histórico influenciou fortemente a reestruturação do ensino público, de nível médio, que assumiu a responsabilidade pela capacitação e habilitação de trabalhadores coerentes com a qualificação de recursos humanos de que carecia a economia do país.

Na verdade a intenção do governo estava direcionada para o crescimento do capitalismo, considerando que “[...] os militares aliaram-se à hegemonia capitalista nacional e internacional, usando como pretexto a Segurança Nacional para conduzir o Estado rumo aos objetivos propostos pelo projeto de desenvolvimento capitalista já iniciado no país” (DELPHINO, 2010, p. 54).

A sutileza do movimento de 1964 esteve focalizada na centralização de mais investimentos em setores, nem sempre básicos para a maioria da população brasileira, sobretudo às camadas sociais de baixa renda. Essa fase atingiu diretamente a expansão do ensino, dentro de certos limites, no sentido de ampliação do ensino médio e do ensino profissionalizante. Este, de caráter auxiliar e aligeirado, sem a devida qualificação dos trabalhadores.

Essa realidade teve em vista o não comprometimento, naquele contexto, da política econômica assumida pelo país. A ideia residia em suprir a carência de mão de obra qualificada para a industrialização, em um curto período de tempo. Por outro lado, o novo ensino médio teria como função “a de conter o aumento da demanda de vagas nos cursos superiores, pela habilitação profissional de todos os concluintes do ensino médio (ou ensino de 2º grau)” (CUNHA, 1977, p.121). Assim, fazia-se necessário conter o excesso de vagas no ensino superior, privilegiando o sistema escolar de nível secundário ou médio.

Entretanto, pouco se fez para manter o nível médio de ensino, no que diz respeito ao financiamento, as condições de trabalho e renda dos profissionais da educação. Tudo isso, por que: “o governo estava preocupado em capitalizar, em acumular, para expandir. A expansão na rede escolar, segundo as exigências da demanda social de educação, poderia comprometer em parte a política econômica do governo” (DELPHINO 2010, p.214).

Neste contexto, convênios foram assinados. O MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela Agency for International Development (AID). Tinham como finalidade a assistência técnica e cooperação financeira, junto a órgãos, autoridades e instituições educacionais de nível internacional. Esse acordo chamou-se “Acordos MEC-Usaid”.

Em linhas gerais, os programas de educação desenvolvidos durante a atuação da AID no Brasil, apresentaram-se através de estratégias, tais como:

1. Estabelecer uma relação de eficácia entre recursos aplicados e produtividade do sistema escolar;
2. Atuar sobre o processo escolar em nível do microsistema, no sentido de se “melhorarem” conteúdos, métodos e técnicas de ensino;
3. Atuar diretamente sobre as instituições escolares, no sentido de conseguir delas uma função mais eficaz para o desenvolvimento;

4. Modernizar os meios de comunicação de massa, com vistas à melhoria da “informação nos domínios da educação extra-escolar”;
5. Reforçar o ensino superior, “com vista ao desenvolvimento nacional” (ROMANELLI, 2010, p. 218).

Como se pode ver, as estratégias estavam todas voltadas para o ensino tecnicista, com vistas ao desenvolvimento da nação. Essa ação contou com o amplo apoio das camadas médias urbanas, cujo interesse estava na expansão dos cursos superiores, pois os filhos dos pequenos proprietários e industriais dependiam deste ensino para ascender socialmente. Assim, “a ascensão de indivíduos das camadas médias ficava dependente da ascensão nas burocracias públicas e privadas e, para isso, a instrução de nível superior tornava-se um requisito cada vez mais importante” (CUNHA, 1977, p. 139).

A expansão do capitalismo industrial reduziu o poder dos pequenos empreendimentos dos indivíduos das camadas médias. A solução encontrada para recuperar o prestígio social estava na inserção dos jovens em atividades burocráticas públicas e privadas. A mudança de foco da classe média da sociedade visualizou na educação superior uma oportunidade, por isso houve o excesso de candidatos aos cursos acadêmicos via ensino médio e técnico industrial.

Por outro lado, a fim de conter a massificação do ensino superior, a reforma de profissionalização de todo o ensino de segundo grau, estabelecida pela lei nº 5.692/71 foi delineada com a função principal de contenção. A função contenedora atribuída ao ensino médio esteve desempenhada através da formação profissional oferecida aos jovens, com a finalidade de contê-los na busca pelo ensino superior, requisito para ascensão social.

Diante disso, os governos militares estabeleceram a reforma do Ensino Fundamental e Ensino Médio, por meio da equiparação entre o curso secundário (de segundo grau) e os cursos técnicos profissionalizantes. Assim, lei nº 5.692/71 fixou em seu artigo primeiro o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus, pautados na autorrealização do educando, bem como na sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

Para Romanelli (2010), o ato educativo é possível pelo processo de autorrealização do homem, que se dá pela integração mútua do trabalho e da cidadania. O trabalho é, pois, resultado da interação do homem com o meio que o cerca. Enquanto, as normas de convivência social são resultantes da interação do homem com os outros homens, conduzidos pelo exercício consciente e pleno da cidadania.

Desse modo, a tríplice formação anunciada por aquela legislação, oferecida pela instituição escolar decorre da relação do homem com o seu meio, através do trabalho. E, do homem com os outros seres humanos por meio do convívio em sociedade. O trabalho e a

cidadania são percebidos, como condicionantes da autorrealização do homem. A problemática apontada pelos objetivos dessa lei, no que diz respeito a sua efetivação, se refere às condições de realização desses objetivos.

Segundo a autora supracitada, em primeiro lugar o problema está no diálogo com a cultura escolar dos educandos e dos professores, sem o qual a cidadania ou a qualificação para o trabalho não é possível. E, em segundo lugar pela vida em uma sociedade democrática, promotora da dignidade e cidadania, que tratem todos os cidadãos de forma justa e igualitária.

Nesta direção, cabe à escola prover os meios de alcance dos objetivos educacionais propostos pela Lei, sobretudo com o devido financiamento e apoio das esferas (municipais, estaduais e federais) do poder público. Pois, “para maioria dos jovens, o exercício de um trabalho digno será a única possibilidade de continuar os estudos em nível superior” (KUENZER, 2001, p.38).

Historicamente, o desafio do ensino médio se consolidou no atendimento de uma formação, que garantisse às pessoas jovens e adultas competências e habilidades produtivas para inserção no mercado de trabalho, e ao mesmo tempo, a continuidade aos estudos. Essa tendência repercutiu no país, visto que “no Brasil, a escola de Ensino Médio é, em muitos casos, a única chance que o jovem das classes populares possui para ‘dar sentido’ e reforçar o sentido de sua cultura e de seus múltiplos valores” (CARNEIRO, 2012, p.248).

É evidente que a expansão do ensino público a todos os jovens seria uma alternativa ideal para o atendimento das suas necessidades e carências, enfim, para a redução das desigualdades sociais. Todavia, o que ocorreu na história da educação brasileira foi uma busca desenfreada de solucionar esses problemas através da educação escolar, sem o investimento de recursos por parte do poder público (KUENZER, 2001).

Em face da organização do ensino superior, concomitante com o novo modelo de ensino médio profissional redesenhado na década de 1970, segundo Cunha (1977), houve muitas dificuldades com a qualidade dos cursos, principalmente de recursos público, que se destinaram apenas ao ensino superior. Esta redução de fundos públicos às escolas públicas de segundo grau afetou a oferta de vagas para grande parcela da população brasileira, jovem e apta ao trabalho.

Um exemplo disso foi à ausência de professores concursados e capacitados. Esta realidade gerou escolas antidemocráticas e diferenciadas, no sentido de formar de maneira diversificada os cidadãos que desempenhavam funções intelectuais ou instrumentais. O que configurou a retomada da dicotomia entre educação propedêutica e profissional.

A educação média brasileira estruturou-se em escola de 2º grau, como já foi mencionado, com vistas à formação integral do adolescente. Este ensino representou legalmente a unificação escolar da formação básica geral e a preparação para o trabalho, fundamentado pelos princípios da continuidade e da terminalidade. Ambos os princípios nos ajudam a entender a profissionalização de todo o 2º grau (ensino médio).

Para compreendermos esses princípios é necessário retomar as exigências deste nível de ensino. Pelo exposto na Lei nº 5.692/71 para o ingresso no ensino de 2º grau exigia-se a conclusão do ensino de 1º grau. O princípio da continuidade esteve implícito no artigo 23 da referida Lei, na assertiva de que a conclusão da 3ª série do ensino de 2º grau habilitaria o estudante ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino superior.

Apesar da clareza dessa pretensão da lei, o princípio da terminalidade foi assegurado pela formação profissional técnica de nível médio que também garantiria ao estudante condições de ingresso no mercado de trabalho. Além disso, a chamada formação especial visava no ensino de segundo grau à habilitação profissional. Assim, para este ensino, “a educação geral definirá a continuidade, e a formação especial, a terminalidade” (ROMANELLI, 2010, p. 250).

O binômio continuidade/terminalidade no entendimento de Cunha (1977) é denominado de: terminalidade e frustração. A terminalidade significa dar ao concluinte um benefício imediato, isto é, uma ocupação vantajosa, em consequência da formação obtida. Essa seria uma característica básica do ensino de 2º grau, manifestada através do ensino profissional. Por outro lado, havia a ausência desta terminalidade, justamente para aqueles estudantes que não conseguiriam a habilitação profissional nos moldes esperados, ou não optassem pelo ingresso em cursos superiores, o que o autor denominou de frustração.

A estrutura que passa a ter a educação média brasileira, compreende o ensino “com 3 ou 4 anos de duração e carga horária de 2.200 horas, para cursos de 3 anos, e 2.900 horas, para os de 4 anos” (ROMANELLI, 2010, p. 24). Esses cursos técnicos exigiam duração maior de estudo, enquanto as outras habilitações chamadas de Auxiliares exigiam um tempo menor. A legislação previa também que, os cursos mais longos teriam aproveitamento em nível superior.

Diante de tal realidade, percebemos formalmente a estruturação de uma escola única, integrada dos cursos secundário, técnico e normal: “observadas às normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de *educação geral* e outra de *formação especial*” (§1º do Art. 5º, grifo nosso). A lei é clara ao confirmar que no ensino de segundo grau predomine a parte de formação especial.

É evidente que esta formação esteve descrita na parte do currículo com o objetivo de habilitação profissional de grau médio. Assumiu como prioridade no componente curricular: a iniciação e qualificação profissional, em conformidade com as novas demandas do mercado de trabalho local e regional.

A proposta curricular para o ensino de 2º grau estruturado nos moldes da Lei 5.692/71, de acordo com a Resolução nº 8/71 do Conselho Federal de Educação (CFE) apresentou um núcleo comum obrigatório com matérias e seus respectivos conteúdos e finalidades de ensino (QUADRO 01).

NÚCLEO COMUM OBRIGATÓRIO	MATÉRIA	CONTEÚDO OBRIGATÓRIO	FINALIDADES DO ENSINO
	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa	Cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físicos, psíquico e espiritual, ressaltando-se a língua Portuguesa como expressão da Cultura Brasileira (p.53).
	Estudos Sociais	Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil	Ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento (p.53).
	Ciências	Matemática e Ciências; Físicas e Biológicas	Desenvolvimento do pensamento lógico e à vivência do método científico e de suas aplicações (p.53).

FONTE: Resolução 8/71 do CFE de 1º e 2º graus

QUADRO 01: MATÉRIAS INCLUSAS NO CURRÍCULO PLENO DO 2º GRAU

Acrescenta ainda, no inciso II, a obrigatoriedade nos estabelecimentos oficiais de ensino das matérias: Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, este facultativo para os estudantes. As discussões empreendidas por meio da Lei 5.692/71 davam margens para possível aprofundamento no ensino de segundo grau, dos chamados estudos gerais, com vistas ao atendimento de aptidões específicas do estudante (VIANNA, 1979).

Contudo, as matérias de núcleo comum, isto é, de conteúdo obrigatório demonstradas no quadro 01 que compreende comunicação e expressão e estudos sociais seriam desenvolvidas e tratadas predominantemente como disciplinas e dosadas segundo as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos. As Ciências Físicas e Biológicas poderiam ser divididas em disciplinas instrumentais da parte especial do currículo, também integrante deste.

Para as três séries da escola de segundo grau, a carga horária e os períodos previstos para cada habilitação poderiam sofrer variações. Este ensino teria de três a quatro séries

anuais. Os conselhos estaduais de educação e os sistemas de ensino poderiam adotar o regime de matrícula por disciplina. Desse modo, o aluno poderia concluir este nível de ensino no mínimo em dois anos e no máximo em cinco anos. O Art. 23 da Lei 5.692/71 diz que:

- a) a estruturação da 3ª série do ensino de 2º grau, ou do correspondente no regime de matrículas por disciplinas, habilitará ao prosseguimento de estudos em grau superior;
- b) os estudos correspondentes à 4ª série do ensino de 2º grau poderão, quando equivalentes, ser aproveitados em curso superior da mesma área ou áreas afins.

Para dar continuidade ao estudo, o estudante deveria cursar, pelo menos, 1/3 da parte da formação especial, para só então, poder candidatar-se ao prosseguimento de estudos em grau superior. Embora, a habilitação já obtida lhe assegurasse ocupação definida no mercado de trabalho.

Pelo exposto, a Resolução de nº 2, de 27 de janeiro de 1972, anexada ao Parecer nº 45/72, fixou os mínimos a ser exigidos nas habilitações afins. Dizia ainda que, as escolas deveriam oferecer variedade de habilitações integradas por uma base comum. Os estabelecimentos de ensino poderiam integrar-se a outras instituições, ou programas como Escolas Técnicas Federais (ETF), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra (PIPMO) e outros.

As habilitações profissionais, aprovadas segundo Parecer nº 45/72 do Conselho Federal de Educação, serão desenvolvidas em estabelecimentos apropriadamente equipados e organizados para esse fim, como as escolas técnicas e outras que se adaptarem a idêntico modelo, cuja expressão mais ampla é a dos centros de educação tecnológica recentemente criadas por lei federal (VIANNA,1979, p.61) .

A partir de 1972, as modalidades profissionais de técnicos com escolaridade de 2º grau concentravam-se nos seguintes setores: agricultura, administração, alimentos, arte, comércio, indústria, pecuária, pesca, saúde, saneamento e turismo. Neste contexto, as empresas e instituições exigiam candidatos com curso de segundo grau, como requisito de escolaridade. As organizações e empresas designavam esta categoria profissional genericamente, para fins de classificação de pessoal, pelo título de auxiliar técnico.

O ensino técnico industrial, desde 1942, tinha a função de formação no âmbito do ensino regular, juntamente com os ensinos técnicos comerciais e agrícolas. Assim, estavam estabelecidas as ligações entre o ensino técnico industrial e o ensino médio proposto pela lei de reforma do ensino médio.

Pelo exposto, a Lei 5.692/71 trouxe mudanças importantes para a educação brasileira, naquele contexto de regime ditatorial no país. Dentre elas, destaca-se a ampliação da obrigatoriedade escolar para oito anos e a junção dos antigos cursos primário e ginásial. Entretanto, a referida lei desconsiderou a qualidade de ensino pela escassez de financiamento e recursos do orçamento da União. Assim, estava evidente o descumprimento do Estado com o financiamento da educação pública.

Por outro lado, as empresas privadas envolvidas com a educação profissional se beneficiavam de incentivos, crédito e subsídios fiscais. Desse modo, a educação escolar transformou-se em um negócio lucrativo. Acreditava-se que o ensino de segundo grau cumpriria a função profissionalizante da escola, porém na prática esses cursos se distanciavam da qualificação dos estudantes, isto é, da preparação para um emprego (SHIROMA, 2000).

A “ideia de profissionalização universal e compulsória ocorreu em um momento em que o País objetivava participar da economia internacional [...]” (MANFREDI, 2001, p.105). Como mecanismo para essa participação ficou delegada ao sistema educacional a preparação de recursos humanos para suprir o mercado de trabalho.

Por sua vez, “o novo discurso refere-se a um trabalhador de novo tipo, para todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhes permitam adaptar-se à produção flexível” (KUENZER, 2001, p.32). Isso seria impossível, porque a grande massa de trabalhadores com uma precária educação escolar estava impedida do acesso a todos os bens materiais e culturais. Essa realidade acentuou a divisão de classe social brasileira, que se tornava cada vez mais empobrecida e sem formação ampla e completa.

A Lei 5.692/71 foi uma tentativa de rompimento com o dualismo histórico do ensino médio e profissional no Brasil. Porém, esta constatação tinha como pano de fundo conter as demandas dos estudantes secundaristas ao ensino superior, consequência da organização estudantil, no final da década de 1960.

Nesse contexto, o país vivia a expectativa do “tempo do milagre” que o inseriu no desenvolvimento industrial, o que necessitava de mão de obra qualificada no nível técnico. Contudo, a profissionalização no ensino médio, antes de ser implementada pelo Parecer nº 76/1975, não se efetivou na prática.

A Lei 7.044/1982 estabeleceu a modalidade de educação geral aos moldes do que já havia acontecido no passado: um ensino médio que privilegiava o ensino propedêutico e acadêmico, com fins exclusivos de ingresso dos estudantes no ensino superior. Nesse sentido, a educação “retorna-se ao modelo anterior a 1971: escolas propedêuticas para as elites e profissionalizantes para os trabalhadores [...]” (KUENZER, 2001, p.30).

Diante dessa realidade, dois desafios estavam postos para o ensino médio na análise da autora mencionada. Em primeiro lugar, tem-se o estabelecimento de metas com vistas à democratização do ensino, sobretudo no que diz respeito a investimentos. E, em segundo lugar a concepção que integre formação científica e tecnológica, no estreitamento dos laços da escola que ensina competências direcionadas para o “pensar” e a escola que ensina competências relacionadas ao “fazer”.

Pelo citado, este problema configura-se como de ordem política, pois a sociedade brasileira, caracterizada por ser desigual nas questões sociais, não tem garantido uma educação pública e de qualidade para todos os cidadãos, sobretudo no tocante ao acesso e à permanência destes no ensino médio.

A autora acrescenta ainda que, a democratização do ensino médio passa pelo investimento material e humano, que vai desde as condições físicas e materiais das escolas à formação e melhores salários para os docentes. Esse argumento foi ratificado por Carneiro (2012) ao apresentar como um dos mecanismos de superação dos desafios do ensino médio, na reconfiguração das políticas educacionais do Estado brasileiro, a necessidade de articulação das dimensões salariais e condições de trabalho dos professores no ambiente escolar.

Essa situação pode ser exemplificada pelo quadro educacional apresentado na década de 1980, que se encontrava da seguinte maneira: “[...] 30% da população eram analfabetos, 23% dos professores eram leigos [...], 60% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza” (SHIROMA, 2000, p.44). Essa realidade educacional e social, na visão desta autora caracterizada como dramática, refletia o regime político que oprimiu e reprimiu o povo, ao lado da crise econômica e dos cortes dos créditos para o Brasil, naquela época.

Tudo isso significou, para o país, um crescimento desequilibrado, no que se refere às questões financeiras voltadas ao setor público, além do aumento da dívida externa. No entanto, com o fim do regime militar em 1985, a Nova República continuou sustentando o modelo educacional do antigo regime, principalmente quanto à problemática do financiamento e a falta de integração entre as redes municipais e estaduais de educação. Isso levou à reação de grupos, movimentos sociais e da sociedade civil organizada, que reivindicavam melhorias na educação.

A falta de cooperação entre as esferas: federal, estadual e municipal ocasionou mau gerenciamento de recursos para a educação pública. A criação da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), apesar das difíceis e conflituosas relações

com o MEC, conseguiu por em evidência a discussão de novas formas de relacionamento entre as esferas de poder (SHIROMA, 2000).

Neste cenário, crescia um movimento crítico de educadores, que também reivindicavam mudanças. Partidos de oposição, reunião de associações científicas e sindicatos, colocavam em pauta um projeto nacional de educação, contrário aos interesses liberais. Desse modo,

Diagnósticos, denúncias e propostas para educação eram veiculadas por meio dos novos partidos de oposição [...] por recém-criadas associações científicas e sindicais da área, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) [...], as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outros (SHIROMA, 2000, p. 47).

Outra ação fruto do movimento dos educadores foi a CF, que promulgada em 1988, fixa a base institucional relativa às mudanças na educação brasileira. Em seu artigo 205 a educação é posta como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Um ano antes da promulgação dessa Carta Magna, iniciaram também as discussões do projeto para a nova LDB, sancionado uma década depois, em 1996.

Após confrontos entre posições políticas, diferentes concepções e disputa de poder, o texto da atual legislação educacional é finalmente aprovado determinando a extensão da obrigatoriedade da escola básica até o nível médio. Não se trata mais de ensino médio propedêutico, de formação geral e/ou profissionalizante: “a re-identidade do Ensino Médio poderá, pelo menos é o que se espera, romper a ambiguidade entre o academicismo e a profissionalização. Busca-se a educação e não o treinamento” (CARNEIRO, 2010, p.278). Esse debate será aprofundado no item (1.2, p. 31).

Entre as finalidades elencadas no art. 35 da LDB/1996 para este nível de ensino, a lei destaca a possibilidade dos estudantes prosseguirem nos estudos. A preparação básica para o mundo do trabalho, sendo capazes de se adaptar às novas ocupações e demandas da sociedade do conhecimento.

No alvorecer do novo século, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), convocou especialistas de todo o mundo para compor a comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Sob a coordenação do francês Jacques Delors, esta comissão teve como finalidade discutir o papel da educação para este século. O documento elaborado entre os anos de 1993 e 1996 chamou-se Relatório Delors e

“constitui-se em um documento fundamental para se compreender a revisão da política educacional de vários países na atualidade” (SHIROMA, 2000, p. 65), inclusive o Brasil.

É importante mencionar que com relação ao ensino geral e ao ensino profissional, a UNESCO afirma que, se chegou a um consenso sobre a destinação do ensino médio de preparo dos educandos para a vida, devendo refletir a realidade vivida para o século XXI, o qual exige a articulação do aprendizado contínuo às demandas do trabalho, de modo ininterrupto.

A educação básica nos diferentes níveis, particularmente ao ensino médio, deve levar em consideração todas as dimensões da vida humana, no sentido de totalidade, de articulação dos elementos constitutivos do ser humano e da integração dos diversos níveis da existência do homem e da natureza (CARNEIRO, 2012). Desse modo, a educação pode cumprir a função social de instruir todas as pessoas, independente de situação socioeconômica.

Apesar do jovem e do adulto almejar pela escolarização uma formação adequada, significativa para sua vida pessoal, social e profissional, voltada para prática social, da cidadania crítica, participativa, democrática e entre outros, a educação não se encerra com a certificação, os títulos, diplomas e graus acadêmicos conquistados.

Quanto ao ensino médio, a LDB 9.394/1996 assegura a sua universalização, inclusive a habilitação profissional às diferentes demandas dos indivíduos. Além disso, dá garantias também de investimentos às instituições escolares, no que diz respeito aos espaços físicos, equipamentos, contratação de professores bem remunerados, dentre outros.

Revisitando o artigo 205 da Constituição de 1988, dentre os objetivos da educação está expressa a qualificação da pessoa para o trabalho, ratificada nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), inicialmente previsto para o período 2011-2020 conforme se lê no art. 2º, Inciso V: “formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade”.

Ressalte-se que o referido plano foi recentemente aprovado (LEI Nº 13.005/2014) de 25 de junho de 2014, “com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta lei, na forma de anexo, [...] desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas” (Art. 1º e 2º). No primeiro olhar sobre as metas e suas respectivas estratégias nesse plano, de modo particular para o ensino médio, tem-se um avanço bastante significativo. Principalmente, no que diz respeito à consolidação como etapa final da educação básica, coerente com as particularidades dos educandos, bem como suas necessidades formativas.

Dentre as 20 metas aprovadas no PNE, a título de informação, destacam-se duas, relacionadas ao ensino médio (QUADRO 02).

META	ESTRATÉGIAS
<p>Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (META 03).</p>	<p>3.1) Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexibilizada e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;</p> <p>3.6) universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;</p> <p>3.11) redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos/as alunos/as;</p> <p>3.12) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;</p>
<p>Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB. (META 07).</p>	<p>7.2) assegurar que: b) no último ano de vigência deste PNE, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;</p> <p>7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;</p>

FONTE: PNE / 2014

QUADRO 02: METAS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO MÉDIO

A meta 03 está voltada para a universalização do ensino médio pela elevação das taxas de matrícula atendendo ao princípio constitucional de expansão, na perspectiva de possibilitar a inclusão de um número maior de pessoas, que buscam a escola como um direito público e subjetivo. As estratégias apontam para uma organização curricular e pedagógica articuladas com aspectos sociais, culturais e econômicos da população escolar, expressos no reconhecimento da interdisciplinaridade, contextualização e pluralidade dos conteúdos.

A articulação do ENEM com o SAEB, apesar de admitir a necessidade de avaliação com a intenção de melhorar os sistemas de ensino, o texto reafirma um ensino médio com grande proximidade conteudista, justificada pela utilização dos resultados do exame como

instrumento exclusivo de seleção de estudantes para o ensino superior, trazendo à tona a problemática da dualidade histórica do ensino brasileiro.

Com relação à estratégia de redistribuição da oferta aos filhos dos profissionais de atividade itinerantes, o documento mostra a observância deste nível de ensino, apropriado às características desses alunos, suas condições de vida e de trabalho. Expõe ainda clareza quanto à oportunidade de continuidade dos estudos em nível médio ao jovem e ao adulto trabalhador, com adequação de horário de estudo à sua realidade socioeconômica e cultural.

A meta 07 está voltada para a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com vistas à melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades. As estratégias elencadas referem-se à perspectiva de avanço no nível de aprendizado dos estudantes, e à aplicação de recursos tecnológicos no contexto escolar. No que se refere ao ensino médio, os saberes e os conhecimentos relevantes que possibilitem a docentes e discentes o domínio da tecnologia digital, são imprescindíveis, a fim de atender às demandas da sociedade da comunicação e da informação, cada vez mais sofisticadas.

1.2 Educação Profissional no contexto brasileiro: Lei nº 5.692/71 e LDB nº 9.394/96

O governo brasileiro, após o golpe militar de 1964, apelou para o individualismo, o disciplinamento e o conservadorismo como formas de controle e da ordem social. Neste contexto, a educação foi alvo de reformas impostas “de cima para baixo”, sem a participação dos principais interessados: professores, alunos e outros setores da sociedade (DELPHINO, 2010).

Até meados da década de 1970, a formação profissional teve como base o modelo taylorista/fordista, o qual equiparou a escola à fábrica. Essa formação caracterizava-se pelo treinamento de profissionais semiqualeificados. Este modelo empresarial transferido para o sistema educacional fragilizou bastante o ensino técnico profissional brasileiro.

Os técnicos eram preparados para se adaptarem a tarefas simples, padronizadas, seriadas e rotineiras. Nessa perspectiva, “[...] apenas uma minoria de trabalhadores precisava contar com competências em níveis de maior complexibilidade, em virtude da rígida separação entre o planejamento e a execução” (PARECER CNE/CEB nº 16/99, p.3).

A baixa escolaridade da grande massa dos trabalhadores era desproporcional à grande expansão econômica do país. O conhecimento técnico e gerencial pertencia apenas a alguns trabalhadores considerados qualificados. Essa realidade mostrou a ausência, no campo educacional, de um ensino de boa qualidade que assegurasse condições de acesso e

permanência para todas as pessoas, principalmente a classe trabalhadora que dependia da educação pública.

Haja vista que as melhores escolas de nível médio eram particulares e se encontravam reservadas às classes mais altas da população, somente a esta estava assegurada o direito de ingresso na universidade. Desse modo, consolidava-se a dicotomia entre formação geral e formação técnica profissional, tão discutida em eventos científicos.

No entanto, na tentativa de extinguir a dualidade histórica dessas modalidades de ensino, a primeira LDB (Lei nº 4.024/61), antes da reforma educacional implantada durante a ditadura militar, abriu novas perspectivas para o ensino técnico profissionalizante, pelo menos no seu aspecto legal.

Este ensino readquire a natureza educativa e não de mero treinamento, “com a equivalência entre cursos técnicos e cursos secundários para efeito de ingresso em cursos superiores” (CARNEIRO, 2010, p.306).

Na década de sessenta, estimulados pelo disposto no artigo 100 da Lei Federal n.º 4.024/61, uma série de experimentos educacionais, orientados para a profissionalização de jovens, foi implantada no território nacional, tais como o GOT (Ginásios Orientados para o Trabalho) e o PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino) (PARECER CNE/CEB nº. 16/99 p. 9).

Pelo descrito acima, essas instituições representaram um esforço do poder público, na época, de igualar o ensino acadêmico ao profissional, com a finalidade de expansão da qualidade da educação para as classes populares, até então, herdeiros de um ensino profissional assistencialista.

Ainda, de acordo com Delphino (2010) em 1969 é criado o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR) pelo Decreto Lei nº 616. Este centro esteve vinculado ao MEC e se incumbiu de preparar e especializar recursos humanos para atuação na formação profissional.

Todavia, em função do Milagre Econômico (1968-1973), o Governo Federal impulsionado pelo ingresso maciço de capitais estrangeiros no Brasil, acelerou os programas e cursos de educação profissional. Porém, esta iniciativa não logrou êxito no sentido de qualificação dos profissionais, em frente ao crescimento significativo da indústria, em contraponto a escassa e ineficiente formação oferecida pelo sistema escolar. Essa realidade revelava que,

A Escola de Segundo Grau, seja pública ou privada, não foi preparada para oferecer os cursos atrelados a essa prática da indústria, em virtude dos baixos orçamentos recebidos pela educação, pela falta de diálogo entre empresas e

escola e pelo despreparo do MEC e outros órgãos regionais regulatórios que nada sabiam sobre o vínculo educação e trabalho (DELPHINO, 2010, p. 78).

Nesta reflexão está explícito o descuido com a formação profissional, causado pela falta de financiamento, no setor público e privado, o que ocasionou a carência de mão de obra qualificada para a indústria. A educação, juntamente com o desenvolvimento econômico e social do Brasil, refletiram a realidade da crise vivida pelo país, quando do esgotamento do milagre econômico, provocado pela primeira crise do petróleo em 1973.

Essa crise levou o país ao endividamento, por causa das importações do petróleo. Desse modo as taxas de desenvolvimento, slogan do governo militar na época, viram-se ameaçadas, estimuladas pela alta na inflação, concentração de renda, dívida externa, entre outros.

Esses problemas de ordem econômica e política estimularam o governo militar a adotar como medida de investimento, o chamado Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Este plano visou ao crescimento industrial, das exportações e da agricultura, embora não lograsse êxitos nas metas propostas. Neste contexto, “a indústria registrava um crescimento significativo, mas as taxas de inflação e dívida externa foram muito altas. O maior legado foi a consolidação do parque industrial brasileiro” (DELPHINO, 2010, p. 88).

Quanto à educação, o PND apresentou metas em um período quadrienal (1975-1979). Dentre elas estava a expansão da oferta de matrículas dos educandos na faixa etária dos 07 aos 14 anos, bem como a expansão das vagas para o ensino médio. Contudo, nesse período, a ênfase foi dada apenas ao ensino superior, pois a economia funcionava baseada numa tecnologia sofisticada, importada do exterior, além disso, requeria profissionais altamente especializados, embora em pequenas quantidades.

Como consequência, os cursos técnicos desenvolveram-se de forma aligeirados vinculados a priori as exigências do mercado de trabalho, desconsiderando as necessidades humanas do sujeito em formação. A precariedade da oferta desses cursos foi atribuída aos baixos orçamentos recebidos pela educação, além da ausência de articulação com o próprio MEC.

Desse modo, a falta de vínculo entre os cursos ofertados pelas escolas de ensino profissional e as demandas do mundo produtivo, refletiram diretamente nos currículos oficiais das escolas que aderiram às áreas de contabilidade e comércio. Em geral, muitas dessas escolas se transformaram em preparatórios para o vestibular.

Com a política dos governos militares que instituíram o segundo grau profissionalizante, através da Lei de reforma do ensino nº 5.692, de 11 de agosto de 1971,

houve tentativas de superar a dualidade existente entre a escola secundária e a escola técnica, cuja intenção seria apenas de desviar a procura dos jovens e adultos por vagas nos cursos superiores.

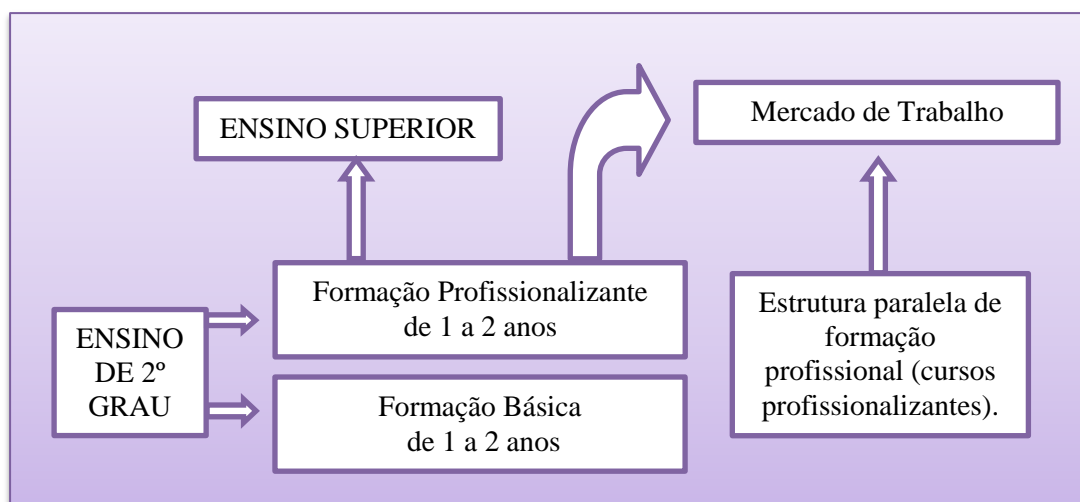
Com efeito, a educação de nível médio e a profissionalização de todo o 2º grau, assumiram caráter compulsório. Coube ao ensino de segundo grau o objetivo principal de habilitação profissional. Por isso, o parecer 45/1972, do Conselho Federal de Educação, determinou as seguintes habilitações: técnico do setor primário (agricultura, economia doméstica rural, pesca, entre outros); técnico do setor secundário (organização industrial, mecânica, siderurgia, tecelagem, eletrônica, entre outros); e técnico do setor terciário (comércio, administração, contabilidade, turismo, enfermagem, entre outros).

Essa organização do ensino profissionalizante, proposto pela lei tornou o ensino de segundo grau de certa forma frágil do ponto de vista ontológico, por causa da extrema ligação com o sistema produtivo. Visto que se a escola prioriza o mercado, reduz as chances de atender as necessidades do ser humano.

Além disso, os cursos superiores histórica e culturalmente sempre foram mais valorizados pelo mercado de trabalho, no entanto com relação à preparação para o mundo do trabalho “a escola mostrou-se, como sempre, ineficiente e pouco preparada para atender às necessidades do mundo produtivo” (DELPHINO, 2010, p.93).

Em consonância com a legislação, a articulação entre o ensino de 2º grau e o ensino profissional daria origem à escola única, que tinha o princípio de continuidade expresso em uma formação geral ampla, em direção às habilitações profissionais.

E, o princípio de terminalidade seria proporcionado pela formação profissional, que daria condições ao estudante de exercer uma profissão, ao mesmo tempo em que prosseguisse os estudos em nível superior. Até o ano de 1996, o sistema formal de ensino apresentava um modelo científico/tecnológico por meio da equiparação formal do ensino secundário e os cursos técnicos (QUADRO 03).



FONTE: Adaptado de MANFRENDI (2002)

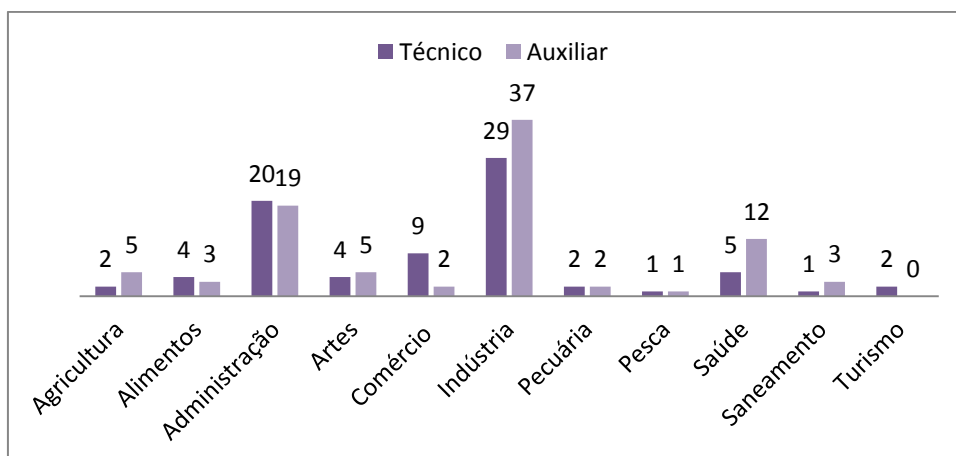
QUADRO 03: FORMATO DO ENSINO DE 2º GRAU NA LEI 5.692/71

As informações do Quadro 03 ilustram que o ensino de segundo grau, nos termos da referida lei, pretende romper com o dualismo histórico da educação, conferindo a esse ensino duas funções, de formação profissionalizante e de formação básica, cuja finalidade é a qualificação para o trabalho, através da habilitação profissional, bem como a preparação dos estudantes para inserção no ensino superior. O aluno só concluiria o segundo grau, mediante a “obtenção de um diploma de auxiliar técnico (no final do terceiro ano) ou de técnico (no final do quarto ano)” (DELPHINO, 2010, p.75).

Desse modo, a estrutura do ensino de segundo grau compreendia cursos com duração de 03 a 04 anos, destinados à formação integral do adolescente. Entretanto, a lei permitia aos sistemas de ensino, mediante aprovação dos seus Conselhos de Educação, a matrícula do aluno no regime de disciplina, podendo este concluir em no mínimo dois anos e máximo em cinco anos, os estudos correspondentes às três séries do segundo grau (BRASIL, 1978).

O objetivo do ensino de segundo grau consistia na habilitação profissional expressa pelo princípio da terminalidade, citado anteriormente. Sendo, que o princípio da continuidade mesclada na base comum dos conteúdos ficava em segundo plano (ROMANELLI, 2010).

As habilitações regulamentadas pelo CFE compreendiam os 79 cursos técnicos e 89 cursos auxiliares, destes foram organizados em setores tais como: Agricultura, Administração, Alimentos, Arte, Comércio, Indústria, Pecuária, Pesca, Saúde, Saneamento e Turismo (QUADRO 04).



FONTE: Vianna (1979, p. 66-72)

QUADRO 04: HABILITAÇÕES DE TÉCNICO E AUXILIAR APROVADAS PELO CFE

Os dados presentes no quadro 04 mostram que os cursos de nível técnico centravam-se nas áreas da indústria, da administração e do comércio, confirmando a predominância dos setores secundário e terciário no contexto da economia brasileira, na década de 1970. Esses cursos buscavam atender às necessidades de profissionais habilitados como técnicos e auxiliares para esses setores.

Essa realidade revela que o sistema econômico brasileiro determina o tipo de educação, característico da realidade de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. A expansão escolar subordinada às relações de produção capitalista cria contradições sérias no sistema educacional, visto que a expansão capitalista se deu de maneira desigual no território brasileiro, do mesmo modo, a expansão escolar por estar relacionada ao modelo capitalista. A contradição reside na distância entre o que a escola oferece para o mercado e o que o referido modelo está a exigir à formação humana (ROMANELLI, 2010).

Como já foi citado, a lei da reforma do ensino de segundo grau foi criada com o propósito de deslocar as intenções das camadas populares pelo ensino superior: “a intenção era que apenas ‘os mais capazes’ teriam direito ao ingresso no ensino superior” (DELPHINO, 2010, p.76). Para tanto, as disciplinas acadêmicas e as disciplinas de ofícios foram mescladas no currículo das escolas de ensino técnico, que ofereciam diplomas igualmente àqueles oferecidos pelo ensino secundário não profissionalizante.

A profissionalização do segundo grau se revestia de um caráter acadêmico, regulamentada pela legislação em vigor e não pelas necessidades do mercado de trabalho. Os currículos das escolas públicas voltavam-se para as demandas do mercado local, enquanto os currículos das escolas privadas concentravam-se nas ciências, nas letras e nas artes,

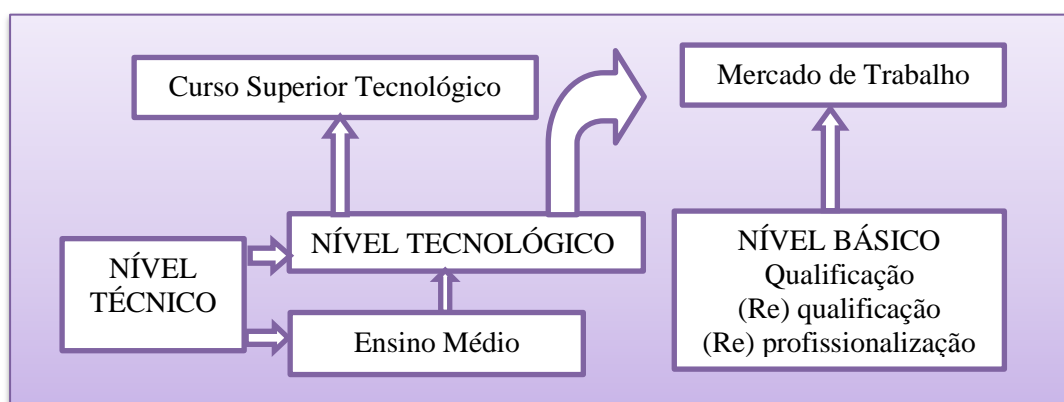
confirmando mais ainda a dualidade do ensino para as elites e aquele destinado para as camadas populares da sociedade.

O Brasil na década de 1980 caracterizou-se pelo desenvolvimento sustentado, significando o crescimento econômico ligado ao desenvolvimento social. Nesse período, a formação profissional foi tida como importante estratégia para que os trabalhadores tivessem acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade brasileira, desencadeadas pelo processo de globalização.

Entretanto, de acordo com Moura (2012), no final dessa década, quase não havia ensino de 2º grau profissionalizante nas redes estaduais de ensino. Apenas as escolas da rede federal de ensino, Escolas Técnicas Federais (ETF) e as Escolas Agrótécnicas Federais (EAF) mantinham cursos técnicos profissionalizantes, por causa do financiamento e da formação de professores especializados.

Diante dos desafios de profissionalização de todo o ensino de segundo grau, a lei 5.692/71 foi modificada em 1982, pela Lei nº 7.044, em que, o ensino de 2º grau recebeu a denominação de ensino médio. A função de preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, poderia ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino.

Essa lei foi revogada pela nova LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no ano seguinte, pelo decreto federal 2.208/97 que instituíram as bases para a reforma do ensino médio. Essa reforma significou a retomada da separação da formação acadêmica e do ensino profissional, concebido como complementar à formação superior. Esse fato foi motivado pela política educacional ditada pelos organismos internacionais, o Banco Mundial e a UNESCO, que preconizava à educação garantias de empregabilidade para os indivíduos, diferentemente do que estava sendo exigido pelo modelo taylorista/fordista (QUADRO 05).



FONTE: Organizado pela pesquisadora, adaptado de MANFRENDI (2002)
 QUADRO 05: FORMATO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL/DECRETO Nº 2.208/97

A realidade da educação profissional expressa no quadro 05 é desenhada no contexto brasileiro da década de 1990 até o ano de 2003, quando o decreto que fixou esse formato foi revogado pelo decreto presidencial nº 5.154 de 2004 a ser discutido mais adiante.

Como se pode observar, o decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, reestabeleceu a histórica dicotomia entre formação profissional e educação geral, de nível médio, disposto no artigo 5º: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”.

Desse modo, o estudante poderia cursar o ensino técnico e ao mesmo tempo o ensino médio em turno e instituição diferentes ou na mesma instituição. E aquele que já possuía diploma de ensino médio, poderia cursar o ensino técnico (sequencial).

O nível básico atribuído à educação profissional poderia ser feito por qualquer trabalhador, independente de escolaridade, configurando-se como uma educação não formal, de aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos. Conferia apenas a certificação de qualificação profissional.

O nível tecnológico correspondia a curso superior da área de tecnologia e exigia do estudante a certificação no ensino médio e técnico. Os cursos correspondentes à educação profissional de nível tecnológico atendiam aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas.

Na década de 1990 surgem novas demandas de ordem política, econômica e social. Nesse contexto, o debate sobre a educação para o trabalho fez emergir discussões e enfrentamento de projetos de diversos atores sociais (governos, empresários, movimentos sociais e entre outros). Projetos estes que precederam a promulgação da LDB nº 9.394 de 1996 (MANFREDI, 2002).

Assim, na tentativa de reconstrução do Estado de direito, negado no período da ditadura militar, na esfera educacional reaparece com força o debate acerca da educação pública, laica e de qualidade para todos. Além disso, ressurge o debate sobre a extinção da dualidade entre educação propedêutica e educação profissional, baseada nos princípios do ensino politécnico.

Segundo Machado (1991), a discussão relacionada ao ensino politécnico desde a década de 1980 foi alvo de debates em seminários, organizados na época, pela Secretaria Nacional da Educação Básica (SNEB) do MEC. Essa ideia de escola unitária e de ensino politécnico consistia na formação humana de modo amplo e omnilateral. Um ensino médio direcionado ao domínio indissociável da cultura, da ciência, do trabalho e da tecnologia. Uma

educação integral e integrada que focalizasse a pessoa humana e não apenas o mercado de trabalho.

No entanto, a proposta de ensino médio fundamentado nos princípios da politecnicidade não alcançou êxito, porque esta proposta dependia de decisão política, cabendo ao Estado garantir todo aparato físico e de pessoal, o que não ocorreu de fato (MOURA, 2012).

As ações governamentais no âmbito da educação pública negligenciavam o financiamento, a colaboração das esferas federais e das redes públicas de ensino, a formação de quadro de profissionais qualificados com condições de formação inicial e continuada, além de infraestrutura apropriada às escolas.

Essas ações teriam como finalidade ofertar escolas com condições estruturais, materiais e com profissionais qualificados, a fim de atender todas as pessoas, independente de classe social, gênero, raça e etnia, principalmente aquelas marcadas por trajetórias descontínuas de escolarização. Pessoas das camadas populares que vivenciam situações de exclusão, de extrema pobreza e de negação de seus direitos, inclusive de uma educação gratuita e de qualidade.

Como já foi mencionado, durante a primeira metade dos anos 90, antes da aprovação da nova LDB, diversos anteprojetos de reestruturação do ensino médio e profissional foram alvos de debates e discussões de diferentes grupos sociais, tais como: entidades de profissionais da educação, de pesquisa, de movimento popular, de trabalhadores, entre outros.

Nesse sentido, no âmbito do governo federal, dois projetos distintos sobressaíram: o do MEC, na época através da Secretaria de Ensino Técnico (SENTEC) e o do Ministério do Trabalho (MT), através da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) (MANFREDI, 2002).

O projeto na perspectiva do MEC referia-se a uma proposta de organização de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica, com base nos países do Primeiro Mundo, visto que “[...] para o Brasil ingressar num novo patamar de desenvolvimento, seria preciso fazer investimentos na formação e no desenvolvimento de recursos humanos, tal como feito pelos países detentores de tecnologia de ponta” (MANFREDI, 2002, p.117).

Neste sistema idealizavam o envolvimento de todas as escolas técnicas do setor público federal, estadual e municipal, além de instituições privadas da rede SENAI e SENAC, ambas responsáveis pelo atendimento da demanda da população pela formação profissional. Na realidade, isso serviu de orientação para elaboração de projetos de reforma do ensino médio e técnico que gerou o Decreto nº 2.208/97, que atendeu aos interesses imediatos dos empresários e dos órgãos internacionais.

Outro projeto na perspectiva do MT/SEFOR surgiu a partir de diagnóstico crítico da situação da educação escolar em geral e do ensino profissional. O chamado Plano Nacional de Educação Profissional esteve direcionado para a realidade das pessoas trabalhadoras, desempregadas e para as menos escolarizadas (MANFREDI, 2002).

A construção desse plano envolveu instâncias governamentais e não governamentais, universidades, trabalhadores e organizações ligadas a programas de Educação de jovens e Adultos. Suas estratégias formativas estavam destinadas à requalificação de trabalhadores jovens e adultos e à sua formação continuada, buscando superar a visão predominante de treinamento. Esteve, pois contrário à dicotomia entre a educação básica e educação profissional.

A década de 1990 representou a implementação de muitas iniciativas privadas no campo da educação, as quais foram preponderantes para a educação profissional. A título de exemplo, cita-se a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

As escolas mantidas por esses órgãos, conhecidos por Sistema “S”, são financiadas pelo poder público. Trata-se de recursos públicos geridos pela confederação do comércio e da indústria. Então, ocorreu uma ampliação do atendimento profissional à população brasileira que crescia consideravelmente, no sentido de torná-la apta para o trabalho. Dessa forma, o debate sobre a educação estava sob o controle do sistema empresarial, que concebia a formação do capital humano como propulsor do desenvolvimento econômico e social do país.

Ainda na esfera do Governo Federal, as Escolas Técnicas Federais, que se originaram das Escolas de Aprendizes e Artífices, depois de passar por várias modificações ao longo da história (de Liceu Industrial, para Escola Industrial e, depois para Escola Industrial Federal e Escola Técnica Federal), se transformaram em Centros Tecnológicos conhecidos como CEFET, e atualmente receberam a denominação de Institutos Federais (IF).

Somente a partir da nova LDB nº 9.394/96 consolidaram-se no plano legal, as reformas do ensino profissionalizante. Em seu Artigo 40, a atual LDB regulamenta que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

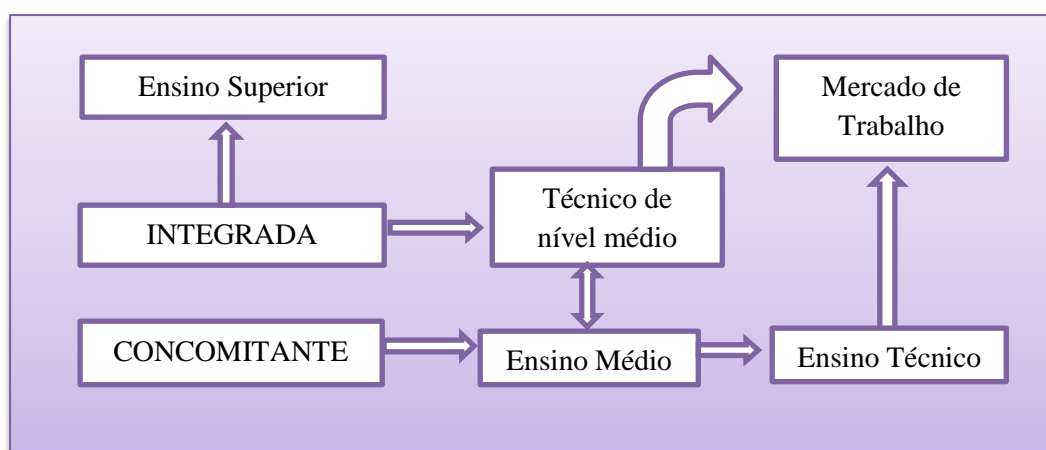
Essa configuração da educação profissional determinada pelo decreto nº 2.208/97 estabeleceu a estrutura desse ensino em níveis, citados anteriormente, básico, técnico e tecnológico poderiam ser realizados em escolas de ensino regular, em instituições

especializadas (instituições federais, públicas e privadas, apoiadas pelo poder público) ou nos ambientes de trabalho.

Durante a vigência do Governo Federal no ano de 2003, o compromisso com educadores progressistas levou à revogação do referido decreto pelo de nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que modificou a estrutura da educação profissional de níveis para cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio (nas formas integrada, concomitante e subsequente), e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Essa revogação foi motivada pela promoção de políticas públicas de formação profissional e de inclusão social das pessoas jovens e adultas trabalhadoras, que provocou embates políticos com as forças conservadoras, em seminários, conferências e encontros (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

A nova redação da LDB/1996 recebida pelas modificações referente à Educação Profissional, em conformidade com a lei nº 11.741/2008, estrutura a educação profissional e tecnológica em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, cursos de educação profissional técnica de nível médio e em cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. A educação profissional técnica de nível médio, ênfase deste estudo, organiza-se em cursos desenvolvidos de duas formas: integrada e concomitante (QUADRO 06).



FONTE: Organizado pela pesquisadora, adaptado de MANFRENDI (2002)
 QUADRO 06: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA/LEI Nº 11.741/2008

A forma integrada é oferecida ao egresso do ensino fundamental, em que o curso técnico é organizado juntamente com o ensino médio, mantendo-se matrícula única para cada aluno. A integração no ensino médio com o ensino técnico com o intuito de formação integral

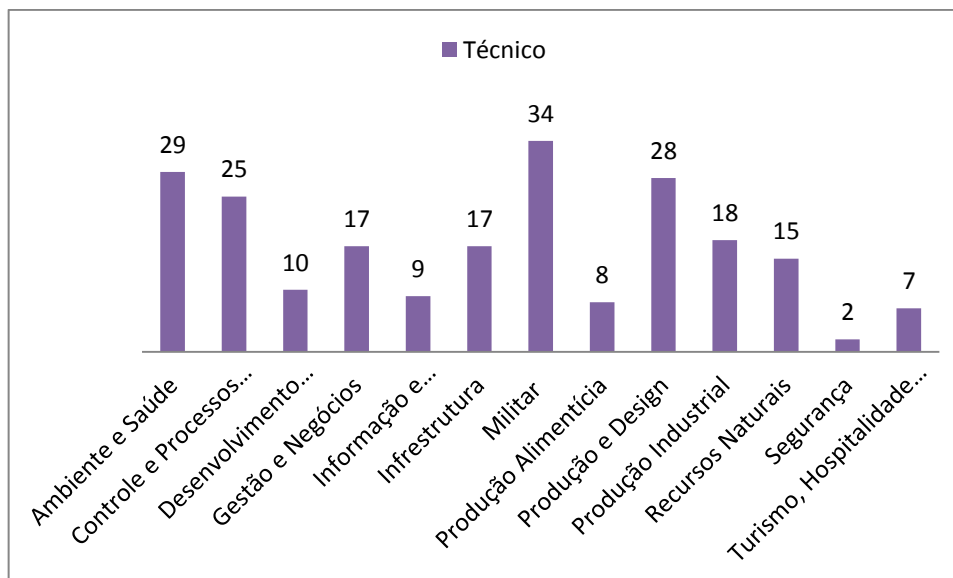
do ser humano é condição necessária para a superação do dualismo educacional reflexo do dualismo de classes, que a sociedade brasileira herdou historicamente. Nesse sentido, a integração é uma necessidade conjuntural “[...] para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 45).

A educação tecnológica, como expressa a lei, equivale aos cursos superiores da área de tecnologia. Assim, a perspectiva da educação integrada no ensino médio está na possibilidade do aluno dominar os conteúdos requeridos para o ingresso em cursos superiores tecnológicos e de graduação, ao mesmo tempo, em que adquire uma habilitação profissional em curso técnico específico.

Na forma concomitante, o curso técnico é ofertado paralelo ao ensino médio, dependente deste, diferente do estabelecido no decreto 5.154/2004 que considerava também a conclusão do ensino fundamental. É pertinente ressaltar que as demais características desse decreto para o ensino técnico concomitante mantiveram-se inalteradas para essa lei. A forma subsequente, embora não evidenciada na lei, permaneceu vinculada à forma concomitante, destinando-se ao egresso do ensino médio que almejasse a formação de técnico.

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), publica no ano de 2008, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) que foram organizados por uma comissão de executiva nacional composta por representantes do MEC, do Conselho Nacional de Educação (CNE), entidades ligadas à oferta de cursos técnicos e especialistas da área.

Os cursos constantes no CNCT demandam eixos denominados tecnológicos. São eles: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer. Todos esses treze eixos contêm cursos técnicos (QUADRO 07).



FONTE: MEC (2012)

QUADRO 07: EIXOS TECNOLÓGICOS APROVADOS PELO CNCT/2012

De uma maneira geral, pode-se observar que, dos treze eixos tecnológicos, existe a predominância de cursos técnicos nos seguintes eixos: Militar, Ambiente e Saúde, Produção e Design e o eixo Controle e Processos Industriais. Estes são resultado das mudanças no sistema produtivo e das concepções educacionais.

É importante destacar que esses eixos organizam-se em função da estrutura socioocupacional e tecnológica como determina a lei nº 11.741/2008, no Art. 39, “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

Os cursos que compõem os eixos podem ser ofertados segundo itinerários formativos correspondentes à diversidade de especialidade ou ocupações constantes nos setores da economia, na forma de educação continuada. Itinerário formativo “refere-se à estrutura de formação escolar de cada país, com diferenças marcadas, nacionalmente, a partir da história do sistema escolar, do modo como se organizaram os sistemas de formação profissional ou o modo de acesso à profissão” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p.75).

Esses itinerários consistem no conjunto de etapas que compõem a organização da educação, neste caso, a profissional técnica de nível médio, viabilizando aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

O perfil do profissional do século XXI prioriza o profissional que atenda ao novo setor produtivo e às novas tecnologias. A rapidez das mudanças econômicas, sociais e culturais

admite para o campo educacional uma escolaridade básica não mais desintegrada do ensino profissional.

O próprio paradigma da educação para este século concebe um currículo integrado, capaz de responder às expectativas de profissionalização, especialmente para as pessoas jovens e adultas que retornam à instituição escolar, movidas pelas necessidades de ingresso ou reinserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a integração entre a formação geral e a formação profissional, nos dias atuais, contrapõe-se ao modo como foi efetivada no século passado.

Dentre as políticas educacionais brasileiras foram dadas prioridades à educação profissional, com a revogação do decreto nº 2.208/97, que possibilitou a integração do ensino médio ao técnico, consubstanciada no decreto nº 5.154/2004. Em seu Art. 3º, parágrafo 2º destaca a articulação preferencial dos cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores com cursos de educação de jovens e adultos, “objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento do referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho”.

Nessa mesma perspectiva, o Governo Federal, por meio da edição do decreto nº 5.478, de 24 de julho de 2005, institui o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) somente para a rede federal de ensino. Em seu documento base esclarece que esse Programa “expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio” (BRASIL, 2007, p.12).

Assim, inicialmente o Programa foi implantado na rede de instituições federais de educação profissional que compreende os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais vinculadas às Universidades Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Isso significou para essas escolas, uma mudança histórica, em todos os aspectos (curricular, pedagógico, físico, humano, entre outros), visto que na história da rede federal é inédita a presença de jovens e adultos com este perfil.

O PROEJA tornou-se um Programa Nacional, respaldado pelo decreto nº 5.480, de 13 de julho de 2006, trazendo mudanças significativas, como a abrangência dos cursos ao ensino fundamental ou ao ensino médio de forma integrada ou concomitante, em conformidade ao

decreto nº 5.154/2004. Além da permanência do Programa na rede federal de ensino, houve a inclusão nas redes estaduais, municipais e das entidades privadas vinculadas ao Sistema S.

Desse modo, com o objetivo de elevar o nível de escolaridade do jovem e do adulto trabalhador, o Programa abrange ainda os cursos e programas de educação profissional de formação inicial e continuada de trabalhadores; e a educação profissional técnica de nível médio.

Segundo texto base (2007) do PROEJA, seis princípios consolidam esse Programa, como política educacional de acesso ao público da EJA ao ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio. Estes princípios foram definidos através de reflexões teóricas e práticas, desenvolvidos em estudos relacionados ao campo da EJA, ao ensino médio e aos cursos de formação profissional e tecnológica.

O primeiro princípio trata do papel e do compromisso das entidades educativas com a inclusão da população em suas ofertas educacionais; o segundo refere-se à inserção orgânica da EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos; o terceiro refere-se à expansão e à universalização do ensino médio; o quarto concebe o trabalho e a educação de modo interligado, como meio de transformação dos sujeitos/educandos; o quinto define a pesquisa como fundamento da formação do sujeito que produz conhecimentos e modifica sua realidade; e o sexto ressalta as condições de gênero e as relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

Assim, a profissionalização vinculada ao ensino médio, configura novos horizontes de continuidade de estudos e também de carreira profissional para as pessoas jovens e adultas cujos direitos foram restringidos inclusive os de concluir a educação básica e ao mesmo tempo, obter uma formação profissional.

Nessa perspectiva o PNE, para o período 2011-2020, aponta três metas e estratégias para a educação profissional integrada ao ensino médio (QUADRO 08). A saber:

META	ESTRATÉGIAS
Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85% (META 03).	3.7) Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

META	ESTRATÉGIAS
<p>Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (META 08).</p>	<p>8.4) Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;</p>
<p>Triplificar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público (META 11).</p> <p>Triplificar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público (META 11).</p>	<p>11.1) Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;</p> <p>11.2) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;</p> <p>11.3) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurando padrão de qualidade;</p> <p>11.4) Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;</p> <p>11.5) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;</p> <p>11.6) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;</p> <p>11.9) Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;</p> <p>11.10) Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p> <p>11.11) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte).</p>

FONTE: PNE / 2014

QUADRO 08: METAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

Na meta 03, a estratégia 3.5 está relacionada à matrícula no ensino médio integrado à educação profissional, levando em consideração as especificidades do público atendido (as populações do campo e as comunidades indígenas, quilombolas e as pessoas com deficiência),

bem como sua história particular. É preciso, pois pensar o sujeito concreto, imerso em determinada realidade, muitas vezes desconhecida pela instituição escolar.

A elevação do tempo de estudo das populações mais pobres, dos povos do campo, das pessoas negras e não negras ganha respaldo na meta 08. A inclusão e a permanência dos jovens de 18 a 29 anos na escola, com vistas à elevação dos anos de estudo conta com a oferta de educação profissional nos estabelecimentos do sistema sindical, “Sistema S”, possibilitando aos jovens a conclusão do ensino médio e a formação profissional.

As oportunidades de educação profissional técnica de nível médio, na meta 11 e suas respectivas estratégias, garantem aos jovens cursar essa etapa da educação, nas modalidades presenciais ou a distância, em instituições de ensino público, com qualidade, equidade e gratuidade. Do mesmo modo, assegura a ampliação da oferta de matrícula nas entidades privadas do sistema sindical, a fim de atender à demanda pela educação profissional técnica de nível médio por pessoas com vários tipos de deficiências.

1.3 Educação de Jovens e Adultos no Brasil a partir da Lei nº. 5.692/71 e LDB nº 9.394/96

O Ministério da Educação através da Lei nº 5.692/71 implantou o ensino supletivo, que significou no plano formal a ênfase dada à educação de adultos, em uma lei federal, até então, jamais vista na história da educação brasileira. Este ensino teve abrangência da alfabetização até a formação profissional de adultos. Assim, surgiram os Centros de Ensino Supletivo (CES) com a finalidade de atender aos adolescentes e adultos em distorção idade série, que pretendiam concluir a escolarização.

A preocupação dos legisladores residia na oferta de formação profissional de maneira imediata para um público engajado na força de trabalho. Além da formação geral os exames tinham efeito de habilitação profissional de 2º grau, sendo que a união desses dois exames (educação geral e profissional) conduzia ao diploma de técnico (HADDAD, 1987).

Nesse sentido, os exames supletivos se realizavam no nível de 1º grau e no nível de 2º grau, sendo este último destinado aos adultos a partir dos 21 anos de idade. Os cursos eram realizados em classes, presenciais ou via rádio, televisão, correspondência (carta) e outro meio de comunicação de grande alcance para atender ao maior número de jovens e adultos, caracterizando-se em uma modalidade à distância. Esses exames visavam exclusivamente à certificação daquelas pessoas que se encontravam à margem da escola regular.

Somente, a partir da promulgação dessa lei de reforma do ensino brasileiro, provocada pelos interesses do governo dos militares, a EJA veio a se configurar como direito garantido, embora definidas as funções básicas de suplências, as quais se resumiam no suprimento da escolarização perdida na idade própria.

Nesse sentido, ao voltar o olhar para as finalidades desse ensino dirigido a pessoas jovens e adultas, verifica-se a existência de uma limitação das suas funções, apontadas pelo próprio Parecer do Conselho de Educação nº 699/1972 de relatoria do conselheiro Valmir Chagas. As funções do supletivo foram de suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação.

A suplência dava aos adolescentes, jovens e adultos a educação escolarizada de 1º e 2º graus. Pelo suprimento os jovens e adultos receberiam estudos de aperfeiçoamento ou atualização, proporcionados pelo reingresso ao sistema de escolar.

A aprendizagem fundamentava-se em uma formação instrumentalista, voltada para os interesses do mercado, promovida por empresas privadas, tais com o SENAC e o SENAI. A qualificação limitava-se à educação meramente técnica profissionalizante, sem perspectivas de uma formação geral, encarregada de preparar os recursos humanos para o trabalho.

Com a instauração da democracia na década de 1980, a educação de jovens e adultos alcança avanço significativo com a Constituição de 1988 por dar prioridade à educação dentro dos direitos sociais, e em seu Art. 208, inciso I reza que o dever do Estado com a educação dar-se-á mediante: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

A democratização da educação definida como direito subjetivo, propôs a redução do grau de exclusão e desigualdade social das pessoas jovens e adultas, condição que perpassa o sistema de ensino. Por outro lado, nesse período houve grande ausência de políticas públicas no campo da EJA, justificada pela grande quantidade de programas e cursos aligeirados de educação de jovens e adultos, sem comprometimento com essa demanda populacional.

Assim, até a década de 1980 houve grande difusão do MOBREAL, que foi extinto em 1985, e substituído pela Fundação Educar. Esta fundação financiava e apoiava tecnicamente iniciativas pontuais de educação de adultos, pautadas por programas governamentais, de entidades civis e de empresas.

Quando da realização em março de 1990, da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia), dentre os compromissos assumidos pelos governos, agências internacionais, organismos não governamentais, estava a intenção de assegurar educação

básica de qualidade à população mundial (infantil, juvenil e adulta). A base política e ideológica dessa Conferência encontrou terreno fértil na mentalidade brasileira. No ano seguinte, foi publicado o Plano Decenal de Educação para Todos, em 1993. Com esse plano o Brasil confirmou a implantação no país do projeto educacional firmado em Jomtien.

A educação como direito subjetivo encontra-se respaldada pela CF de 1988 e pela LDB 9394/96. Como já foi mencionado, a Constituição deixa evidente que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (ART. 208, § 1º)”, sendo dever de o Estado oferecer educação para as pessoas jovens e adultas com distorções idade e série.

Por outro lado, estão explícitas nos artigos 37 e 38 da LDB, nº 9.394/96, as garantias de acesso e continuidade dos estudos, na abrangência das etapas de ensino, tanto fundamental quanto ao médio. Nesta perspectiva, a concepção de EJA como modalidade da educação básica é referendada, no art. 4º:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] VII – oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso permanência na escola (BRASIL, 1996).

Essas oportunidades educacionais devem respeitar a diversidade do público atendido pela EJA, considerando suas características, interesses, condições de vida e de trabalho, bem como as suas especificidades. A VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), que aconteceu no Brasil, na cidade de Belém/PA, no ano de 2009, ampliou a concepção da EJA, baseada nos valores emancipatórios, humanistas e de educação democrática. Em seu documento denominado “Marco da Ação de Belém” reafirmou os princípios definidos na V CONFINTEA, no documento denominado: Declaração de Hamburgo. Essa declaração trouxe em seu bojo a concepção de educação ao longo da vida.

Nesse sentido, a educação ao longo da vida, proposta no documento, diz respeito à satisfação das necessidades e habilidades dos indivíduos, com diferentes idades e em diferentes fases da vida. No tocante ao trabalho, há de contribuir para o acesso de todos a domínios das capacidades produtivas.

Outro avanço bastante significativo para essa modalidade de educação, diz respeito à instituição do Parecer CNE da Câmara de Educação Básica (CEB), nº 11/2000, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, delineada para toda a educação básica (Ensino Fundamental e Médio). Essas Diretrizes tornam obrigatória a oferta na estrutura dos componentes curriculares, em conformidade com as peculiaridades dessa

modalidade de educação. Acrescenta à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora, o que ultrapassa o caráter supletivo de ensino.

A função da EJA é reparadora no sentido de restaurar o direito negado às pessoas jovens e adultas, impedidas de continuar a escolarização básica, sobretudo o direito a uma educação de qualidade, capaz de valorizar o ser humano em todas as suas dimensões. A função equalizadora se relaciona à igualdade de oportunidades às pessoas jovens e adultas, aos bens culturais e sociais, historicamente constituídos.

A função qualificadora ou permanente reconhece o caráter contínuo e dinâmico das aprendizagens em todas as fases da vida do ser humano. Essas funções conferem identidade à EJA, pois ampliam os espaços educativos, bem como as aprendizagens dessas pessoas, para além da vida escolar.

Por estas diretrizes entende-se que a concepção de EJA prevalecente é aquela de educação, no seu sentido amplo e não mais simplesmente escolarização. Como o termo educação é amplo, a concepção assumida é de uma educação essencial e insubstituível, no sentido de prática cultural da vida humana e da experiência de cada sociedade. Assim, a educação é “um bem em si”, é integral, pois leva em consideração a pessoa em sua complexidade e integralidade (BRANDÃO, 2002).

A EJA consiste em uma educação que visa atender às necessidades imediatas e mediatas das pessoas jovens, adultas e idosas, no tempo presente, diferentemente dos adolescentes e jovens do ensino regular, sem trajetórias descontínuas no processo de escolarização.

No contexto atual, pelas legislações, tem-se clareza da garantia do acesso das pessoas jovens e adultas aos sistemas educacionais, indistintamente, sobretudo pela facilidade de ingresso em programas e projetos de educação, como por exemplo, o Brasil Alfabetizado, instituído na esfera do governo federal. Contudo, o grande desafio consiste na permanência e continuidade dessas pessoas na escola, pois muitos não veem sentido na educação deslocada da sua vida pessoal e profissional.

Muitos projetos e programas de educação de jovens e adultos no Brasil, historicamente, têm sido realizados em curto período de tempo, outros tem se esforçado por se constituir em uma política educacional. Nessa perspectiva, a reflexão que se faz do PROEJA está nas possibilidades de efetivação como política pública, a fim de tornar a etapa de escolarização mais significativa para o público da EJA.

De acordo com o texto base do PROEJA (2007), este Programa concebe uma formação profissional aliando escolarização a todo segmento da EJA, cujo princípio norteador

é a formação integrada, que “sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (CIAVATTA, 2012, p. 85).

A ideia de educação profissional integrada ao ensino médio teve suas raízes na década de 1980, palco das lutas políticas, ideológicas e sociais pela deflaxa da escola pública, que superasse o tradicional dualismo entre trabalho e educação. No contexto brasileiro, Dermeval Saviani (1944) põe em relevo a pedagogia socialista, contribuindo com o conceito de formação omnilateral, que surgiu dos conceitos de educação politécnica e escola unitária, cujos autores foram respectivamente: Karl Marx (1818-1883) e Antônio Gramsci (1891-1937).

A escola ao assumir a função social de formar os indivíduos para o trabalho e, ao mesmo tempo, para estudos posteriores, assume a formação omnilateral dos sujeitos, que está relacionada ao desenvolvimento da pessoa em suas múltiplas dimensões e capacidades. Pois, pelo trabalho, o homem se educa, se transforma, cria e recria a natureza.

A politecnia vem romper com as relações sociais capitalistas de formação unilateral do homem, de exploração pelo trabalho. No contexto da educação brasileira “embora o ensino médio não materialize a politecnia, ao voltar-se para ela, carrega consigo os germes da sua possibilidade, representando assim uma travessia, um rumo a tal horizonte” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 15).

Em termos históricos, no Brasil, desde a década de 1990, o público da EJA tem sido excluído das políticas públicas permanentes. A continuidade da adoção de programas de educação no século XXI pouco tem contribuído para amenizar essa situação.

No entanto, a formação proporcionada pelo PROEJA não pode se restringir apenas à qualificação das pessoas jovens e adultas no, ou para o mercado de trabalho, mas que “[...] articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas” (FRIGOTTO, 2007, p.1144), inserindo todas as pessoas na sociedade, de maneira autônoma e politizada.

Em sintonia com a formação escolar e ao mesmo tempo profissional, esse Programa é uma alternativa para superação do caráter dualista da educação, historicamente construída. O desafio educacional insiste em aprimorar uma política de formação de cidadãos e cidadãs emancipados, sensibilizados dos seus direitos, deveres e obrigações para com a sociedade em que estão inseridos.

O trabalho, em todas as suas formas, quer seja formal ou informal, a qualificação ou requalificação profissional tem sido um dos aspectos motivadores pela busca da conclusão da

escolarização das pessoas jovens e adultas, que procuram retornar à escola com a finalidade de suprir suas necessidades imediatas.

O PNE, para o período 2011-2020, aponta dentre suas metas, estratégias para a EJA, na perspectiva de formação profissional integrada ao ensino médio visando à escolarização e ampliação das oportunidades de trabalho para as pessoas jovens e adultas. Veja-se a Meta 10 (QUADRO 09).

META	ESTRATÉGIAS
<p>Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (META 10).</p>	<p>10.1) Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;</p> <p>10.2) Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;</p> <p>10.3) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;</p> <p>10.4) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;</p> <p>10.5) Implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;</p> <p>10.6) Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;</p> <p>10.7) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;</p> <p>10.8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;</p> <p>10.9) Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;</p> <p>10.10) Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e</p>

META	ESTRATÉGIAS
Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (META 10).	implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração; 10.11) Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

FONTE: PNE/2014

QUADRO 09: METAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A meta 10 traz 11 estratégias que se relacionam ao atendimento à escolarização para as pessoas jovens e adultas, sobretudo no tocante à formação profissional. Essas estratégias buscam manter os programas nacionais, expandir as matrículas de formação inicial e continuada de trabalhadores, promover cursos presenciais e a distância, garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, ampliar as oportunidades profissionais e educacionais, além de promover a assistência social.

Em suma, fortalecer a diversidade dos sujeitos da EJA é construir identidades sociais que dialogam entre si. É formular propostas educativas que valorizem e respeitem essas diferenças que também são resultado da heterogeneidade da sociedade brasileira, em seus aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos.

É inquestionável promover ao público da EJA condições favoráveis para a garantia de um ensino gratuito e de qualidade. Assim, é necessário incorporar a ideia de formação inicial e continuada de trabalhadores que transformem a vida das pessoas, tornando os sujeitos ativos no processo educativo, em que possam adquirir mais autonomia, emancipação humana e também liberdade para produzir força de trabalho. o capítulo 02, em seguida, tratará do percurso metodológico da pesquisa.

*CAPÍTULO 2 - PERCURSO METODOLÓGICO DA
PESQUISA*

A pesquisa envolve uma análise bibliográfica densa que exige tempo, dedicação, compromisso, enfim muitas horas de estudos, resultando na construção do estado da arte que oferece o suporte teórico e metodológico ao trabalho. Nesse capítulo, destaca-se a opção metodológica definida para trilhar os caminhos da pesquisa, delineando o contexto empírico, o *locus* da investigação (de onde se originaram as vozes), que conferiram fidedignidade ao estudo. Caracterizam-se os sujeitos que deram voz e vida aos dados empíricos, oferecendo as ferramentas necessárias para responder à grande questão que conduziu as trilhas povoadas de momentos de “certezas” e “incertezas” conflitantes, que instigaram o processo dessa investigação.

Coloca-se, também, para avaliação dos leitores que provavelmente terão contato com o produto desse trabalho, os instrumentos utilizados na coleta de dados, tais como: questionário e entrevista em Grupo Focal, seguida da organização dos dados produzidos, em categorias, extraídas das contribuições dos sujeitos em observância ao núcleo de sentido, relacionado ao nosso objeto de estudo “influência da formação técnica, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos no crescimento pessoal e profissional”.

A interpretação dos dados empíricos sustenta-se nas categorias teóricas estudadas e construídas ao longo do estudo à luz do método da análise de discurso. Contribuíram para a escolha metodológica: Iñiguez (2004), Gatti (2005), Barbour (2009), Bardin (2010), Chizzotti (2010), Minayo (2012), Oliveira (2010), Brandão (2012), Orlandi (2012), entre outros.

2.1 Situando o tipo de pesquisa

Para atingir o propósito delineado pelo objeto deste estudo, elegeu-se a pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva. Qualitativa, porque trabalha os fenômenos humanos colhidos no empírico, como parte da realidade social e, por isso dispensa dados somente quantitativos. Descritiva, pois faz uso de informações da própria realidade, priorizando os significados, as aspirações, os valores e as crenças, atribuídos pelos sujeitos investigados, no entendimento de questões relacionadas aos objetivos da pesquisa (MINAYO, 2012).

Assim, a opção pelo enfoque descritivo se aplica ao interesse em investigar a influência da formação técnica, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos no crescimento pessoal e profissional dos egressos do Curso Técnico em Informática do PROEJA no Colégio Técnico de Bom Jesus, visto que, permite uma análise minuciosa da problemática em foco “[...] da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou, mais

precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada [...]” (OLIVEIRA, 2010, p.68).

É importante destacar ainda que, por meio da pesquisa qualitativa, o objeto de estudo se reelabora, se reconstrói à medida que ocorre a revisão bibliográfica e o acesso aos dados. Do mesmo modo, também através da concretização das análises dos dados, de modo mais geral, quando o pesquisador vai avançando em seus estudos, pois “[...] esse movimento de vai-e-vem ritma a cronologia do ato de pesquisa e constitui uma das principais características da pesquisa qualitativa” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 149).

Ainda a esse respeito, esse tipo de pesquisa possibilita uma interação dos sujeitos envolvidos com o objeto de estudo, através dos quais são consideradas as opiniões pessoais, os sentimentos, as impressões dos sujeitos acerca do fenômeno que está sendo investigado. Desse modo, as pesquisas qualitativas “[...] pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam” (CHIZZOTTI, 2010, p.28).

A abordagem qualitativa apresenta como ponto de partida a pesquisa bibliográfica, através da constante revisão da literatura, delimitação do tema de pesquisa, dos objetivos e do objeto de estudo (OLIVEIRA, 2010). Essas categorias teóricas auxiliam o pesquisador no entendimento da complexidade da realidade, constantemente questionada, reavaliada e redefinida pela análise crítica e reflexiva (SALES, 2005).

Assim, tendo em vista que “a trajetória metodológica parte do concreto (empírico), passa pelo abstrato (teoria), para chegar ao concreto-pensado” (DAMASCENO, 2005, p. 46), a pesquisa qualitativa do tipo descritiva em educação permite ao pesquisador agir com sensibilidade, através do olhar e da escuta criativos, curiosos e dinâmicos. Nessa perspectiva, estabelece uma relação dialética com a realidade investigada, estudada e percebida, em consonância com os sujeitos e o próprio objeto de estudo.

2.2 Locus de origem das vozes

O contexto empírico da pesquisa, o Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ), vinculado à Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Universitário professora “Cinobelina Elvas”, está localizado na cidade de Bom Jesus, no Estado do Piauí. Sediado no Planalto Horizonte, bairro Cibrazém, este colégio funciona neste município desde 1982, quando foi criado através da Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) nº 02/81, nessa época foi denominado Colégio Agrícola de Bom Jesus (CABJ).

O Município de Bom Jesus está situado no sul do Estado do Piauí, na Microrregião do Vale do Rio Gurgueia, região dos cerrados, aproximadamente a 640 km da capital Teresina. Nele predominam grandes reservas de água subterrânea, que representam o terceiro potencial de água doce do Nordeste do país (FOTOGRAFIA 01).

FOTOGRAFIA 01: BOM JESUS/LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



FONTE: Retirada do google imagens. Acesso em 04/02/1014

O município demonstra, nos últimos anos, crescimento econômico significativo, grande potencial para abertura de novas empresas, indústrias multinacionais e nacionais de médio e grande porte. Necessita, portanto, de mão de obra qualificada que atenda às necessidades das demandas que se impõem.

A região é promissora, conhecida nacionalmente, como última fronteira agrícola, pela expansão do agronegócio e de atividades econômicas diversas, desencadeada pela produção da soja, que atraiu a comunidade gaúcha que lá reside e vivencia um momento de crescimento do setor agropecuário e conseqüentemente do comércio, juntamente com o desenvolvimento da educação, com a implantação do Campus Universitário Professora “Cinobelina Elvas”, resultante da expansão da Universidade Federal do Piauí.

O Colégio Técnico de Bom Jesus é referência na região Sul piauiense pela obtenção de excelentes resultados no manejo e produção de suínos de elevado padrão genético resultante da aquisição de animais de alta-linhagem. Essa atividade faz parte do laboratório vivo de ensino e aprendizagem do curso Técnico em Agropecuária, bem como, espaço de aplicação de pesquisas e de desenvolvimento de projetos de extensão.

O colégio dispõe de uma ótima infraestrutura, doze (12) salas de aula, todas climatizadas, além de equipamentos de multimídia, laboratórios, ginásio de esportes, horta escolar dentre outras (FOTOGRAFIA 02).

FOTOGRAFIA 02: INSTALAÇÕES DO CTBJ



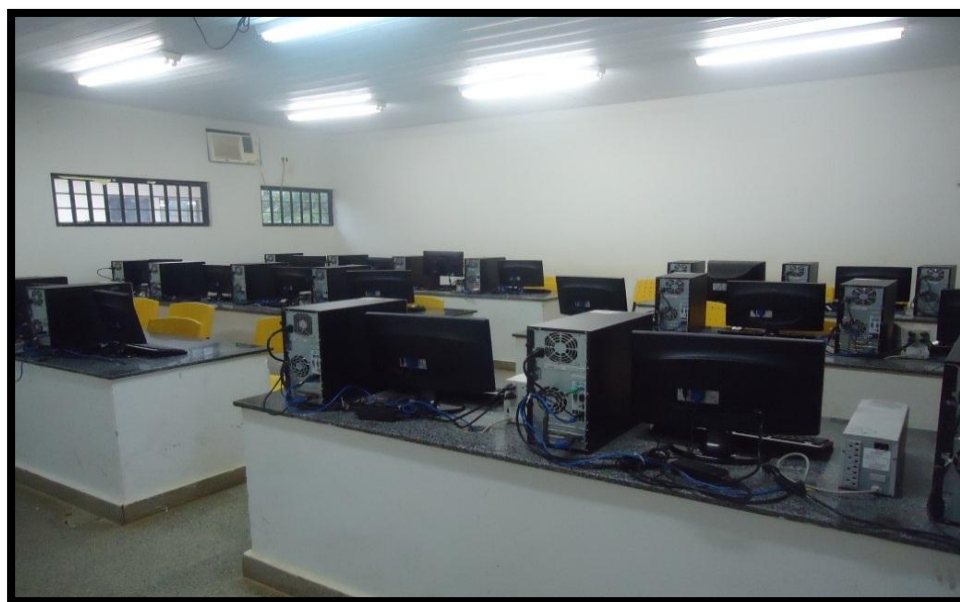
FONTE: Arquivos da pesquisadora (2013)

O setor pedagógico compreende a coordenação geral de ensino, coordenação do ensino médio, coordenação do Curso Técnico em Agropecuária, coordenação do Curso Técnico em Informática, coordenação do Curso Técnico em Enfermagem, coordenação do PROEJA e chefia de serviço de orientação educacional.

O corpo docente é constituído por 28 professores efetivos, destes 05 são doutores, 13 mestres, 09 especialistas e apenas 01 graduado e 06 temporários, sendo 01 graduado, 04 especialistas e um mestre.

Para o Curso Técnico em Informática, o CTBJ disponibiliza laboratório de montagem e manutenção de computadores, espaço em que os estudantes realizam as atividades práticas. Os laboratórios estão devidamente equipados com sessenta (60) computadores conectados à internet e dois (02) retroprojetores (FOTOGRAFIA 03).

FOTOGRAFIA 03: LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA



Fonte: Arquivos da pesquisadora (2013)

Atualmente, o colégio passou a denominar-se Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ), pela Resolução nº 003/13 (anexo A). Possui tradição na região, está entre os melhores colégios da cidade e lidera o ranking das escolas públicas do Estado do Piauí. É reconhecido pelo serviço que presta à comunidade, pela qualidade dos cursos e dedicação ao ensino.

Tem como missão promover a formação do educando no âmbito da educação básica e profissional, preparar os jovens para o trabalho e para o exercício pleno da cidadania. Oferta o ensino médio e técnico, integrado e concomitante e o curso técnico integrado ao ensino médio na modalidade EJA, visando desenvolver as competências e habilidades necessárias à formação integral do educando e o ingresso ao mundo do trabalho. Assim, tem como desafio “formar profissionais que sejam capazes de lidar com a rapidez a produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como, a transferência e aplicação desses conhecimentos na sociedade e, principalmente, no mundo do trabalho” (PROEJA, 2008, p.2).

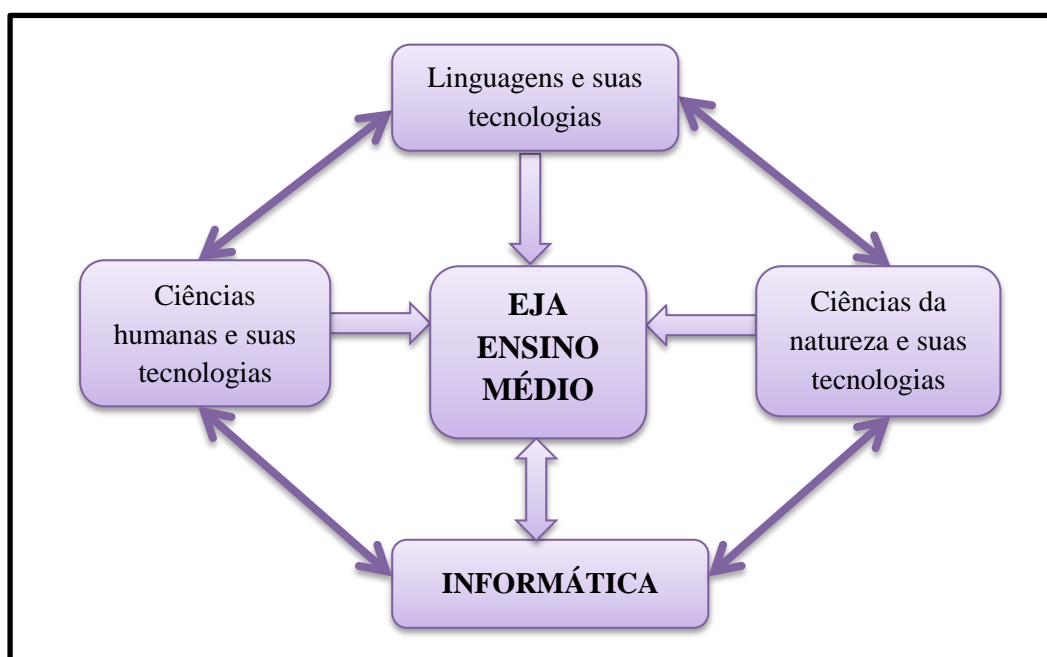
Atende as regiões circunvizinhas do Vale do Gurguéia, além de estudantes de outros estados, como Mato Grosso. Está composto por um total de 664 alunos, distribuídos nos três cursos técnicos (Agropecuária, Informática e Enfermagem), além do Ensino Médio, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O PROEJA implantado no CTBJ, no ano de 2008, justifica-se pela própria necessidade econômica e social desse município em especial “[...] com vistas a atender a nova demanda da região, por se tratar de um profissional importante para o funcionamento produtivo da

economia local e regional” (MOURA, 2011, p. 237), tem, portanto, grande relevância para a formação de futuros profissionais, sobretudo aqueles oriundos do Curso Técnico em Informática na Modalidade EJA.

A base curricular comum dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos é organizada em doze Eixos Tecnológicos e três Áreas de Conhecimento. A matriz do Curso Técnico em Informática do CTBJ foi organizada pelo Eixo Tecnológico: *Informação e Comunicação*, considerando os componentes curriculares: Informática Básica, Sistema Operacional I, Software Aplicativo I (texto), Arquitetura e Organização de Computadores, Sistema Operacional II, Software Operacional II, Software Aplicativo III (slides), Software Utilitário, Programação Estruturada, Aplicação WEB, Manutenção Básica de Computadores, Softwares Aplicativos (banco de dados), Fundamentos de Redes, Empreendedorismo, Manutenção Básica de Computadores II, Projeto de Banco de Dados, Prática de Redes e Programação Comercial (PARECER CNE/CEB Nº 11/2008).

Já o Ensino Médio contemplava as três áreas do conhecimento, definidas à época e seus respectivos componentes curriculares: Linguagens e suas tecnologias (Língua Portuguesa, Redação, Inglês, Artes e Educação Física); Ciências Humanas e suas Tecnologias: (História, Geografia, Sociologia e Filosofia); Ciências da Natureza e suas Tecnologias: (Matemática, Física, Química e Biologia) (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, 1998) (QUADRO 10).



FONTE: Adaptado da Matriz curricular do PROEJA/CTBJ (2008)
 QUADRO 10 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA/
 PROEJA/CTBJ

Em termos operacionais, a organização pedagógica do Curso Técnico em Informática/PROEJA do CTBJ, foi estruturada em seis módulos, perfazendo uma carga horária total de 3.508 horas/aula. Dessas, 1.229 horas/aulas são destinadas aos componentes curriculares obrigatórios do Ensino Médio e 2.479 horas/aula são designadas para o ensino técnico, incluindo as 200 horas de Estágio Supervisionado.

Desse modo, as disciplinas do núcleo de formação geral e de formação profissional, específica estão organizadas de maneira a viabilizar aos estudantes o contato com a prática profissional durante todo o curso, articulando teoria e prática na formação técnica profissional.

É importante destacar que no contexto atual a proposta curricular para o Ensino Médio foi reformulada, estabelecendo uma nova divisão das áreas: “[...] I – Linguagens; II Matemática; III – Ciências da Natureza; IV – Ciências Humanas” (RESOLUÇÃO Nº 2, 2012). Quanto a educação profissional técnica de nível médio “[...] o Eixo Tecnológico antes denominado ‘Ambiente, Saúde e Segurança’ foi alterado para ‘Ambiente e Saúde’, sendo criado, em separado, o Eixo Tecnológico ‘Segurança’ [...]” (RESOLUÇÃO Nº 4, 2012). Com essa nova estrutura o ensino médio passou de três para quatro Áreas do Conhecimento e o ensino técnico de doze para treze Eixos Tecnológicos.

Em consonância com a política vigente, o CTBJ implantou em 2012, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pelo Governo Federal, - Lei 12.513/2011 - Art. 1º, os cursos Técnicos: Agroindústria, Agropecuária, Enfermagem e Informática, com a finalidade de ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

2.3 Instrumentos para acesso às informações

Para acesso aos dados referentes aos sujeitos da pesquisa, foi feita uma análise minuciosa das informações constantes nos questionários socioeconômicos, arquivados na secretaria do colégio, aplicados por ocasião da seleção dos egressos, ainda candidatos à vaga de estudantes, para ingresso no Curso Técnico de Informática, do PROEJA, do CTBJ. Esta análise documental permitiu obter maiores informações, de maneira segura e precisa.

Com a finalidade de traçar o perfil do grupo e atender aos objetivos deste estudo, utilizou-se para a coleta das informações questionário com questões abertas e fechadas, possibilitando atualizar as informações constantes no questionário socioeconômico, junto aos egressos localizados, visto que muitos deles não residiam mais na cidade. Esses instrumentos

facilitaram o acesso e a compreensão aos dados, conferindo fidedignidade à pesquisa (OLIVEIRA, 2010).

As questões abertas ofereceram subsídios para colher informações sobre a trajetória da escolaridade dos egressos como: se interromperam os estudos em algum momento na vida, qual a última série cursada no turno diurno, se repetiu alguma série e em quais turnos, quantos anos ficaram sem estudar e os motivos, o que motivou a volta ao estudo, por que procurou o CABJ, por que escolheu o curso Técnico de Informática do PROEJA e o relato das dificuldades enfrentadas para concluir o curso e como as superou. Por fim, o questionário permitiu que os sujeitos se posicionassem a respeito da concepção da tríade: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Ensino Médio.

Aplicou-se também a entrevista em grupo focal, para um grupo seletivo de participantes que aderiram voluntariamente ao estudo como já foi mencionado. A escolha pela técnica do grupo focal se justificou pela segurança e a interação dos participantes que quando reunidos, na companhia de outras pessoas, aliviaram suas tensões, preocupações e medo de não poder contribuir para, e com a pesquisa, o que poderia ocorrer com a entrevista individual.

Diante disso, a técnica de grupo focal consiste em selecionar participantes segundo alguns critérios, elencados pelo pesquisador, conforme a problemática em estudo. Nela, os participantes com características comuns interagem entre si, estimulados pela forma como o tema é abordado (BARBOUR, 2009).

Essa técnica envolve atividade coletiva, cujo material discursivo mostra-se de suma importância para a pesquisa científica. Nesse sentido, “a utilização do grupo focal, como meio de pesquisa, tem de estar integrado ao corpo geral da pesquisa e a seus objetivos, com atenção às teorizações existentes e às pretendidas” (GATTI, 2005, p.8).

Para tanto, a elaboração do roteiro (APENDICE A), para o trabalho com o grupo focal foi bastante criterioso e coerente com os propósitos dessa pesquisa. A discussão, sobre as inquietações, realizadas no grupo focal visaram ao acesso dos dados para responder à questão problema que norteou este estudo: “Como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos?”.

Assim, a sessão de grupo focal aconteceu em local acessível a todos os participantes da pesquisa, com duração aproximada de noventa minutos. O local de realização da técnica do grupo foi um estabelecimento comercial no centro da cidade de Bom Jesus/PI, conhecido por todos os participantes, em horário noturno, definido coletivamente, respeitando a disponibilidade do grupo, bem como o comprometimento com a pesquisa.

A sessão contou com a presença da pesquisadora que, além de interagir com os participantes, assumiu a função de mediadora do grupo, motivando o debate entre os participantes, garantindo que as opiniões dos egressos não fugissem da intencionalidade da pesquisa. Além desses, contou com uma observadora, que auxiliou as atividades fazendo anotações da sequência das respostas dos participantes e das reações subjetivas (sorrisos, tom de voz, expressões faciais, interrupções nas falas, entre outros gestos), os chamados, não ditos, presentes no discurso dos participantes (ORLANDI, 2012).

Antes da entrega dos questionários e da realização do trabalho no grupo focal, a pesquisadora apresentou aos participantes o seu interesse pelo estudo e a relevância do mesmo, valorizando a contribuição dos egressos. Explicou-se à finalidade da pesquisa, a importância social e acadêmica, garantindo o anonimato e sigilo dos participantes. Propiciando, assim, um clima de cordialidade e seriedade, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), nos termos da Resolução nº. 466/12, de 12 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais Resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000 e 340/2004).

Esse termo foi lido aos participantes, quando foram esclarecidas as dúvidas, principalmente aquelas relacionadas aos possíveis riscos, ou seja, alguns constrangimentos que os participantes pudessem sentir ao responder ao questionário ou no momento da discussão durante a realização da sessão do grupo focal. No entanto, explicou-se que os benefícios da pesquisa para a comunidade interescolar e extraescolar superam qualquer tipo de constrangimento que possa ocorrer.

Ressalta-se que a sessão do grupo focal foi gravada em áudio, autorizada pelos participantes, as reflexões e contribuições foram extremamente relevantes para esta pesquisa. A pesquisadora/mediadora oportunizou no momento das discussões que todos se expressassem, sem desvio da temática, ouvindo e direcionando a discussão dos participantes, encorajando-os nas trocas das informações.

Na primeira visita ao colégio foi entregue à direção um Termo de Solicitação (APÊNDICE C) para permissão da pesquisa. E, por esta razão, como já foi mencionado, foi possível realizar o levantamento nos arquivos do colégio das informações dos sujeitos, a partir da análise dos questionários socioeconômicos dos egressos da primeira turma do Curso de Informática do PROEJA do CTBJ.

2.4 Protagonistas das vozes

O universo da pesquisa constituiu-se de 26 egressos da primeira turma do Curso Técnico em Informática do PROEJA/CTBJ, concludentes no ano de 2011. À vista disso, dedicaram-se dias de busca pela cidade, com a finalidade de encontrar esses egressos, entregar o questionário (APÊNDICE D) e reunir um pequeno grupo, a fim de realizar a técnica do grupo focal. Para tanto, foram realizadas visitas aos domicílios e estabelecimentos de trabalho dos egressos.

Nesse trajeto, contou-se com a ajuda valiosa de uma professora do CTBJ, coordenadora pedagógica do Programa e moradora da região, que colaborou na intermediação do contato com os sujeitos da pesquisa no município. Assim, localizaram-se 20 egressos. Desses, obteve-se a devolutiva de 15 questionários.

Dentre os egressos que responderam aos questionários, foram selecionados 08 participantes, que se mostraram disponíveis para colaborar voluntariamente com a pesquisa, constituindo a amostra do grupo focal, técnica que favorece o compartilhamento de impressões diversas sobre determinado assunto, conforme recomendam Gatti (2005) e Barbour (2009) ao tratarem das vantagens dessa técnica de pesquisa.

A definição da amostragem atendeu aos seguintes critérios: aprovação no vestibular em instituição pública e/ou privada, três participantes; obtenção de trabalho formal, com carteira assinada, dois participantes no setor privado; trabalho informal, dois participantes, um feirante e um autônomo (empresa de computadores), e uma pessoa do lar.

A partir do acesso às informações dos questionários traçou-se o perfil dos participantes, e para preservar suas identidades passaram a serem identificados, nesse estudo, pelos pseudônimos – Modem, Drive, Hardware, E-mail, Multimídia, Site, Net, Megabyte, Wi-fi, Link, Nero, Web, Software, Chat e Spam – (QUADRO 11).

Nº	Participantes (pseudônimos)	DADOS PESSOAIS											
		Sexo		Idade (anos)				Estado civil				Vínculo empregatício	
		Feminino	Masculino	18 a 27	28 a 37	38 a 47	48 a 56	Solteiro	Casado	Separado	Outro	Sim	Não
01	Modem		x		x			x					x
02	Drive		x				x		x				x
03	Hardware	x			x				x			x	
04	E-mail		x	x				x	x			x	
05	Multimídia	x				x							x
06	Site		x	x				x				x	
07	Net	x				x		x				x	
08	Megabyte	x					x			x		x	
09	Wi-fi		x			x			x			x	
10	Link		x	x				x				x	
11	Nero		x		x			x				x	
12	Web	x			x			x				x	
13	Software		x	x					x			x	
14	Chat		x		x			x					x
15	Spam		x	x				x				x	

FONTE: Dados organizados pela pesquisadora (2014)

QUADRO 11: PERFIL DOS PARTICIPANTES

Conforme se pode perceber, do universo de 20 egressos pesquisados, tem-se uma amostragem significativa (15), 75% da população que contribuíram para a pesquisa. Destes, (05), 33,33% são do sexo feminino e (10), 66,67% do sexo masculino. Ficou evidente na satisfação demonstrada pelos egressos, quanto se sentiram seguros e confiantes, por estar participando da pesquisa alguém do convívio deles, a coordenadora do curso, embora indiretamente. Assim, a pesquisadora, por não ser moradora da cidade, se sentiu acolhida e logrou êxito no levantamento dos dados.

Quanto à faixa etária, o grupo oscila entre 18 a 56 anos de idade. Quanto ao estado civil, há predominância de pessoas solteiras, (09), 60% dos investigados.

Com relação ao vínculo empregatício, a maioria dos egressos, 11 participantes, 73,33% possuem vínculo trabalhista com empresas privadas.

Sobre o percurso escolar, (11) 73,33% dos sujeitos afirmaram ter em algum momento da vida interrompido os estudos. Destes, (05) 45,45% disseram ter interrompido a quinta e sexta séries do Ensino Fundamental. E, o restante, (06) 54,54% afirmaram ter parado de estudar no primeiro e no segundo ano do Ensino Médio.

Sobre a última série cursada no turno diurno, (07) 46,67% dos egressos disseram ter cursado da quarta a sexta séries do Ensino Fundamental. Os restantes (08) 53,33% fizeram,

até o primeiro ano do Ensino Médio. Quanto ao período noturno, apenas (01) 6,67% afirmou ter feito o Ensino Fundamental, enquanto a maioria, (14) 93,33% afirmaram ter cursado até o terceiro ano do Ensino Médio. Esta última informação trata-se da conclusão do Curso de Informática do PROEJA no CTBJ.

Quanto à repetência, (10) 66,67% dos participantes, afirmaram ter ficado retidos no período diurno; dentre estes, 05 repetiram da terceira a sexta séries do Ensino Fundamental e 05 afirmaram ter repetido apenas o primeiro ano do Ensino Médio. Os demais participantes (04) 26,67% não tiveram nenhuma repetência no período diurno e, apenas (01) 6,67%, não se manifestou a respeito do assunto.

Quanto ao curso noturno (02) 13,33% dos participantes disseram ter repetido o Ensino Fundamental e, apenas (01) 6,67%, o Ensino Médio, totalizando (03) 20%, dos participantes retidos no curso noturno. Assim, (12) 80% das pessoas afirmaram não ter repetido nenhuma série no curso noturno.

Os dados mostram que o problema da retenção do aluno na educação básica não tem origem somente no ensino noturno, ou seja, na EJA, razão pela qual a educação básica oferecida aos jovens e adultos trabalhadores precisa ser discutida em espaços escolares e não escolares, a fim de desmistificar essa ideia que terminou por rotular esse público perante a sociedade.

Nesse sentido, urge fomentar uma discussão com “[...] alunos, professores, gestores e a sociedade em geral, sobre questões relacionadas com aspectos específicos do que vem a ser o aluno jovem e o aluno adulto no contexto atual, público potencial do PROEJA e o lugar ocupado por estes, nas escolas federais” (MOURA, 2011, p. 241). Contudo, isso requer vontade política por parte dos detentores do poder, para reconhecer a EJA, como preconiza a nova LDB, como uma modalidade da educação básica devendo, portanto, ser ofertada de forma igualitária no sistema público educacional brasileiro.

Esta reflexão remete para um diálogo aberto sobre a oferta dos cursos do PROEJA. Seria conveniente repensar sua oferta, não apenas no turno noturno e sim em turnos que viabilizem atividades laborais, imprescindíveis a todos que necessitam de trabalho. Sendo assim, “o PROEJA surge, então, com a dupla finalidade de enfrentar as discontinuidades e o voluntarismo que marcam a modalidade EJA no Brasil, no âmbito do Ensino Médio e, além disso, integrar à educação básica uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica de qualidade desses coletivos” (MOURA, 2006, p.62).

O Programa atende às especificidades do seu público à medida que valoriza e as particularidades sociais, econômicas e instrucionais dos jovens e adultos. Enseja, ainda, uma

educação pública de qualidade, que contribua para a universalização do acesso ao ensino superior.

Dentre os motivos que levaram os egressos à repetência escolar, no período diurno, constaram-se, por um lado, razões pedagógicas relacionadas aos conteúdos de determinadas disciplinas como: *dificuldades em matemática* (SPAM). Por outro lado, há a culpa dos participantes, instalada pelo instituído social, por não conseguirem aprender: *não me dediquei o bastante* (WI-FI).

Houve ainda incompatibilidade entre trabalho e estudo, assim justificado: *estava servindo às forças armadas* (SITE). Concordando, *Modem* diz: *precisava trabalhar*. Essa realidade trouxe à tona o que pesquisas já demonstraram sobre a justificativa da evasão e da repetência escolar dos estudantes da EJA: “[...] horário de aula incompatível com o do trabalho [...]” (KLINSKI, 2012, p.207).

Com relação ao curso regular noturno, as três mulheres atribuíram a repetência à mudança de vida pessoal, como o casamento e a gravidez, confirmando a existência de “situações vinculadas ao gênero feminino que interditam sua presença na escola” (SANTOS, 2006, p.57).

Verificou-se, ainda o desinteresse pela escola ocasionado pelo horário do curso e o longo período afastado da escola: *devido mudança de horário e o desânimo por achar ‘tarde’ para retornar, porque fiquei tanto tempo sem estudar* (NERO). Esse comentário reflete o medo provocado pela baixa autoestima dos estudantes, quanto às possibilidades de voltar a estudar depois de um extenso período distante da sala de aula.

As informações coletadas junto aos participantes confirmaram que as discontinuidades na trajetória escolar divergem quantitativamente, visto que os sujeitos mais jovens permaneceram ausentes da escola em um período inferior a 03 anos, enquanto as pessoas adultas oscilaram entre 10 e 25 anos. Esse fenômeno mostra que os adultos passaram mais tempo afastados da escola por vários aspectos socioeconômicos, dentre eles a busca pela sobrevivência (MOURA, 2006).

Quanto à justificativa do período de afastamento da escola, (03) 60% dos participantes, do sexo feminino, atribuem a questões familiares, como: o casamento e a dedicação aos filhos e ao lar: *logo que casei passou um tempo e logo veio os filhos* (MULTIMÍDIA); *tive que cuidar do meu filho* (NET); *casei e fui cuidar da família* (WEB). Já para os (06) 60% dos participantes, do sexo masculino, afirmaram ser o trabalho a principal razão do abandono escolar. Nesses casos se confirma que as questões familiares e de trabalho estão entre as principais causas da evasão escolar na EJA (KLINSKI, 2012).

Então, muitos foram os motivos que provocaram a repetência escolar dos participantes dessa pesquisa, bem como, o impedimento de retorno à escola. Porém, com a implantação do PROEJA no CTBJ/PI, abriram-se perspectivas para aquelas pessoas repensarem sua condição de trabalhador, de dona de casa, de jovem e de adulto empregado ou desempregado, ocasionando mudanças e melhorias no âmbito pessoal e profissional (ARROYO, 2005).

Pelo exposto, as mulheres se evadem da escola porque priorizam as questões familiares, diferentemente dos homens, que associaram o afastamento da escola à necessidade de ocupações e de trabalho.

2.5 Organização das informações

Na pesquisa qualitativa, o trabalho científico está definido em três etapas imprescindíveis: primeiro a fase exploratória, segundo o trabalho de campo e terceiro a análise e tratamento do material empírico e documental (MINAYO, 2012).

A primeira etapa diz respeito à definição da estrutura do projeto de pesquisa, em seus procedimentos teóricos e metodológicos. A segunda etapa corresponde à consolidação empírica, fundamentada na teoria. E por último, a etapa do encontro entre a categoria empírica e a categoria teórica, de modo dialógico, construtor de uma nova teoria, mais consistente, rica de informações, interpretações e geradora de novas indagações.

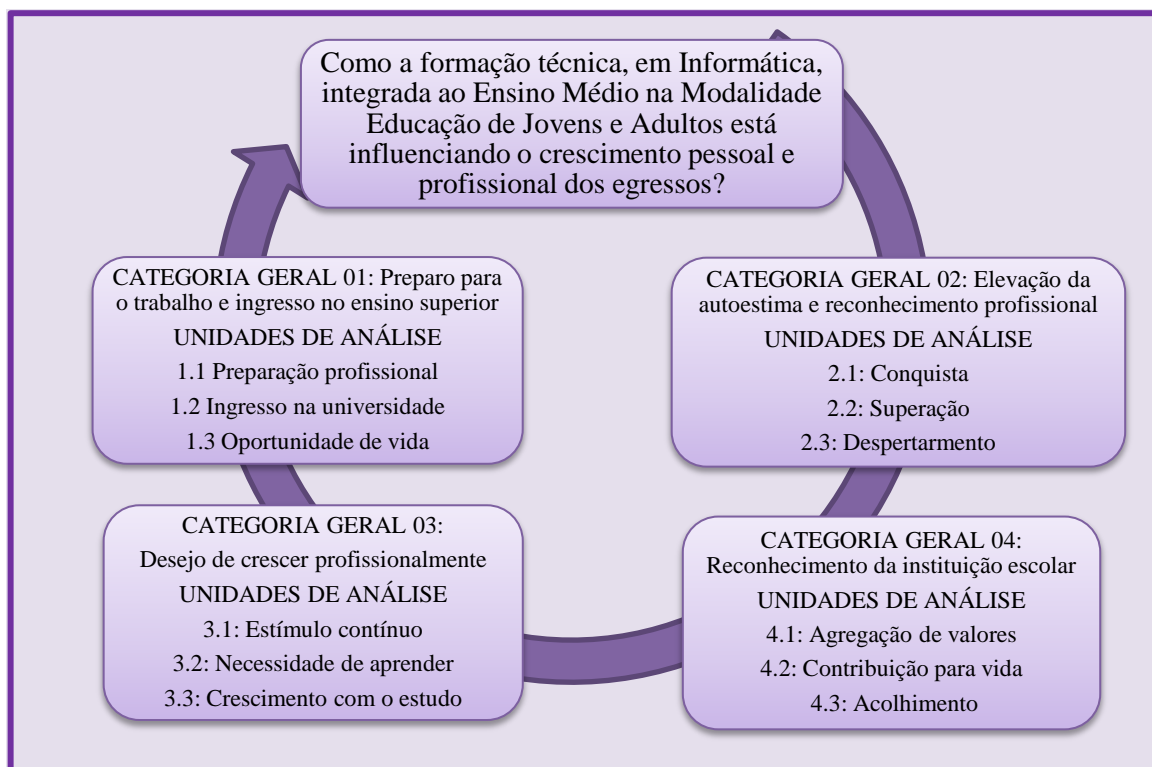
Na fase final do trabalho de campo, o pesquisador se deparou com um vasto conteúdo, uma variedade de registros, que precisam ser transcritos e organizados, segundo os objetivos da pesquisa (MARQUES, 2008). Assim, tem a sua disposição muitas informações a ser sistematizadas, por meio da elaboração de categorias e suas unidades de análises, tendo como referência básica o núcleo de sentido, que torna o processo de análise dos dados qualitativos menos complexos, os quais envolvem decisões que dependem do objeto de estudo, visto que esse não pode ser esquecido no percurso do estudo para não desqualificar a pesquisa (BARDIN, 2009).

A apropriação dos referenciais bibliográficos, que compõem a primeira parte redacional do projeto de pesquisa, convergiu para a inserção na empiria, para levantamento de informações e suporte para análise interpretativa dos dados. Nessa perspectiva, de posse das informações coletadas, os dados foram organizados com base na análise categorial, proposta por Bardin (2009).

Os agrupamentos e classificações das falas dos sujeitos investigados deram origem às categorias gerais e unidades de análise. Essa classificação sustenta-se em categorias temáticas

definidas durante o processo de intercessão entre os referenciais teóricos e os dados acessados na empiria (BARDIN, 2009).

Desse modo, as falas dos interlocutores foram agrupadas em subcategorias ou unidades de análise, para posterior interpretação das informações, com intuito de responder à questão problema norteadora desta pesquisa (QUADRO 12).



FONTE: Organizada pela pesquisadora com base no acesso aos dados
QUADRO 12: CATEGORIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Como já foi mencionado, o processo de classificar as vozes (falas) dos sujeitos em categorias, bem como agrupá-las através de palavras ou frases comuns, denominadas, neste estudo, de unidades de análise, visa impor organização às mensagens, em conformidade com o objeto de estudo, da investigação, “Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Ensino Médio: influencia na formação pessoal e profissional”.

Nesse sentido, “a categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados em bruto” (BARDIN, 2009, p.146-147). O critério de categorização, isto é, o tratamento dado ao material bruto, encontrado na pesquisa de campo, em dados organizados, conforma-se à realidade que os próprios dados oferecem (QUADRO13).

QUESTÃO NORTEADORA	CATEGORIA GERAL	UNIDADE DE ANÁLISE	VOZES DOS EGRESSOS
Como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos?	Categoria Geral 1- Preparo para o trabalho e ingresso no ensino superior	Unidade de análise 1.1: Preparação profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Que você tem que está atualizado para o mercado de trabalho e sem uma boa educação as chances são mínimas de encontrar uma profissão melhor (NERO). - Qualificação. Capacitar para melhor desenvolvimento profissional. Tenho certeza de continuar a estudar, pelo menos pela necessidade do mercado de trabalho (MODEN; (SPAM). - Preparação profissional, janelas que se abrem para inserção no mercado de trabalho (CHAT; SOFTWARE; DRIVE). - Uma oportunidade de se especializar, enfrentar as dificuldades e melhorar suas virtudes no trabalho. Quanto mais aprendizado, melhor o desempenho do funcionário (WEB).
		Unidade de análise 1.2: Ingresso na universidade	<ul style="list-style-type: none"> - Digamos... Uma preparação pra chegar-nos a um bom ensino superior se fizer bem feito; Um passaporte pra fazer um ensino superior de qualidade (NERO; SPAM; DRIVE). - Um patamar que todos deviam ter como no mínimo da educação do Brasil. A base de tudo, indispensável, terminar correr atrás de uma universidade de um curso superior (WEB; NET). - Primeiro passo para galgar sonhos, ingressar na universidade e entendermos que somos capazes, basta querer (WI-FI).
		Unidade de análise 1.3: Oportunidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> - Alívio muito grande retornar os estudos, principalmente o PROEJA. A oportunidade de (re) ingresso a escola que veio no momento certo e o incentivo para quem não teve tempo de concluir os estudos na época certa (NERO; SPAM; LOGIN). - Oportunidade inadiável para se voltar a ter sonhos e alcançar futuros objetivos. A chance de se reerguer e ver novos horizontes, melhorar a educação e a vida de todos Inclusão social (CHAT; WEB). - Foi maravilhoso eu terminar o curso, conhecer a informática. Pra minha mãe um orgulho, consegui graças à Deus. [...] só queria a oportunidade (MULTIMIDIA).

QUESTÃO NORTEADORA	CATEGORIA GERAL	UNIDADE DE ANÁLISE	VOZES DOS EGRESSOS
<p>Como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos?</p>	<p>Categoria Geral 2- Elevação da autoestima e reconhecimento profissional</p>	<p>Unidade de análise 2.1- Conquista</p>	<p>- Antes a gente trabalhava num emprego sem muitas chances de mudar de profissão.... Quase todo mundo mudou de emprego. Hoje eu tenho uma profissão na minha carteira que é de operadora de caixa, graças ao curso que eu fiz [...] (WEB).</p> <p>- Uma felicidade enorme me ver superando as dificuldades [...], através desse curso, hoje eu sou recepcionista no hotel Gurgueia, acredito que se não tivesse essa formação não teria entrado lá. O técnico em informática na modalidade PROEJA serviu pra eu ser promovido (NERO).</p> <p>- Mais uma vitória, foi gratificante, sou grato. [...] no meu trabalho eu comecei a conhecer o sistema da empresa. Comecei cadastrar coisas que faz parte de dentro da instituição (LOGIN).</p> <p>- Quando eu me formei o serviço da parte de Tecnologia da Informação que a gente sempre contratava pessoa de terceira, eu já fazia. Acabou me ajudando profissionalmente na empresa, aumentei meus conhecimentos, e tanto computador em casa quanto de amigos também não há necessidade de técnico eu vejo o que é, então pra mim ajudou bastante na minha vida profissional (LINK).</p>
		<p>Unidade de análise 2.2- Superação</p>	<p>- Achava que era muito difícil estudar. Não tinha oportunidade, tinha que cuidar de casa, de marido, e de vó de tudo, era muito enrolado, quando apareceu esse curso, eu ainda fiquei assim abalada, mas a coordenadora me deu força ela nunca desistiu de mim eu fui em frente, graças a Deus fui muito feliz lá, não me arrependo até hoje eu sinto saudade (MULTIMÍDIA).</p> <p>- Jamais pensei na minha vida de um dia mexer num computador, comprei um para meus filhos, mas eu mesmo não sabia desligar, puxava só na tomada, gostei tanto de estudar que me motivou. Eu tinha até uma fobia, falar em computador pra mim era coisa de outro mundo, mas me motivou tanto, que eu não consegui me separar do antigo colégio agrícola, fiz o curso técnico de informática na modalidade ensino médio, depois apareceu o curso de manutenção de computador, fiz, terminei e agora recentemente fiz instalador e reparador de redes (DRIVE).</p> <p>- Foi uma vitória superar as dificuldades: trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Foi um orgulho, porque eu continuei os estudos. Tivemos muita dificuldade ali, mas ninguém desistiu, continuou, superou os tempos ruins, todo mundo se ajudava (LINK).</p> <p>- Devido um acidente tive um pouco de baixa autoestima e com o curso eu consegui superar [...]. Eu não conversava com meus amigos, devido me achar inferior, mas depois fui vendo que aquilo era só coisa da minha cabeça, então o curso me ajudou a fazer uma terapia e superar aquele trauma, por isso que eu digo o curso técnico do PROEJA foi uma superação (NERO).</p>

QUESTÃO NORTEADORA	CATEGORIA GERAL	UNIDADE DE ANÁLISE	VOZES DOS EGRESSOS
Como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos?		Unidade de análise 2.3- Despertamento	<p>- Passei um longo tempo fora, morei em uns três estados, varias cidades, senti vontade de voltar e esse tempo todo sai da sala de aula, fui trabalhar, e via que faltava alguma coisa na minha vida, eu tinha que terminar o ensino médio [...] (CHAT).</p> <p>- Nas minhas andanças pelo mundo eu era músico, e nesse trajeto musical eu sofri um acidente. [...] foi através desse acidente que eu vi o mundo de outra forma e valorizei o estudo novamente... Pensei: quando era músico saia pelo mundo, a profissão que eu tinha era cantar, mas não canto mais, fazer o que? Pensei, com esse estudo que tenho aqui eu não sirvo nem pra pegar estrume de gado, aí no EJA fui fazer dois anos em um só, e para graça de Deus surgiu à oportunidade do PROEJA, quando eu estava terminando a 7º e a 8º ano (NERO).</p> <p>- Pessoalmente a satisfação foi tão grande, a alegria foi tão grande que foi um despertar. Despertar esse que eu não consegui mais parar, e estou aqui continuando os estudos, e vou continuar (DRIVE).</p>
	Categoria Geral 3 Desejo de crescer profissionalmente	Unidade de análise 3.1 – Estímulo contínuo	<p>- [...] Teve uns eventos, como a feira de ciências, o I seminário de extensão [...] já estava terminando o curso, tivemos todo apoio da coordenadora, tivemos tudo, não faltou nada e ali veio à mente retornar, continuar a estudar, não posso parar, eu senti dentro de mim que tinha que continuar. [...] a educação dá estímulo pra gente e esse curso em informática foi muito bom, porque abriu área de emprego para mim e com certeza vai abrir outras portas (MODEN).</p> <p>- [...] fui me familiarizando com a área da informática e não consegui mais parar. A área é muito abrangente, não tem fim, é infinita. E se um dia eu for fazer uma faculdade eu preferia ciência da computação (DRIVE).</p> <p>- Tenho muito estímulo que botei o meu menino também para estudar informática, para se aprofundar mais, quando ele terminar o curso de manutenção de computador eu quero que ele prossiga mais (MULTIMÍDIA).</p>
		Unidade de análise 3.2 – Necessidade de aprender	<p>- [...] tinha que terminar lá no colégio agrícola, e outro lugar para mim não serviria não, só se fosse lá, era uma coisa que eu tinha comigo. Então apareceu essa oportunidade. Eu trabalhava de vendedor na época, e ouvi no rádio as inscrições do PROEJA, fui lá fiz a pré-inscrição e depois passei no teste, foram três anos estudando.</p> <p>- [...] abriu portas pra montar meu próprio negócio na área de informática. Quero me especializar na área de celular com androide, na área de televisão de LED. Quero me especializar para quando eu sair desse emprego montar meu próprio negócio, que é o meu sonho fazer isso (CHAT).</p> <p>- [...] estou fazendo faculdade de Contabilidade, [...] ter o conhecimento na área de informática ajuda também na área da contabilidade. Hoje tudo é informatizado, então acaba incentivando uma puxando a outra (LINK).</p>

QUESTÃO NORTEADORA	CATEGORIA GERAL	UNIDADE DE ANÁLISE	VOZES DOS EGRESSOS
Como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos?		Unidade de análise 3.3 – Crescimento com o estudo	<p>[...] eu tenho cada vez mais vontade de estudar e o curso técnico de informática do PROEJA me deu mais confiança a lutar por meus estudos [...] (NERO).</p> <p>- [...] tivemos a oportunidade de aprender a área de informática que o mercado hoje tá exigindo, estamos um passo a frente de muitos aí, pois já temos certificado de técnico de informática, o PROEJA foi só somar pra nós e pra nossa vida profissional (LINK).</p> <p>- [...] após o PROEJA fiz o ENEM. Estou cursando Pedagogia e quero dizer pra vocês, família PROEJA, em breve nós vamos ter um pedagogo, eu vou está lá levantando a bandeira do PROEJA, dizendo: olha foi o PROEJA que me trouxe pra cá, agradeço (NERO).</p> <p>- [...] já que eu terminei um curso eu não queria mais vender roupas. Então, tive a oportunidade de ser chamada para trabalhar de operadora de caixa e fui [...]. Eu não quero ficar só como operadora de caixa, quero fazer administração, também (MULTIMÍDIA).</p> <p>- [...] eu já estou com 54 anos contribuí já um tempo, dá pra me aposentar no futuro, e como eu tenho um negócio que já montei, estou tentando montar outro. Se eu conseguir montar vou sair da feira, e com fé em Deus eu vou conseguir (DRIVE).</p> <p>- O curso técnico de informática do PROEJA me ajudou entrar na faculdade. Estudo Contabilidade, ciências contábeis, que mexe muito com sistema. O curso técnico ajudou muito a mexer no sistema (LOGIN).</p>
	Categoria Geral 4 - Reconhecimento da instituição escolar	Unidade de análise 4.1 – Agregação de valores	<p>- [...]depois que fiz o curso, posso dizer que sou capaz, não sou obrigada a aceitar tudo, eu tenho capacidade, então pra mim foi tudo (WEB).</p> <p>- [...] ali compartilhava tudo, na hora das necessidades se um passava dois dias sem ir o outro vinha e conversava. Todo mundo conversava e sempre tinha aquela amizade (MODEN).</p> <p>- [...] consegui unir a minha família com a da minha esposa, que não tinha um bom relacionamento. Na formatura, de lá pra cá nós continuamos sendo amigos, que é o mais importante (DRIVE).</p>
		Unidade de análise 4.2 – Contribuição pra vida	<p>- [...] a escola pra mim representa minha vida. Chego lá me sinto em casa. Quando coloco os meus pés ali, eu não me sinto uma pessoa estranha. Meu sonho é que meus filhos estudem lá. Para minha família, meus amigos foi uma alegria, eu vou contar um exemplo: no dia da formatura meus amigos estavam lá, amigos de infância estavam lá e felizes, porque tudo aquilo ali estava acontecendo [...] Hoje me sinto vitorioso, eu considero todos vitoriosos (CHAT).</p> <p>- O colégio técnico representou a vida, fez parte da minha vida, [...] (MULTIMÍDIA).</p>
		Unidade de análise 4.3 – Acolhimento	<p>- O PROEJA na universidade ajudou muita gente a se formar, que teria que ir para fora estudar e não tinha condição, acabava ficando dentro da cidade mesmo, sem formação qualificada. Essa universidade mudou</p>

QUESTÃO NORTEADORA	CATEGORIA GERAL	UNIDADE DE ANÁLISE	VOZES DOS EGRESSOS
			<p>muita gente e mudou a cidade também, agora tem gente qualificada pra prestar serviço pra empresa, montar seu próprio negócio (LINK).</p> <p>- [...] acredito que cada um deu sua contribuição, cada qual da sua forma, do zelador, motorista, professor, [...] todos deram sua parcela de contribuição para que nós chegássemos até onde estamos hoje (NERO).</p> <p>- [...] pra mim todos foram importantes, mas volto a frisar a coordenadora é uma das peças mais importante, é o carro chefe sem a coordenadora e a diretora do colégio, o PROEJA aqui não... - [...] (CHAT; DRIVE).</p> <p>- Eu acho muito importante a área de informática e eu ter conseguido o meu ensino médio, o meu técnico lá no colégio, foi muito importante [...]. Todos eles foram importantes, mas a mais importante mesmo foi a coordenadora, que deu toda força, [...] e também a diretora do colégio que com todo amor e carinho, ter sustentado a primeira turma, ela também foi muito importante e os motoristas também, todo dia eles estavam contentes, transportando todo mundo ali do colégio (MODEM).</p> <p>- Foi muito alegre e passou tão rápido, foi maravilhoso demais, conheci pessoas que eu não conhecia, me aproximei de pessoas que eu conhecia e não tinha proximidade, foi muito bom (LOGIN).</p>

FONTE: Organizada pela pesquisadora

QUADRO 13: DEMONSTRAÇÃO DOS DADOS

2.6 Análise Interpretativa das informações

Para o tratamento das informações optou-se pela Análise de Discurso (AD), visto que permite a compreensão das falas dos entrevistados e as múltiplas interpretações expressas nos seus discursos. Para tanto, torna-se oportuno ao analista ater-se à existência de gestos que constituem o entorno do discurso, que exigem capacidade de compreensão e sensibilidade nas interpretações (ORLANDI, 2012).

O discurso decorre daquilo que o sujeito diz por isso todo discurso se delinea em relação a outros dizeres: “dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2012, p.43). Assim, a AD visa à compreensão dos sentidos e significados presentes no texto e outros sentidos ali imbricados. Quanto à definição de discurso e seus objetivos, os mesmos estão assim esclarecidos:

[...] enunciados concretos, a falas/escritas realmente produzidas (e não idealizadas, abstratas, como as frases da gramática) e os estudos na perspectiva discursiva visam descrever como funciona a língua no seu uso

efetivo, como se dá a produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, sujeitos situados social e historicamente (BRANDÃO, 2012, p. 19-20).

Esses saberes históricos, particulares, ideológicos e também sociais, fruto da prática cotidiana do sujeito, além daqueles advindos de sua escolarização, precisam ser priorizados pelo pesquisador em suas análises, uma vez que a abordagem discursiva apreendida pelo pesquisador se constitui na relação com o outro, em um nível interdiscursivo.

Os discursos não ocorrem de maneira isolada, sem conexão com uma realidade exterior ou interior aos sujeitos, desse modo “a análise de uma prática discursiva focaliza os processos de produção, consumo e mudança textual, o que exige referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado” (MARQUES, 2008, p. 111). Por isso, as análises dos dados da pesquisa exigem do pesquisador um acurado trabalho de relacionar os discursos aos contextos, nos quais foram produzidos os relatos.

A análise do discurso, após a virada linguística a que se denominou giro linguístico (GRACIA, 2004), encontra-se entre as várias perspectivas nascidas do enfoque sobre a linguagem e da nova compreensão que se tem dela. A partir da AD a linguagem “[...] deixa de ser considerada como simples meio para traduzir ou expressar, de melhor ou pior forma, nossas ideias, para ser considerado um instrumento para exercitar nosso pensamento e constituir nossas ideias” (GRACIA, 2004, p.46).

Ainda a esse respeito, o autor afirma que a linguagem é a própria condição do pensamento, não se reduz à função de descrição e de representatividade. Além disso, constitui o mundo, as coisas, ou melhor, é ação sobre o mundo. Em síntese, através dos discursos o homem tem o entendimento da estrutura do nosso pensamento e o conhecimento do mundo.

Considera-se que os discursos são formados de sinais, ou seja, palavras (IÑIQUEZ, 2004). No entanto a fala não se resume a esses elementos linguísticos. Incorpora um contexto histórico particular e um conjunto de práticas discursivas. Assim, para os analistas de discurso a fala consiste em um ato criativo e criador é, pois ação, uso da linguagem em contextos sociais, interação e diálogo entre os falantes (BRANDÃO, 2012).

A concepção de discurso provocada por Foucault, e resumida por Iñiguez (2004, p.123) como “conjunto de enunciados em que é possível definir as condições de sua produção”, surge de acordo com Maingueneau (1997), na escola francesa. A contribuição de Foucault aos pesquisadores dispostos a trabalhar com o método de AD reside na investigação dos textos e/ou documentos, a partir da descrição das condições de existência de certo discurso,

enunciado ou conjunto de enunciados, contrapondo-se ao estudo do que se encontra nas entrelinhas, no que está por trás ou o que se quer dizer com aquilo que está escrito.

A análise do discurso de linha francesa surgiu na década de 1960, enquanto prática escolar tradicional na França. Tratava da explicação de textos, ousando de uma metodologia que privilegiava a interdisciplinaridade, que aflorou em meio aos pressupostos teóricos da psicanálise, do materialismo histórico e da linguística (MAINGUENEAU, 1997).

A práxis da análise de discurso, segundo a tradição francesa relacionou-se à necessidade de três operações consideradas essenciais: a diferenciação texto-discurso, a distinção locutor/a enunciator/a e a operacionalização do corpus (IÑIGUEZ, 2004).

Entende-se por texto o conjunto de enunciados transcritos. No entanto, “nem todos os textos podem ser considerados discursos” (IÑIGUEZ, 2004, p.129). Para ser considerado um discurso é necessário que os enunciados sejam produzidos em um contexto interdiscursivo permeado de coletividade, envolvendo condições sociais, crenças e posicionamentos claros em uma estrutura discursiva.

Com relação à distinção locutor/a enunciator/a, o locutor define-se como o sujeito falante, uma realidade empírica, emissor material (IÑIGUEZ, 2004). O locutor é uma ficção discursiva. O enunciator por sua vez, é responsável pelo texto, representa na enunciação a pessoa cujo ponto de vista é apresentado (BRANDÃO, 2012). O enunciator é o autor textual que pode ou não coincidir com o locutor (IÑIGUEZ, 2004).

O corpus constitui qualquer enunciado gráfico ou transcrito, podendo ser materializado em texto. Ele é enunciado, oral ou escrito, advindo de conversações, entrevistas, artigos, documentos, formulários, entre outros (IÑIGUEZ, 2004).

Maingueneau (1997) afirma que no discurso esse corpus está dotado de ethos enunciativo, que corresponde ao tom de voz, a entonação, ao ritmo, ao silêncio e outras formas. Ou seja, está associado a um caráter, traços psicológicos em função do modo de dizer algo. Também está associado a uma corporalidade, isto é, a representação do corpo do enunciado na formação discursiva.

Diante disso, percebe-se que para o pesquisador que se propõe analisar discurso, o entendimento desses conceitos é imprescindível para trabalhar com as falas dos entrevistados no contexto das pesquisas qualitativas nas ciências sociais e na educação. Passe-se agora, ao Capítulo 03, que explora a construção dos egressos no âmbito pessoal e profissional, com uma realidade mais ampla à sociedade, procurando descrever a existência da multiplicidade de escolhas e experiências de vida expressas nas vozes dos egressos.

*CAPÍTULO 3 – CONFRONTANDO A TRÍADE COM AS
VOZES: A CONSTRUÇÃO DO “NÓS”*

Este capítulo reúne o resultado das discussões acerca da tríade: Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, evidenciando o “Nós” na voz dos egressos e a contribuição da formação técnica em nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), para o crescimento pessoal e profissional. Explorando as informações produzidas na empiria, buscou-se resposta para a questão problema que conduziu o percurso da pesquisa: Como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos? O confronto dialógico tem início com a análise dos discursos dos sujeitos, relacionados com a opção pela escolha do Curso Técnico em Informática do PROEJA/CTBJ e as impressões sobre o que o CTBJ representa na vida desses egressos, item (3.1 e 3.2). No item (3.3), dividido em quatro subitens (3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.3.4) seguintes, far-se-á a análise interpretativa das informações reunidas em categoria geral e suas respectivas unidades de análises. No último item, o (3.4), as reflexões giram em torno das dificuldades vivenciadas pelos sujeitos durante o percurso formativo com ênfase na superação.

3.1 Motivações para a escolha do Curso

Como uma opção legítima, que o jovem e o adulto tem de retorno à escola, pode-se antecipar que o ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA, para este público, reativou lembranças que passaram por suas mentes como um filme em câmera lenta, sobre suas trajetórias de vida, marcadas por falta e pela oportunidade de estudar, incentivo a continuidade dos estudos, enfrentamento e superação de dificuldades, a fim de concluir a última etapa da educação básica, acrescidos da conquista da formação profissional, adquirindo conhecimentos na área de informática, bem como, o surgimento de novas oportunidades no campo pessoal e profissional. Passe-se agora à análise das vozes expressas pelos egressos sobre as motivações para o retorno ao espaço da sala de aula.

- 1- Primeiro a oportunidade de concluir meu ensino médio e depois desenvolver o aprendizado em informática conhecendo a área da tecnologia atual (NERO; DRIVE).*
- 2- Horários acessíveis (E-MAIL). Porque é uma oportunidade para eu trabalhar e estudar ao mesmo tempo (SPAM). Devido à facilidade de o curso ser noturno e ao mesmo tempo ser um curso técnico (LINK). Por melhor acesso, e a vontade de aprender (MEGABYTE).*
- 3- Já tinha estudado antes quando soube dessa oportunidade não pensei duas vezes corri pra fazer a matrícula. Sempre gostei de lidar*

com informática ao saber do curso integrado ao PROEJA vi a grande oportunidade de mudar minha vida (SITE).

4 - Adorei ter mais conhecimentos sobre a informática (MULTIMÍDIA). Vontade de buscar conhecimentos na área das telecomunicações (WI-FI). Pela necessidade de aprender mais e usar a internet com muita frequência (NET).

5- Porque era o único curso oferecido (CHAT). [...] a vontade era estudar técnico em agropecuária [...] via necessidade de escolher o curso técnico informática, e então fui um dos escolhidos, por ser um dos classificados (MODEM).

6 - Porque achei que seria uma ótima chance de ter uma profissão e assim oferecer um futuro ao meu filho (WEB). Porque era um curso que dava oportunidades para nós adultos no emprego. Não procurei fui procurada e fiquei muito feliz (HARDWARE). Pelo mercado de trabalho que abre todos os dias, se tem muita opção (SOFTWARE).

Analisando os dados sobre as motivações expressas nas falas dos participantes identificou-se a palavra *oportunidade* (TRECHO: 01, 02, 03 e 06), far-se-á a análise, focando o sentido atribuído a esta palavra pelos participantes.

Na compreensão de *Nero e Drive* (TRECHO 01), o sentido da palavra *oportunidade*, está relacionada à motivação principal para o retorno à escola, possibilitando a conclusão do ensino médio e ao aprendizado da informática. Evidencia vontade e desejo, provenientes de motivações internas, necessidades sentidas no campo profissional, ultrapassando os limites de, apenas concluir o ensino médio, vislumbrando a mobilidade no mundo do trabalho.

Desse modo, os jovens e os adultos pesquisados demonstraram disposição e interesse que os levaram aos resultados favoráveis no sentido de autobenefício e realização pessoal e profissional. Percebe-se em seus discursos que não mediram esforços para atingir níveis cada vez mais elevados de escolarização e conquista profissional.

Essa constatação está expressa na fala de Site (TRECHO 03), *vi a grande oportunidade de mudar minha vida*. Nesse caso, o interesse pelo curso não ocorreu de maneira superficial, mediada pelo senso comum, mas “como processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta” (ROBBINS, 2005, p.132).

Situando-se de maneira confortável ao lado da opção de escolha do curso, *Site* diz que *já tinha estudado antes* e que o PROEJA veio concretizar a esperança que guardava em si, de um dia concluir sua formação em nível médio aprimorando seus conhecimentos. De forma tímida, deixa transparecer no seu discurso que já possuía certa afinidade com a informática. Assim, a oportunidade se refere à mudança de vida ocasionada pela formação integrada.

As expectativas de *E-mail; Spam; Link e Megabyte* (TRECHO 02), relacionadas à *oportunidade* surgem da necessidade de conciliação, entre o tempo de trabalho e o de estudo, revelando a ideia de causa e efeito advindos de fatores externos ligados à disponibilidade para frequentar o curso, permanecer e concluí-lo com êxito. *Megabyte* acrescenta que o curso proporcionou dois aspectos importantes: *melhor acesso, e a vontade de aprender* atendendo a ambos e conseqüentemente suas aspirações pessoais.

Segundo *Web, Hardware e Software* (TRECHO 06), *oportunidade* assume sentidos diversos. *Web* explica que é uma chance e tem ligação com questões familiares: *oferecer um futuro ao meu filho*. *Hardware* relacionou a conquista de uma profissão. Embora sua motivação tenha surgido pelo incentivo de terceiros, visto que afirma: *Não procurei fui procurada e fiquei muito feliz se sente realizada*. *Software* deixa claro em sua fala que tem consciência da importância do curso para conseguir um emprego melhor, considerando a demanda existente, visto que, *tem muita opção* no mercado, de profissionais qualificados na área da informática.

Contudo, as motivações de *Multimídia, Wi-fi e Net* (TRECHO 04), estão relacionadas à aquisição de *conhecimentos sobre a informática e telecomunicações*. *Net* reforça acrescentando a *necessidade de aprender mais e usar a internet com muita frequência*. Os não ditos presentes nos discursos, nesse trecho, reforçam a cultura do grupo incorporada pelo instituído social de que com o avanço na área das telecomunicações, na sociedade atual, “o investimento nas tecnologias parece iniciar a preparação para a sociedade [...] conferindo-lhes o direito a uma ‘cidadania’ exclusiva, ao nível político e cultural [...], passa-se de uma cidadania social para uma ‘cidadania’ predominantemente cultural, suportada [...]” (MACEDO, 2009, p. 64).

Isso significa dizer que, incorporando essa ideia, os grupos com menor poder aquisitivo da sociedade se tornam elos de sustentação de grupos específicos privilegiados, reproduzindo valores que justificam as desigualdades sociais.

Embora o curso oferecido não atendesse, no momento, às aspirações desejadas, considerando que *era o único curso oferecido* (CHAT) e *a vontade era estudar técnico em agropecuária* (MODEM), centraram na motivação de aproveitar a oportunidade para elevar a escolaridade, que naquele contexto foi proporcionada pelo êxito adquirido no processo seletivo para ingresso no curso Técnico em Informática do PROEJA.

O adulto motivado é sensível a sua própria realidade, tem ciência de sua condição de aprendiz e reage com vigor na busca pela realização de seus propósitos. Ao ver-se diante de uma oportunidade, é capaz de aderir, focalizando seu objetivo. A pretensão de retornar à

escola e a oferta do curso do PROEJA no CTBJ supriram a ânsia que essas pessoas têm de voltar a estudar, e por meio deste alcançar uma ocupação profissional.

Em face ao exposto, compreende-se que as motivações dos jovens e adultos trabalhadores estão relacionadas à oportunidade oferecida pela formação que correspondeu positivamente às expectativas e satisfação pessoais e profissionais. Passe-se para a análise das impressões e sentimentos expressos nas vozes sobre o que o CTBJ representa na vida dos egressos.

3.2 Instituições escolares: sentimentos expressos nas vozes

No decorrer da história da educação básica no Brasil, evidenciou-se uma divisão entre o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino profissional, principalmente na modalidade EJA, acarretando para a sociedade brasileira a acentuação da divisão de classes e os equívocos com a educação para as pessoas jovens e adultas que não se enquadravam na faixa etária permitida por lei.

O PROEJA, embora sendo implantado a princípio por força de um decreto presidencial, representa um resgate da educação de pessoas jovens e adultas, com oferta de qualidade, comprometida com a formação dos sujeitos, “voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível” (BRASIL, 2007, p. 32). Assim, não se podia deixar de apresentar os sentimentos e significados atribuídos à escola pelos egressos investigados. Veja-se:

Era meu sonho concluir meu ensino médio nesta escola, como tinha repetido um ano na época não pude entrar no Colégio Agrícola (NERO).

Qualidade de ensino (E-MAIL).

Porque o CABJ é o melhor colégio de Bom Jesus, com melhor professores e oferece tudo que o aluno necessita para o deslocamento (SPAM).

È uma instituição de muito prestígio nosso na educação [...] (DRIVE).

Porque foi criado o Programa PROEJA. E porque era no CABJ (CHAT).

Porque é melhor escola da região (LINK).

Era um sonho de infância estudar nela. No entanto, [...] vim com a visão de um ser caído, mas veio uma oportunidade, nunca é tarde de mais para aprender (MODEM).

Porque foi nela que encontrei a chance que eu procurava (WEB).

*Por ser uma escola de bons professores e de qualidade (MEGABYTE).
Por se tratar de um centro de ensino estritamente confiável, testado e
aprovado no Piauí e no Brasil (WI-FI).
Pelo renome que tem (SOFTWARE).*

Nero esboça o desafio de ingresso no CTBJ, relacionado à retenção escolar: *como tinha repetido um ano na época não pude entrar no Colégio Agrícola*. Contudo, manteve a esperança, o sonho de retornar ao percurso escolar interrompido, naquela escola, ficando à espera de uma oportunidade, a que tem direito: *era meu sonho concluir meu ensino médio nesta escola*. *Modem* dialoga com essa afirmação ao dizer: *era um sonho de infância*. Isso significa dizer que a retenção a que se referiu *Nero* no início de sua fala, ocorreu quando era criança, impedindo-o de entrar na escola após concluir o ensino fundamental. Essa posição refletiu de maneira edificante no seu desempenho escolar durante o curso.

A intensidade da palavra *meu* presente na fala de *Nero*, demonstra o sentimento de pertencimento com relação à escola, além de apropriação de seu desejo, que o levou a persistir naquilo que acreditava: *entrar no colégio agrícola*. Desse modo, sua vontade de concluir a educação básica foi concretizada, através do PROEJA no CTBJ.

As falas: [...] *veio uma oportunidade, nunca é tarde de mais para aprender* (MODEM); *nela que encontrei a chance que eu procurava* (WEB), explicitam a vontade que tinham de retomar os estudos. Assim, a idealização da escola correspondeu concretamente aos seus anseios e expectativas.

Modem é enfático em considerar que a aprendizagem acontece por toda a vida: *nunca é tarde de mais para aprender*. Essa afirmativa remete ao entendimento de que: “[...] a educação ao longo da vida [...] engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas ‘adultas’ [...] enriquecem seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1997, p.19).

Dentre os princípios do PROEJA, há aquele que “diz respeito ao papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a inclusão da população em suas ofertas educacionais” (BRASIL, 2007, p. 37). Os Colégios Técnicos vinculados às universidades federais assumiram a responsabilidade de incluir os jovens e os adultos em suas unidades de ensino, promovendo a permanência e o sucesso desses estudantes. A opção de *Chat*, pelo colégio reforça esse acesso à rede federal de ensino, mediado pelo Programa e suas motivações para retornar à escola: *porque foi criado o Programa PROEJA. E porque era no CABJ* (CHAT).

Estudar no então CABJ, atualmente CTBJ, era uma aspiração de todos, está explicitada no sentido atribuído pelos egressos à palavra *melhor*, identificada nas falas repetidas vezes: *é o melhor colégio de Bom Jesus, com melhor professores e oferece tudo que o aluno necessita para o deslocamento* (SPAM); *melhor escola da região* (LINK); confirma a preferência pela instituição de ensino que é referência, como dizem *Drive e Software* ao expor seus sentimentos em relação à escola: *instituição de muito prestígio [...] pelo renome que tem*, respectivamente.

É notório, pelas colocações de *E-mail*, *Megabyte* e *Wi-fi*, que eles construíram uma concepção positiva do colégio referendado pela experiência conjunta com os profissionais da escola, enquanto estudantes do PROEJA: *qualidade de ensino* (E-MAIL); [...] *bons professores e de qualidade* (MEGABYTE); *centro de ensino estritamente confiável, testado e aprovado no Piauí e no Brasil* (WI-FI).

Os sentimentos e sentidos evidenciados nas falas dos participantes desse estudo demonstram quanto o colégio influenciou na inclusão e permanência dos estudantes no curso, superando o cansaço, desânimo, frustrações por um passado de insucesso em sua passagem pela escola, conforme está expresso nessa declaração: *vim com a visão de um ser caído, mas veio uma oportunidade, nunca é tarde de mais para aprender* (MODEM).

Esta análise permite compreender, que a imagem negativa da escola, vivida pelos sujeitos no seu percurso de escolarização foi desconstruída pela entrada no CTBJ, o qual fazia parte do projeto de vida de muitos. Como opina *Modem* ao se referir ao PROEJA: *educação que não só educa como também forma profissional para o trabalho prepara pra futuras profissões*. Daí o entendimento de que as mudanças educativas devem a princípio ser incorporadas como mudança cultural.

Portanto, a escola na formação dessas pessoas, marcou suas histórias de vida. Passe-se agora para análise interpretativa das vozes expressas pelos egressos que foram agrupados em categorias gerais e suas respectivas unidades de análises.

3.3 Do desvendar das “Vozes” a construção do “Nós” : reflexão dialógica

A partir dos relatos partilhados pelos jovens e adultos buscamos saber como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos da primeira turma do Curso Técnico em Informática do CTBJ. Para facilitar o processo de análise, agruparam-se os discursos em subitens referentes às quatro categorias gerais,

construídas tendo como referencial básico, o núcleo de sentido identificado nas falas dos participantes, a fim de facilitar a interpretação das informações produzidas e a compreensão do leitor: Categoria geral 01: *Preparo para o trabalho e ingresso no ensino superior*; Categoria geral 02: *Elevação da autoestima e reconhecimento profissional* Categoria geral 03: *Desejo de crescer profissionalmente* e Categoria geral 04: *Reconhecimento da instituição escolar* constituídas de três unidades de análises cada uma, totalizando 12 agrupamentos de falas.

3.3.1 Categoria Geral 01: Preparo para o trabalho e ingresso no ensino superior

Iniciam-se as discussões da primeira sequência de agrupamentos (QUADROS 14, 15 e 16), identificados pelas unidades de análise: 1.1 *Preparação profissional*; 1.2 *Ingresso na universidade* e 1.3 *Oportunidade de vida* (QUADRO 14).

Categoria Geral 01 - Preparo para o trabalho e ingresso no ensino superior	<p>1- Que você tem que está atualizado para o mercado de trabalho e sem uma boa educação as chances são mínimas de encontrar uma profissão melhor (NERO).</p> <p>2- Qualificação. Capacitar para melhor desenvolvimento profissional. Tenho certeza de continuar a estudar, pelo menos pela necessidade do mercado de trabalho (MODEM; SPAM).</p> <p>3- Preparação profissional, janelas que se abrem para inserção no mercado de trabalho (CHAT; SOFTWARE; DRIVE).</p> <p>4- Uma oportunidade de se especializar, enfrentar as dificuldades e melhorar suas virtudes no trabalho. Quanto mais aprendizado, melhor o desempenho do funcionário (WEB).</p>
---	---

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos

QUADRO 14 - UNIDADE DE ANÁLISE 1.1: PREPARAÇÃO PROFISSIONAL

Analisando as falas dos participantes, percebe-se que associam a concepção de educação profissional à educação de qualidade e alcançar melhor desempenho no trabalho e conseqüentemente assegurar sua permanência. As palavras: *atualizado*, *qualificação*, *capacitar*, *preparação*, *especializar*, explicitam a necessidade consciente de que precisam rever seus conhecimentos para inserirem-se ou progredirem no mercado de trabalho.

A oportunidade de equalização, igualdade de direitos facilitada pela reentrada no sistema educacional desses jovens e adultos trabalhadores, bem como a função de qualificação da EJA contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais se confirma na fala de Nero (TRECHO 01): *você tem que está atualizado para o mercado de trabalho*. Nesse contexto é certo que, “se a educação de jovens e adultos não pode ser reduzida às necessidades estritas do mercado de trabalho, ela não pode ser alheia às suas necessidades de

sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida” (CIAVATTA, 2012, p. 99).

Nos discursos (TRECHOS 01 e 03) *sem uma boa educação as chances são mínimas* (NERO); *janelas que se abrem* (CHAT; SOFTWARE; DRIVE) reflete o imaginário das pessoas a ideia de que “a educação é caminho para que os trabalhadores escampem do desemprego” (FRANÇA; BARBOSA, 2011, p. 08).

Esses participantes demonstram consciência de que as rápidas mudanças no setor da economia influenciam sua condição de trabalhadores, exigindo atualizar seus conhecimentos relacionados à sua área de atuação. Concebida, dessa forma, a formação profissional colabora para a melhoria de desempenho no trabalho, preparando-os para o enfrentamento da concorrência cada vez mais difícil, devido à demanda crescente do mercado.

Nos relatos (TRECHOS 02 e 04), a escola passa a ser vista e aceita como responsável pelo crescimento profissional dos indivíduos que dela participam: *tenho certeza de continuar a estudar, pelo menos pela necessidade do mercado de trabalho* (MODEM; SPAM). Isso significa que o “direito ao trabalho na sua perspectiva econômica configura a profissionalização dos jovens como uma necessidade” (RAMOS, 2008, p.64-65) de sobrevivência e reconhecimento pela e na, profissão.

A ideia de modernização econômica e produtiva instituída na sociedade brasileira pela ideologia do ensino profissional, como única via para obtenção de qualificação e de competências para o trabalhador, assume a formação técnica como requisito para manter-se no trabalho ou para adquirir uma promoção.

Coerente com essa assertiva, o curso técnico integrado ao ensino médio revela-se imprescindível para o público atendido pela EJA: *quanto mais aprendizado, melhor o desempenho do funcionário* (WEB), visto que, já exercem uma atividade produtiva, quer no âmbito formal quer informal, e para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças no mundo do trabalho, mostram interesse em atualizar-se cada vez mais, e o curso técnico de nível médio é visto como alternativa para essa qualificação profissional.

Nos discursos evidenciam que o processo de qualificação profissional desencadeado pela educação para os estudantes trabalhadores consiste em um fator principal de qualificação para atuar competentemente no exercício laboral. Nesse sentido, a escola para realizar o processo educacional completo e efetivo não pode desconsiderar os anseios pela produção material latentes nos estudantes (CIAVATTA, 2012).

A proposta do PROEJA almeja, pois fomentar e incentivar o seu público à igualdade de oportunidades e à incorporação de experiências educativas e laborais que fundamente suas

potencialidades, confirmando saberes adquiridos em situações não escolares e na vida. Continuando, passe-se à reflexão da Unidade de Análise 1.2: Ingresso na universidade (QUADRO 15).

Categoria Geral 01 - Preparo para o trabalho e ingresso no ensino superior	<p>1- Digamos... Uma preparação pra chegar-nos a um bom ensino superior se fizer bem feito; Um passaporte pra fazer um ensino superior de qualidade (NERO; SPAM; DRIVE).</p> <p>2- Um patamar que todos deviam ter como no mínimo da educação do Brasil. A base de tudo, indispensável, terminar correr atrás de uma universidade de um curso superior (WEB; NET).</p> <p>3- Primeiro passo para galgar sonhos, ingressar na universidade e entendermos que somos capazes, basta querer (WI-FI).</p>
---	--

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos.

QUADRO15- UNIDADE DE ANÁLISE 1.2: INGRESSO NA UNIVERSIDADE

Com relação ao ensino médio, posicionamentos como: *um passaporte; um patamar; base de tudo e primeiro passo* denotam que a conclusão deste é requisito essencial para se alcançar o ensino superior, visto que “sem educação escolar básica e superior não há como compartilhar plenamente as tecnologias disponíveis, os novos conhecimentos ecológicos e os valores e aptidões de uma sociedade plural que pretende ser cada vez mais democrática, justa, escolarizada [...]” (CARNEIRO, 2012, p. 160).

Por se tratar de última etapa da educação básica, o ensino médio é considerado por *Nero, Spam e Drive* (TRECHO 01) *uma preparação pra chegar-nos a um bom ensino superior se fizer bem feito*. O entendimento de educação profissional a partir do que os egressos vivenciaram, depreende-se que a formação pensada para o PROEJA “contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade dos estudos” (BRASIL, 2007, p.35).

Esses jovens e adultos trabalhadores sabem que têm direitos garantidos na Carta Magna e deveres como cidadãos. Contudo, precisam e desejam estar aptos legalmente para se submeterem a exames seletivos para ingresso no ensino superior, como por exemplo, o ENEM. No entanto, essa conquista requer esforços pessoais, empreender estudo e dedicação a esse nível de ensino.

O discurso de *Web e Net* (TRECHO 02): *no mínimo da educação do Brasil*, revela lucidez do direito constitucional de uma educação básica que forneça a todas as pessoas indistintamente, conhecimentos construídos pela humanidade, restabelecendo a dívida social presente na função reparadora da EJA.

Reparar no sentido de devolver o que é próprio do ser humano, isto é, fundamental e imprescindível para sua participação na sociedade democrática. A justiça social acontece

quando o Estado oportuniza os meios para facilitar o acesso das pessoas aos bens sociais, culturais e históricos.

Assim, o ensino médio integrado à educação profissional para o público do PROEJA recupera o direito dos jovens e adultos trabalhadores a uma cidadania escolarizada (CARNEIRO, 2012). Isso significa dizer que basta “[...] só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano” (PARECER CNE/CEB Nº 11/2000, p.7).

Com isso, *Wi-fi* (TRECHO 03), considera o ensino médio prioritário para concretização de sonhos e desejos, que no caso específico dependeram de vontade própria. Ao acrescentar: *somos capazes, basta querer*, deixa implícito o reconhecimento das suas próprias habilidades e esforços.

Assim, o desafio da escola pública reside no compromisso político e pedagógico de construção de sujeitos sociais, capazes de ter autonomia e responsabilidade pelo próprio conhecimento. Nesse sentido, os discursos demonstram que os jovens e adultos trabalhadores, participantes desse estudo, acreditam que pela elevação dos níveis de escolaridade, suas potencialidades de crescimento pessoal e profissional aumentam. Continuando as reflexões passemos à unidade de análise 1.3 (QUADRO 16).

<p>Categoria Geral 01 - Preparo para o trabalho e ingresso no ensino superior</p>	<p>1- Alívio muito grande retornar os estudos, principalmente o PROEJA. A oportunidade de (re) ingresso a escola que veio no momento certo e o incentivo para quem não teve tempo de concluir os estudos na época certa (NERO; SPAM; LOGIN).</p> <p>2- Oportunidade inadiável para se voltar a ter sonhos e alcançar futuros objetivos. A chance de se reerguer e ver novos horizontes, melhorar a educação e a vida de todos. Inclusão social (CHAT; WEB).</p> <p>3- Foi maravilhoso eu terminar o curso, conhecer a informática. Pra minha mãe um orgulho, consegui graças à Deus. [...] só queria a oportunidade (MULTIMÍDIA).</p>
--	---

FONTE: Dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos participantes

QUADRO 16- UNIDADE DE ANÁLISE 1.3: OPORTUNIDADE DE VIDA

Os documentos oficiais deixam claro que a EJA constitui-se em uma modalidade de educação básica, destinada às pessoas que não concluíram seus estudos na faixa etária escolar denominada “regular”. Esse termo faixa etária regular, muito utilizada no meio educacional pode ser interpretada como preconceito, pois, transfere a culpa pela irregularidade no percurso escolar aos próprios jovens e adultos, que em sua maioria foram impedidos pelas circunstâncias sociais ao acesso e à permanência na escola (MOURA, 2006).

Através do PROEJA no CTBJ, os jovens e os adultos vislumbraram o ensino médio como uma realidade, conforme está ilustrado nos depoimentos de: *Nero; Spam; Login; Chat e Web* (TRECHOS 01 e 02). As palavras: *alívio, oportunidade, incentivo, chance e reerguer* estão impregnados de sentidos e significados. Refletindo sobre eles, percebem-se nos ditos e principalmente nos não ditos, sentimentos de: confiança, esperança, sensação de vitória e de conquistas, proporcionadas pela satisfação do reingresso à escola. Desse modo, ratifica-se que a análise do discurso “nos indicam que o dizer tem relação com o não dizer” (ORLANDI, 2012, p. 82), daí a necessidade de observa-se o que está sendo dito, pois o não dito em determinado discurso tem efeito sobre o dizer, complementando-o.

A partir desses relatos, percebe-se que a escolarização fazia parte do projeto de vida destes cidadãos, que acreditavam na formação técnica profissional e no ensino superior como possibilidades. Este direito à educação propedêutica e profissional deve estar entre as prioridades do Estado, com forma de provocar as instituições formadoras a possibilitar uma formação integral ao cidadão trabalhador.

Ao se referirem à EJA como uma oportunidade de vida, ou seja: *inclusão social* (TRECHO 02), *Chat e Web* admitem que os saberes e conhecimentos adquiridos na escola preparam para o enfrentamento dos desafios do seu cotidiano, confirmando a importância do diálogo entre a sociedade e o sistema escolar no qual a EJA está incluída como uma modalidade de ensino da educação básica. A sociedade, “tem a aprender com a pluralidade de propostas de inovação educativa que vem acontecendo no sistema escolar assim como este tem muito a aprender com os corajosos esforços que vêm acontecendo [...] ao conhecimento, à cultura dos jovens e adultos populares” (ARROYO, 2005, p. 47).

A sociedade interage com os sistemas de ensino, à medida que há abertura destes no acolhimento das experiências, dos valores, da cultura e da realidade dos educandos, reconhecendo-os em suas especificidades, aproveitando seu repertório de experiências, potencial para a aquisição do conhecimento.

Ressalte-se que o retorno aos estudos das pessoas jovens e adultas nem sempre é fácil, principalmente por interferência de fatores pessoais e profissionais, tais como: família e trabalho. O adulto tem diante de si obstáculos que são superados com muito esforço e determinação. Como diz *Multimídia* (TRECHO 03): [...] *só queria a oportunidade...* Essa afirmação manifestada pausadamente, com tranquilidade, passou para o ouvinte todo o significado do sentimento nutrido por ter alcançado o seu objetivo, desejado e compartilhado com a família por vê-la frequentar o colégio e concluir o curso: *pra minha mãe foi um orgulho.*

O grau de satisfação demonstrado no discurso dos egressos com a formação profissional recebida é evidente, ao mesmo tempo, em que assumiram a relevância da escolaridade, modalidade EJA, para as suas vidas. Isso confirma que “a educação de pessoas jovens e adultas volta-se às necessidades imediatas e meditas do educando preparando-o para a vida” (MOURA, 2011, p. 240). Assim, a formação proporcionada pelo PROEJA se consolida como uma formação também para a vida, levando em conta as necessidades pessoais dos estudantes. Continuando as análises serão apreciadas as contribuições do subitem 3.3.2.

3.3.2 Categoria Geral 02: Elevação da autoestima e reconhecimento profissional

Os depoimentos registrados, em sessão de grupo focal permitiram a identificação das manifestações dos participantes sobre a autoestima e o reconhecimento alcançado no ambiente de trabalho, pela afetividade visível em suas palavras, gestos e expressão facial, retratadas no núcleo de sentido que deram origem as unidades de análise, 2.1: *Conquista*; 2.2: *Superação* e 2.3: *Despertamento*, (QUADROS 17, 18 e 19).

<p>Categoria Geral 2- Elevação da autoestima e reconhecimento profissional</p>	<p>1- Antes a gente trabalhava num emprego sem muitas chances de mudar de profissão.... Quase todo mundo mudou de emprego. Hoje eu tenho uma profissão na minha carteira que é de operadora de caixa, graças ao curso que eu fiz [...] (WEB).</p> <p>2- Uma felicidade enorme me ver superando as dificuldades [...], através desse curso, hoje eu sou recepcionista no hotel Gurgueia, acredito que se não tivesse essa formação não teria entrado lá. O técnico em informática na modalidade PROEJA serviu pra eu ser promovido (NERO).</p> <p>3- Mais uma vitória, foi gratificante, sou grato. [...] no meu trabalho eu comecei a conhecer o sistema da empresa. Comecei cadastrar coisas que faz parte de dentro da instituição (LOGIN).</p> <p>4- Quando eu me formei o serviço da parte de Tecnologia da Informação que a gente sempre contratava pessoa de terceira, eu já fazia. Acabou me ajudando profissionalmente na empresa, aumentei meus conhecimentos, e tanto computador em casa quanto de amigos também não há necessidade de técnico eu vejo o que é, então pra mim ajudou bastante na minha vida profissional (LINK).</p>
---	--

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos

QUADRO 17- UNIDADE DE ANÁLISE 2.1: CONQUISTA

A análise dos discursos (TRECHOS 01, 02, e 03) infere a predominância do reconhecimento profissional dos sujeitos pela inserção no mercado de trabalho, pela mudança de emprego e pela promoção no trabalho, como demonstram as falas de *Web*, *Nero* e *Login*, respectivamente: *hoje eu tenho uma profissão; hoje eu sou recepcionista; no meu trabalho eu comecei a conhecer o sistema da empresa.*

Diante disso, o PROEJA cumpre o que definiu em seu quarto princípio: trabalho como princípio educativo, contribuindo para que homens e mulheres produzam trabalho pela sua

ação transformadora no mundo (BRASIL, 2007). Isso significa dizer, que a ação transformadora se deu inicialmente no mundo particular de cada um, satisfação pessoal, estendendo-se ao mundo dos que compartilham com eles o ambiente de trabalho, satisfação profissional, demonstrado pelo reconhecimento de outrem, de suas potencialidades.

A conclusão da educação básica elevou a autoestima e a confiança dos egressos, isso ficou evidenciado na forma como expressaram suas opiniões no grupo focal, repletos de gestos de contentamento (risos), aprovação e em alguns momentos, pausas pensativas e respostas com entonação de voz que foram em alguns instantes muito emotivas.

Assim, houve relatos como o de *Nero* (TRECHO 01): *uma felicidade enorme me ver superando as dificuldades [...]*, em que mostrou entusiasmo revelado nos risos e na expressão facial demonstrando sentir-se agradável por falar de sua superação e conquista profissional.

A proposta do Programa foi atendida, por não se resumir apenas na certificação de conclusão do ensino médio, mas como se esperava dos estudantes: a capacidade de desenvolver habilidades, de acordo com o grau de escolarização alcançado.

À vista disso, é importante destacar a utilidade dos conhecimentos para a atividade profissional desempenhada por *Login* (TRECHO 03), durante o período de formação no PROEJA, diferentemente de *Link* (TRECHO 04), que teve esses conhecimentos aproveitados somente depois da conclusão do curso Técnico em Informática.

Observando as seguintes falas: *através desse curso* (NERO); *quando eu me formei* (LINK); existe a convicção de que a formação obtida no curso técnico integrado ao ensino médio na EJA foi fundamental para os participantes conquistarem um emprego.

Analisando a fala de *Link*, percebe-se o impacto da formação técnica para o seu desenvolvimento profissional. As aprendizagens transferidas para o próprio ambiente de trabalho trouxe mudanças favoráveis: *o serviço da parte de Tecnologia da Informação que a gente sempre contratava pessoa de terceira, eu já fazia*. Esse impacto também repercutiu na vida pessoal: *tanto computador em casa quanto de amigos também não há necessidade de técnico eu vejo o que é*. Esse discurso demonstra que as aprendizagens recebidas na escola são úteis em espaços não escolares.

O crescimento no âmbito profissional constatado nas falas realça que o ensino médio integrado à educação profissional na EJA recupera a relação entre conhecimento e a prática de trabalho (RAMOS, 2010), pois os participantes do PROEJA conseguiram atuação profissional mediada pela a área de formação adquirida.

A profissionalização não tem fim em si mesmo nem se baseia pelos interesses mercadológicos, mas se constitui para estes sujeitos numa alternativa a mais para construção

de projetos de vida. Nessa perspectiva, é preciso entender uma formação profissional que não se restrinja apenas a empregabilidade, visto que “o trabalho é, antes de tudo, atividade humana, a qual é definidora da espécie, do gênero humano; o trabalho revela a capacidade criativa do ser social [...]” (LIMA FILHO, 2008, p. 126).

As pessoas na condição de “ser histórico-social concreto é capaz de transformar a realidade em que vive” (RAMOS, 2012, p. 109). Porém, é somente pelo trabalho – no sentido de suprir as necessidades básicas independente de remuneração – que homens e mulheres se refazem, modificam a si mesmos resignificando suas vidas. Passe-se a reflexão da Unidade de Análise 2.2 (QUADRO 18).

Categoria Geral 2- Elevação da autoestima e reconhecimento profissional	<p>1- Achava que era muito difícil estudar. Não tinha oportunidade, tinha que cuidar de casa, de marido, e de vó de tudo, era muito enrolado, quando apareceu esse curso, eu ainda fiquei assim abalada, mas a coordenadora me deu força ela nunca desistiu de mim eu fui em frente, graças a Deus fui muito feliz lá, não me arrependo até hoje eu sinto saudade (MULTIMÍDIA).</p> <p>2- Jamais pensei na minha vida de um dia mexer num computador, comprei um para meus filhos, mas eu mesmo não sabia desligar, puxava só na tomada, gostei tanto de estudar que me motivou. Eu tinha até uma fobia, falar em computador pra mim era coisa de outro mundo, mas me motivou tanto, que eu não consegui me separar do antigo colégio agrícola, fiz o curso técnico de informática na modalidade ensino médio, depois apareceu o curso de manutenção de computador, fiz, terminei e agora recentemente fiz instalador e reparador de redes (DRIVE).</p> <p>3- Foi uma vitória superar as dificuldades: trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Foi um orgulho, porque eu continuei os estudos. Tivemos muita dificuldade ali, mas ninguém desistiu, continuou, superou os tempos ruins, todo mundo se ajudava (LINK).</p> <p>4- Devido um acidente tive um pouco de baixa autoestima e com o curso eu consegui superar [...]. Eu não conversava com meus amigos, devido me achar inferior, mas depois fui vendo que aquilo era só coisa da minha cabeça, então o curso me ajudou a fazer uma terapia e superar aquele trauma, por isso que eu digo o curso técnico do PROEJA foi uma superação (NERO).</p>
--	--

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos

QUADRO 18- UNIDADE DE ANÁLISE 2.2: SUPERAÇÃO

O agrupamento de falas (TRECHO 01 e 02) deixa implícita a superação desencadeada pela falta de perspectiva de retomada aos estudos, por fatores pessoais, gerando insegurança e medo de aprender informática, como relata *Drive* que transferia aos filhos essa capacidade de lidar com computador: *jamais pensei na minha vida de um dia mexer num computador, comprei um para meus filhos, mas eu mesmo não sabia desligar, puxava só na tomada.*

Isso demonstra que, até então estavam acomodados, acreditando que aprender a manusear um computador estava muito além de seus limites. Contudo, mesmo com dificuldades, souberam contorná-las para chegar ao término do curso e dar continuidade ao processo formativo, superando os limites. Por isso “é necessário que ocorra uma expansão da

escolaridade, não apenas do ponto de vista produtivo, como também da cidadania” (FRANÇA; BARBOSA, 2011, p. 9).

A sociedade precisa superar o estigma produzido ao longo dos tempos, em relação aos estudantes da EJA, considerados inferiores e incapazes, acentuando a sua exclusão, visto que muitos chegam à escola com baixa autoestima, sem autoconfiança. Entretanto, “as trajetórias truncadas não significam sua paralização nos tensos processos de sua formação mental, ética, identitária, cultural, social e política. Quando voltam à escola, carregam esse acúmulo de formação e de aprendizagens” (ARROYO, 2005, p. 25).

Para *Multimídia* (TRECHO 01), a coordenação do PROEJA/CTBJ teve papel preponderante para a sua permanência no curso, em meio às dificuldades familiares apontadas: *a coordenadora me deu força ela nunca desistiu de mim eu fui em frente*. Por este argumento, infere-se que o adulto que retoma os estudos precisa de apoio, principalmente de pessoas influentes, que detém certo status, visto que muitos alimentam em si baixa autoestima, desconfiança e medo, como relatou *Drive: eu tinha até uma fobia, falar em computador pra mim era coisa de outro mundo [...]*. Os profissionais do CTBJ foram importantes para ajudar os jovens e adultos do PROEJA a reverter traumas, dificuldades, insegurança que trazem de suas histórias de vida.

A escola para o público da EJA é concebida como espaço de socialização, troca de experiências com seus pares, como ratifica *Link* (TRECHO 03) ao relatar sobre a união da turma que foi fundamental para a superação das dificuldades: *ninguém desistiu, continuou, superou os tempos ruins, todo mundo se ajudava*. É notório nesse discurso a persistência, a solidariedade e o companheirismo alicerçados pelo amparo e acolhimento de todos os envolvidos no processo educativo.

O empenho de todos os estudantes-trabalhadores do PROEJA/CTBJ incidiu diretamente no sucesso coletivo, voltado prioritariamente para o bem-estar dos envolvidos no processo educativo, que se mostrou um campo favorável de formação humana. *Nero* (TRECHO 04) comprova isso ao relatar: *o curso me ajudou a fazer uma terapia e superar aquele trauma, por isso que eu digo o curso técnico do PROEJA foi uma superação*.

A boa convivência na escola teve implicações positivas na vida dos estudantes do PROEJA/CTBJ, contribuindo para se sentirem melhores como pessoas, uma vez que “jovens e adultos conhecem muito bem a angústia que a vida do dia-a-dia traz para cada um e sabem que a cura desta angústia está no cuidado, na solidariedade, na criação de um novo mundo mais justo, confortável, alegre e emocionante” (COSTA; SYDOW; SANTOS, 2012, p.79). Em vista disso, o papel da escola para estes sujeitos investigados foi fundamental para uma

verdadeira convivência no meio escolar e social. Passe-se à análise da última unidade da Categoria Geral 2 (QUADRO 19).

Categoria Geral 2- Elevação da autoestima e reconhecimento profissional	<p>1- Passei um longo tempo fora, morei em uns três estados, varias cidades, senti vontade de voltar e esse tempo todo sai da sala de aula, fui trabalhar, e via que faltava alguma coisa na minha vida, eu tinha que terminar o ensino médio [...] (CHAT).</p> <p>2- Nas minhas andanças pelo mundo eu era músico, e nesse trajeto musical eu sofri um acidente. [...] foi através desse acidente que eu vi o mundo de outra forma e valorizei o estudo novamente... Pensei: quando era músico saia pelo mundo, a profissão que eu tinha era cantar, mas não canto mais, fazer o que? Pensei, com esse estudo que tenho aqui eu não sirvo nem pra pegar estrume de gado, aí no EJA fui fazer dois anos em um só, e para graça de Deus surgiu à oportunidade do PROEJA, quando eu estava terminando a 7º e a 8º ano (NERO).</p> <p>3- Pessoalmente a satisfação foi tão grande, a alegria foi tão grande que foi um despertar. Despertar esse que eu não consegui mais parar, e estou aqui continuando os estudos, e vou continuar (DRIVE).</p>
--	---

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos
 QUADRO 19- UNIDADE DE ANÁLISE 2.3: DESPERTAMENTO

O despertar para voltar aos estudos teve razões diferentes para os participantes como foi explicitado nos (TRECHO 01 e 02). Nas expressões: *via que faltava alguma coisa na minha vida [...]* (CHAT), *[...] foi através desse acidente que eu vi o mundo de outra forma e valorizei o estudo novamente [...]* (NERO). Os ditos e não ditos do primeiro, não traduzem exatamente os motivos que provocaram a necessidade eminente de parar e de recomeçar os estudos retornando à escola.

O despertar do segundo teve uma razão mais desafiadora: *foi através desse acidente que eu vi o mundo de outra forma e valorizei o estudo novamente [...]*. Assim, contornou a situação difícil em que se encontrava retomando os estudos. Então, ambos foram motivados a retomar os estudos por razões comuns (viagens pelo mundo) e diferentes (acidente).

Seus depoimentos refletem acontecimentos de suas vidas que os levaram a apostar na mudança que se tornaria possível pela formação do Ensino Médio profissionalizante. O certo é que foram capazes, através da reflexão sobre acontecimentos de suas vidas, de entender a realidade social na qual estavam inseridos, transformando situações adversas em projeto de vida. A implantação do ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA fez a diferença na vida daquelas pessoas, desejosas de concluir a educação básica.

Portanto, chegaram à conclusão de que necessitavam mudar de vida e a oportunidade surgida correspondeu às suas expectativas, contribuindo para reverter a situação em que se encontravam, pois, o público do PROEJA “[...] em sua grande maioria, jovens e adultos trabalhadores, oriundos das classes populares, os quais têm e tiveram, desde muito cedo, que

enfrentar as duras condições de garantir a sobrevivência pelo trabalho, ou na busca incerta dele” (LIMA FILHO, 2012, p.10).

Drive (TRECHO 03) é categórico ao afirmar o despertar em sua vida ocasionado pelo curso do PROEJA, o qual o motivou a continuar os estudos. Desta maneira, o Programa atendeu as expectativas do público oferecendo “[...] respostas condizentes com a natureza da educação que buscam, dialogando com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida” (BRASIL, 2007, p. 36).

A confluência entre as experiências vivenciadas pelos sujeitos extrapola uma educação profissional técnica de mera preparação para a empregabilidade. O trabalho mais do que ação econômica específica, “é produção, criação, realização humanas” (RAMOS, 2008, p.63). Assim, a visão totalizante do jovem e do adulto como ser humano, dotado de necessidades, capacidades de pensar, fazer, inventar, ou seja, capacidades físicas e intelectuais são intensificadas mais uma vez por esses depoimentos. Passe-se ao subitem 3.3.3, que analisa as aspirações profissionais. Veja-se:

3.3.3 Categoria Geral 03: Desejo de crescer profissionalmente

As discussões apresentadas nesse subitem referem-se às Unidades de Análise 3.1: *Estímulo contínuo*; 3.2: *Necessidade de aprender* e 3.3: *Crescimento com o estudo*, como se observa nos quadros 20, 21 e 22 respectivamente.

Categoria Geral 3 Desejo de crescer profissionalmente	<p>1- [...] Teve uns eventos, como a feira de ciências, o I seminário de extensão [...] já estava terminando o curso, tivemos todo apoio da coordenadora, tivemos tudo, não faltou nada e ali veio à mente retornar, continuar a estudar, não posso parar, eu senti dentro de mim que tinha que continuar. [...] a educação dá estímulo pra gente e esse curso em informática foi muito bom, porque abriu área de emprego para mim e com certeza vai abrir outras portas (MODÉM).</p> <p>2- [...] fui me familiarizando com a área da informática e não consegui mais parar. A área é muito abrangente, não tem fim, é infinita. E se um dia eu for fazer uma faculdade eu preferia ciência da computação (DRIVE).</p> <p>3- Tenho muito estímulo que botei o meu menino também para estudar informática, para se aprofundar mais, quando ele terminar o curso de manutenção de computador eu quero que ele prossiga mais (MULTIMÍDIA).</p>
--	---

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos
 QUADRO 20 - UNIDADE DE ANÁLISE 3.1: ESTÍMULO CONTÍNUO

Os discursos dos participantes (TRECHOS 01 e 02) mostram que a vivência escolar e a afinidade com o curso foram determinantes para a permanência e a conclusão do curso, além de proporcionar perspectivas futuras de continuidade aos estudos em nível superior,

sobretudo na área de formação, como revelou o seguinte argumento: *se um dia eu for fazer uma faculdade eu preferia ciência da computação (DRIVE)*.

No discurso: *abriu área de emprego para mim e com certeza vai abrir outras portas (MODEM)*, há evidência de expectativas, esperanças e satisfação com relação à formação, que influenciou o seu crescimento profissional.

Diante disso, a competência profissional adquirida pela formação ultrapassa o sentido apenas técnico e instrumental, consolidando a formação dos cursos técnicos integrados que consiste na preparação integral do estudante, tornando-os “capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente [...]” (BRASIL, 2007, p.35).

Ainda sobre a reflexão do papel do CTBJ na vida dos egressos, ressalta-se o acolhimento da coordenação do PROEJA, através do incentivo e insistência com os estudantes para permanecerem firmes nos estudos, a fim de alcançarem a conclusão, como diz *Modem: tivemos todo apoio da coordenadora*.

O cotidiano escolar constitui espaço propício para a socialização de saberes e novas aprendizagens, sendo meio essencial de incentivo às pessoas jovens e adultas a se reconhecerem como protagonistas de sua formação, a criar vínculos e significados para sua vida exterior ao contexto escolar.

A repercussão na vida pessoal do curso é destacada por *Multimídia (TRECHO 03): tenho muito estímulo que botei o meu menino também para estudar informática*. Desse modo, a influência das aprendizagens escolares na família é resultado de uma educação que prima por uma “[...] formação humana como o resultado das relações entre pessoas num processo dinâmico e concreto [...]” (FERRARI, 2012, p.139) sem as quais é inviável a transformação dos envolvidos no processo educativo.

Assim, a concretização da proposta do PROEJA foi visivelmente notada na forma como os sujeitos expressaram suas falas, através dos risos de contentamento e gestos de agradecimentos pela formação realizada, sobretudo com relação às experiências vivenciadas dentro e fora do contexto escolar. Continuando as reflexões passe-se à Unidade de Análise 3.2: Necessidade de aprender (QUADRO 21).

<p>Categoria Geral 3 Desejo de crescer profissionalmente</p>	<p>1- [...] tinha que terminar lá no colégio agrícola, e outro lugar para mim não serviria não, só se fosse lá, era uma coisa que eu tinha comigo. Então apareceu essa oportunidade. Eu trabalhava de vendedor na época, e ouvi no rádio as inscrições do PROEJA, fui lá fiz a pré-inscrição e depois passei no teste, foram três anos estudando... abriu portas pra montar meu próprio negócio na área de informática. Quero me especializar na área de celular com androide, na área de televisão de LED. Quero me especializar para quando eu sair desse emprego montar meu próprio negócio, que é o meu sonho fazer isso (CHAT).</p> <p>2- [...] estou fazendo faculdade de Contabilidade, [...] ter o conhecimento na área de informática ajuda também na área da contabilidade. Hoje tudo é informatizado, então acaba incentivando uma puxando a outra (LINK).</p> <p>3- [...] eu tenho cada vez mais vontade de estudar e o curso técnico de informática do PROEJA me deu mais confiança a lutar por meus estudos [...] (NERO).</p>
---	---

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos

QUADRO 21- UNIDADE DE ANÁLISE 3.2: NECESSIDADE DE APRENDER

A necessidade de aprender presente nos discursos dos participantes está direcionada para a autonomia profissional e a continuidade aos estudos, manifestado pelo desejo de ascensão social.

A escola antes somente vista pelos jovens e adultos, apenas como lugar fechado em si, em seus saberes científicos e rígidos, agora abre espaço para a nova configuração da EJA como “[...] campo específico, da especificidade desses tempos da vida – juventude e vida adulta – e da especificidade dos sujeitos históricos que vivenciam esses tempos” (ARROYO, 2005, p.22).

Nesse contexto, é importante destacar que a população bonjesuense, o CTBJ tem respaldo, conforme ressalta *Chat* (TRECHO 01) ao declarar sua predileção pelo colégio: *tinha que terminar lá no colégio agrícola, e outro lugar para mim não serviria não*.

Além disso, as motivações para qualificação profissional foram citadas com entusiasmos ao descrever as suas pretensões com relação às suas habilidades suscitadas pela formação técnica. A repetida frase: *quero me especializar* denota a segurança e a certeza de concretizar seu sonho de trabalhar com celular androide e televisão LED.

Por este discurso confirma-se que os estudantes do curso do PROEJA, apesar de não terem garantias de emprego ou melhoria de vida, “[...] abrirão a possibilidade de alcançar esses objetivos [...]” (BRASIL, 2007, p.36). Percebe-se então, que o curso Técnico em Informática do PROEJA/CTBJ ofereceu o que esperavam, contribuindo para a autonomia profissional de alguns egressos.

O curso do PROEJA também foi um incentivo para a continuidade dos estudos em nível superior e em uma área afim (TRECHOS 02 e 03), visto que a expectativa acadêmica

desejada pela conclusão do ensino médio foi alcançada: *estou fazendo faculdade de Contabilidade* (LINK).

O desejo de crescer expresso nos discursos é condizente com a formação integral do educando, a qual compreende a continuidade de estudo sem resumir-se a ela (BRASIL, 2007). Assim, continuam as reflexões agora com a análise da Unidade 3.3 (QUADRO 22).

<p>Categoria Geral 3 Desejo de crescer profissionalmente</p>	<p>1- [...] tivemos a oportunidade de aprender a área de informática que o mercado hoje tá exigindo, estamos um passo a frente de muitos aí, pois já temos certificado de técnico de informática, o PROEJA foi só somar pra nós e pra nossa vida profissional (LINK).</p> <p>2- [...] após o PROEJA fiz o ENEM. Estou cursando Pedagogia e quero dizer pra vocês, família PROEJA, em breve nós vamos ter um pedagogo, eu vou está lá levantando a bandeira do PROEJA, dizendo: olha foi o PROEJA que me trouxe pra cá, agradeço (NERO).</p> <p>3- [...] já que eu terminei um curso eu não queria mais vender roupas. Então, tive a oportunidade de ser chamada para trabalhar de operadora de caixa e fui [...]. Eu não quero ficar só como operadora de caixa, quero fazer administração, também (MULTIMÍDIA).</p> <p>4- [...] eu já estou com 54 anos contribui já um tempo, dá pra me aposentar no futuro, e como eu tenho um negócio que já montei, estou tentando montar outro. Se eu conseguir montar vou sair da feira, e com fé em Deus eu vou conseguir (DRIVE).</p> <p>5- O curso técnico de informática do PROEJA me ajudou entrar na faculdade. Estudo Contabilidade, ciências contábeis, que mexe muito com sistema. O curso técnico ajudou muito a mexer no sistema (LOGIN).</p>
---	---

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos
QUADRO 22 - UNIDADE DE ANÁLISE 3.3: CRESCER COM O ESTUDO

As falas dos participantes (TRECHOS 01, 03 e 04) revelam clareza quanto à realidade competitiva, presente na atualidade, no mercado da área de informática. No entanto está evidenciado o anseio de alcançar melhores postos de trabalho e autonomia profissional.

Evidencia-se essa realidade nas seguintes expressões: *estamos um passo à frente de muitos* (LINK); *tenho um negócio que já montei, estou tentando montar outro* (DRIVE), desses egressos que se mostram empolgados com as aprendizagens. Há explícito nas falas pretensões para mudança de vida: *quero fazer administração* (WEB). Assim, todos almejam crescimento pessoal e profissional.

Os conhecimentos adquiridos na formação de Técnico em Informática permitiram aos jovens e adultos do PROEJA/CTBJ autonomia profissional, no sentido de saber aproveitar os conhecimentos aprendidos na escola, confrontando-os com suas habilidades, a fim de aprimorar suas competências.

Logo, um novo olhar deve ser direcionado ao público do PROEJA. Não os vê mais como pessoas carentes, que necessitam apenas resgatar a escolarização perdida ou conseguir um emprego para sair da informalidade no trabalho. Mas, pessoas sujeitas de direito humanos,

reconhecidas em seu tempo e percurso de jovens e adultos, que têm sonhos, projetos e esperanças, histórias concretas de luta e superação (ARROYO, 2005).

Contudo, apesar da certificação escolar ser um quesito inquestionável para quem deseja atuar no trabalho formal, a fim de corresponder às exigências da sociedade, o ingresso no ensino superior tornou-se uma realidade (TRECHOS 02 e 05).

Por isto, *Nero* ao falar sobre a novidade em sua vida promovida pela formação mostrou com gesto (ergueu os braços) e o aumento do tom da voz: *olha foi o PROEJA que me trouxe pra cá, agradeço [...]*. Para *Login* ficou o reconhecimento e também a gratidão pela qualidade da formação recebida: *o curso técnico de informática do PROEJA me ajudou entrar na faculdade*.

Essas informações revelam a importância da formação integrada, pautada em um ensino técnico que supere o desenvolvimento de atividades econômicas meramente instrumentais, desintegrada da formação geral.

Há, contudo, que ressaltar que o ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA deve ocorrer com ampliação da oferta e com a melhoria da qualidade do ensino, cuja proposta integre ciência, tecnologia, trabalho e cultura, na perspectiva de formação unitária, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso das pessoas em escolas de qualidade, independente de origem ou de classe social. Essa qualidade deve contemplar os interesses e necessidades dos próprios educandos (KUENZER, 2011). Passe-se, agora para a análise do subitem 3.3.4.

3.3.4 Categoria Geral 04: Reconhecimento da instituição escolar

O agrupamento das falas permitiu a organização das seguintes Unidades de Análise: 4.1: *Agregação de valores*; 4.2: *Contribuição para vida* e 4.3: *Acolhimento*, como se observa nos quadros 23, 24 e 25 respectivamente.

<p>Categoria Geral 04 - Reconhecimento da instituição escolar</p>	<p>1- [...] depois que fiz o curso, posso dizer que sou capaz, não sou obrigada a aceitar tudo, eu tenho capacidade, então pra mim foi tudo (WEB). 2- [...] ali compartilhava tudo, na hora das necessidades se um passava dois dias sem ir o outro vinha e conversava. Todo mundo conversava e sempre tinha aquela amizade (MODEM). 3- [...] consegui unir a minha família com a da minha esposa, que não tinha um bom relacionamento. Na formatura, de lá pra cá nós continuamos sendo amigos, que é o mais importante (DRIVE).</p>
--	---

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos
QUADRO 23 - UNIDADE DE ANÁLISE 4.1: AGREGAÇÃO DE VALORES

Os discursos dos egressos (TRECHOS 01, 02 e 03) relacionam-se à sua dimensão pessoal, resultante da vivência no âmbito da instituição de ensino. Pela convivência no CTBJ, os jovens e os adultos sentiram-se capazes de aprender, redimensionar seus sonhos, metas e desejos, chegando à concretização de seus ideais que não eram apenas individuais, mas também parte de um coletivo.

O adulto engajado no mundo do trabalho quer realizar uma atividade que tenha sentido para sua vida, ou seja, em que possa realizar-se enquanto pessoa. Nessa perspectiva *Web* (TRECHO 01), ressalta a autovalorização, provocada pela afinidade com o curso técnico, que possibilitou encorajamento e segurança para a escolha profissional: [...] *não sou obrigada a aceitar tudo, eu tenho capacidade*. Desse modo se confirma que “[...] é através de sua participação no processo de produção que o indivíduo pode pretender a auto-realização, tanto no plano da satisfação pessoal quanto do status social” (BAJOIT; FRANSSEN, 2007, p. 103).

Partindo-se da ideia de que integrar é abrir e criar caminhos em que todos façam parte e tenham sentido (COSTA; SYDOW; SANTOS, 2012), nas falas dos participantes percebe-se a transferência dessa integração também para as relações humanas, confirmada no relato de *Modem* (TRECHO 02): *todo mundo conversava e sempre tinha aquela amizade*.

A formação integral transcende os espaços escolares, rompe os “muros” que dividem a escola da vida em sua globalidade. A escolarização funciona também como meio de interação social, onde conflitos podem ser solucionados. Nesse sentido, o discurso: *consegui unir a minha família com a da minha esposa, que não tinha um bom relacionamento, Drive* (TRECHO 03) mostra a importância da escola para sua vida pessoal, deixando clara a influência que esta teve sobre o relacionamento de seus familiares.

É preciso, pois apreender que os jovens e adultos que retornam à escola, chegam com um conjunto de experiências sociais vividas nos mais diferentes contextos. Como sujeitos socioculturais possuem diferentes visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, desejos, projetos, que acumulam ao longo do tempo (DAYRELL, 1992). Quando reingressam à escola, aperfeiçoam esses conhecimentos e as relações sociais estabelecidas, que são modificados pelas aprendizagens adquiridas no decorrer do novo processo de escolarização.

Desse modo, por meio da convivência no ambiente escolar, jovens e adultos do PROEJA sentiram-se confiantes, realizados em sua escolha profissional e motivados pela boa convivência com seus pares. Passe-se à análise da Unidade 4.2 (QUADRO 24).

**Categoria Geral 04 -
Reconhecimento da
instituição escolar**

1- [...] a escola pra mim representa minha vida. Chego lá me sinto em casa. Quando coloco os meus pés ali, eu não me sinto uma pessoa estranha. Meu sonho é que meus filhos estudem lá. Para minha família, meus amigos foi uma alegria, eu vou contar um exemplo: no dia da formatura meus amigos estavam lá, amigos de infância estavam lá e felizes, porque tudo aquilo ali estava acontecendo [...] Hoje me sinto vitorioso, eu considero todos vitoriosos (CHAT).
2- O colégio técnico representou a vida, fez parte da minha vida, [...] (MULTIMÍDIA).

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos
QUADRO 24 - UNIDADE DE ANÁLISE 4.2: CONTRIBUIÇÃO PARA VIDA

As informações expressas nos discursos de *Chat* e *Multimídia* (TRECHOS 01 e 02) referem-se ao sentimento de pertencimento à instituição escolar, ao valor e ao significado atribuído ao CTBJ. Esse sentimento de pertencimento está voltado para a capacidade de sentir-se parte integrante da escola.

A palavra *vida* repetida nas falas dos egressos, representa uma marca positiva da escola tanto no aspecto individual, quanto coletivo. Percebe-se ainda nos relatos a satisfação com a escola, alicerçada pelo bem-estar instigado através da convivência na instituição: *chego lá me sinto em casa* (CHAT).

O bem-estar e os vínculos afetivos, facilitadas pela instituição foram determinantes para o desenvolvimento escolar dos jovens e adultos, visto que a imagem negativa da escola que porventura fizesse parte da vida dos estudantes foi desfeita pela boa convivência no colégio.

Dessa forma, torna-se necessário desmistificar a escola como local onde apenas aprendemos a fazer algo, para aquisição de capacidades intelectuais com a finalidade de alcançar resultados, presumindo um conhecimento estritamente para o âmbito profissional.

Busca-se então, compreender a instituição escolar como um ambiente que contribui não somente para o êxito na vida profissional das pessoas, mas também para a vida pessoal, influenciado diretamente as relações sociais, uma vez que a escola é espaço amplo de formação humana, ela aprofunda essa humanização, aprimorando o desenvolvimento de habilidades. Assim, o acesso a essas relações sociais, contribui para a formação dos educandos, sujeitos socioculturais. Passe-se à análise da Unidade 4.3 (QUADRO 25).

<p>Categoria Geral 04 - Reconhecimento da instituição escolar</p>	<p>1- O PROEJA na universidade ajudou muita gente a se formar, que teria que ir para fora estudar e não tinha condição, acabava ficando dentro da cidade mesmo, sem formação qualificada. Essa universidade mudou muita gente e mudou a cidade também, agora tem gente qualificada pra prestar serviço pra empresa, montar seu próprio negócio (LINK).</p> <p>2- [...] acredito que cada um deu sua contribuição, cada qual da sua forma, do zelador, motorista, professor, [...] todos deram sua parcela de contribuição para que nós chegássemos até onde estamos hoje (NERO).</p> <p>3- [...] pra mim todos foram importantes, mas volto a frisar a coordenadora é uma das peças mais importante, é o carro chefe sem a coordenadora e a diretora do colégio, o PROEJA aqui não... [...] (CHAT; DRIVE).</p> <p>4- Eu acho muito importante a área de informática e eu ter conseguido o meu ensino médio, o meu técnico lá no colégio, foi muito importante [...]. Todos eles foram importantes, mas a mais importante mesmo foi a coordenadora, que deu toda força, [...] e também a diretora do colégio que com todo amor e carinho, ter sustentado a primeira turma, ela também foi muito importante e os motoristas também, todo dia eles estavam contentes, transportando todo mundo ali do colégio (MODEM).</p> <p>5- Foi muito alegre e passou tão rápido, foi maravilhoso demais, conheci pessoas que eu não conhecia, me aproximei de pessoas que eu conhecia e não tinha proximidade, foi muito bom (LOGIN).</p>
--	--

FONTE: dados organizados pela pesquisadora ratificada pela fala dos sujeitos

QUADRO 25 - UNIDADE DE ANÁLISE 4.3: ACOLHIMENTO

Os relatos no Quadro 25 evidenciam o reconhecimento da instituição escolar no que se refere ao acolhimento, ao incentivo e ao serviço prestado pela comunidade escolar do CTBJ aos estudantes do PROEJA. A escola foi para os egressos um local de socialização, reforçado pelo sentido de pertencimento ao grupo, de maneira amistosa.

O depoimento de *Link* (TRECHO 01) denota a satisfação revelada pelo trabalho coletivo da escola que é de suma importância para o comprometimento e a permanência dos jovens e adultos. O prestígio do CTBJ mais uma vez é destacado: *essa universidade mudou muita gente e mudou a cidade*.

As falas de *Nero* e *Modem* (TRECHO 02 e 04) comprovam o reconhecimento, a confiança, o respeito e a admiração que sentem pela equipe de profissionais do CTBJ: *zelador, motorista, professor, coordenadora, diretora*.

Analisando o sentido da palavra *importante* repetida, várias vezes, no relato de *Modem* (TRECHO 04), ao tratar do curso técnico no colégio, à ênfase ao apoio da coordenadora e da diretora demonstra que não basta somente permitir o acesso dos jovens e adultos à escola, mas é preciso dar condições materiais, e também humanas, como: atenção, respeito e diálogo.

Os relatos de *Chat* e *Drive* (TRECHO 03) foram atravessados por gestos de aprovação e confirmação de todo o trabalho realizado no Programa pela equipe pedagógica do colégio. Ambos responsabilizam o trabalho da coordenadora e da diretora, consideradas: *o carros chefes*, imprescindíveis para a consolidação do PROEJA no colégio.

Os egressos mostraram ainda que houve uma maior unidade entre os estudantes e a equipe da escola. A aproximação com os funcionários auxiliou a participação ativa no espaço escolar, bem como a motivação e incentivo pessoal de cada um.

Por meio da vivência do cotidiano escolar, os egressos estabeleceram novas relações sociais, exemplificada por *Login* (TRECHO 05): *conheci pessoas que eu não conhecia*. O estreitamento dos laços afetivos também foi fortalecido entre os próprios estudantes [...] *me aproximei de pessoas que eu conhecia e não tinha proximidade*.

Assim, a visibilidade dada à instituição foi motivada pelo impacto positivo desta experiência na vida dos estudantes, sobre a relação deles com o aprendizado, com os funcionários e com os demais estudantes, determinantes para se sentirem mais valorizados.

Diante do exposto no item 3.3, cabe esclarecer que a questão que norteou esse estudo foi respondida: como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos? Muito bem, visto que a formação beneficiou os egressos na elevação da autoestima, vontade de continuar os estudos e ingressar em curso superior, além de conquistas profissionais, autonomia e oportunidade de promoção no trabalho. Passe-se agora, para análise das dificuldades enfrentadas para concluir o curso, bem como para superação expressa nas vozes dos egressos (ITEM 3.4).

3.4 Superação: dificuldades enfrentadas para concluir o curso

Revisitar as lembranças dos egressos da primeira turma do PROEJA/CTBJ a respeito das dificuldades enfrentadas para a conclusão do curso Técnico em Informática, com destaque à superação, leva a reconstrução desta trajetória escolar na (re) significação de suas histórias de luta e de incertezas que ao longo do caminho foram se transformando em possibilidades de concretização de um “sonho possível”, como diria Paulo Freire (1982). Sonhar um sonho possível tem ligação com os limites que a vida foi impondo aos jovens e adultos do PROEJA, que, apesar dos obstáculos, conseguiram por vontade própria não parar mais na caminhada, pois descobriram que o caminho é constantemente refeito, pelo acúmulo das experiências de vida. Veja-se:

1- O meu tempo era o mínimo possível, pois trabalhava e saia quase na hora de ir pra o colégio e muitos dizia que eu não ia conseguir devido ser muito puxado e por minha dificuldade, porque antes eu tinha sofrido um acidente e fiquei com minha coordenação motora

comprometida e a minha superação foi simplesmente a fé em Deus (NERO).

2 - O cansaço de trabalhar e estudar. A falta de tempo para estudar, superei na força de vontade (SPAM; SOFTWARE); Trabalhar e estudar, conciliar o ensino médio com a tecnologia da área da informática (DRIVE); Primeiro a distância: 27 km; depois o trabalho viajando. Foquei no meu objetivo (CHAT); Sair tarde do trabalho e não ter tempo para estudar para as provas. Superei estudando até mais tarde (LINK).

3 - Muito incentivo por parte dos professores da escola onde conclui, e de alguns colegas de trabalho. Cursos e palestras que participei: XI feira de agrociências do CABJ de Bom Jesus, XII Feira de ciências e tecnologias, reunião de direitos humanos, I Seminário de extensão da UFPI, em Teresina, onde ouvi palestra que motivou a continuidade dos estudos. Professores do CABJ me acompanharam em três dias naquela capital, onde não faltou nada, isto tudo superou os meus obstáculos, penso nisso e só penso em continuidade (MODEM).

4 - A dificuldade foi à matemática que eu nunca aprendi (HARDWARE). Dificuldade na assimilação de por passar muito tempo sem estudar (MEGABYTE).

5 - Não foi tão fácil. Foi um pouco difícil, pois eu tinha que cuidar do lar e da minha avó (MULTIMÍDIA). Filho pequeno, falta de dinheiro. Liberaram para levar o menino; a bolsa ajudou (NET).

Analisando as dificuldades dos estudantes do PROEJA/CTBJ, durante o período de formação, verifica-se nas falas (TRECHO 01 e 02) a predominância da palavra *tempo*, que aparece nos relatos de *Nero*, *Spam*, *Software*, *Drive* e *Link*, em que todos atribuíram a incompatibilidade de horários para dedicação aos estudos, ocasionados pelo trabalho.

Os participantes mostraram consciência de suas limitações, como explicita *Nero*: *o meu tempo era o mínimo possível [...], devido ser muito puxado [...]*. Para esse participante foi necessário dedicação excessiva às atividades realizadas em sala de aula, porque não havia outro momento para se apropriar dos conteúdos escolares. Além disso, houve o enfrentamento de crítica das pessoas, pois *Nero* sofreu um acidente que comprometeu sua coordenação motora, no entanto, a ausência de incentivo das pessoas não foi um obstáculo.

A palavra *cansaço* presente nos discursos de *Spam*, *Software* e *Chat* (TRECHO 02) revelam o esforço que o estudante trabalhador da EJA precisa desencadear para obter sucesso em seu estudo. *Chat* deixa subentendido em seu discurso o *cansaço* causado pela distância entre sua residência e o colégio, [...] *a distância: 27 km*; assim como o trabalho que realizava: *trabalho viajando*. Para este participante, o esforço físico e cognitivo tornou-se dobrado para superar a dificuldade, que poderia ter como consequência o atraso e a perda de aulas, indisposição e falta de acompanhamento dos conteúdos escolares, entre outros.

Diante disso, “a frequência do aluno trabalhador, jovem e adulto, é um grande desafio que se coloca para as políticas públicas de EJA. Como enfrentar o cansaço depois de um dia inteiro de trabalho?” (GADOTTI, 2014, p. 22-23). As instituições de ensino precisam estar preparadas para atender as necessidades desse público, quer sejam estruturais (sala de aula bem iluminada, confortável, etc.) quer pedagógicas (didáticas e metodologias atrativas).

A palavra *superação* está presente nos relatos de *Nero*, *Spam* e *Software*, quando dizem ter superado essas dificuldades com força de vontade. Enquanto, *Link* acrescenta detalhes de sua superação, afirmando: *superei estudando até mais tarde*. Da mesma maneira, *Modem* (TRECHO 03) ao mencionar o incentivo dos professores, da equipe pedagógica do CTBJ e a participação nos eventos científicos como razões decisivas para sua permanência e continuidade nos estudos. Isso demonstra que o estudante de EJA é um adulto comprometido, determinado e responsável pelo seu sucesso escolar, porém muitas vezes, é necessário incentivo de outras pessoas influentes.

A dificuldade relacionada ao *tempo* citado por *Megabyte* (TRECHO 04) diverge dos sujeitos anteriores, pois se refere aos anos sem frequentar a sala de aula, os quais em sua opinião acabaram dificultando o acompanhamento dos conteúdos das disciplinas do curso: *dificuldade na assimilação*.

Ainda, com relação aos conteúdos, *Hardware* (TRECHO 04) ressalta a dificuldade de aprendizagem de disciplina de matemática. Esses relatos dos alunos provocam os professores a repensar suas práticas pedagógicas, tornando-as adequadas e interessantes ao público do PROEJA, visto que “[...] a permanência do aluno na escola está relacionada à integração e ao êxito no processo ensino-aprendizagem” (MOURA, 2013, p. 303).

Outras dificuldades, mencionados pelas egressas *Multimídia* e *Net* (TRECHO 05), ambas donas de casa e mãe, dizem respeito a situações familiares. *Multimídia* aponta o cuidado com o lar e a avó. *Net*, sem ter com quem deixar o filho, encontrou apoio no colégio: *liberaram para levar o menino*. Para essas estudantes foram garantidas condições para sua permanência e conclusão do curso, um dos grandes obstáculos que se coloca ao PROEJA (LIMA FILHO, 2010).

O incentivo financeiro promovido pelo governo federal para os estudantes ressaltada por *Net*: “[...] a bolsa ajudou! Confirma que se torna cada vez mais necessário “[...] assistência ao estudante, que promovam a gratuidade de bolsa de estudo [...] ou outras modalidades de apoio que possam assegurar o acesso e a permanência” (KUENZER, 2011, p.5). Pelo exposto é notória, portanto, a necessidade de se promover uma educação integrada que contemple os interesses e as necessidades do público da EJA.

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS

Um trabalho de pesquisa não se conclui, ele é e sempre será inconcluso, visto que as discussões fomentadas em torno do objeto de estudo não se resumem em uma simples conclusão. Então, depois de pensar e repensar o percurso vivenciado e os temas suscitados para novas pesquisas, a decisão tomada foi colocar um ponto final, neste trabalho deixando indicadores para os leitores continuar a investigação das temáticas evidenciadas, ou seja, das inconclusões.

Além de buscar sintetizar o alcance dos objetivos desta investigação, de forma a contemplar a complexidade da interrelação entre a tríade: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Ensino Médio, que orientaram a investigação conferindo sentido e significado a “uma voz chamada nós”, expressão que traduz a existência das mudanças, no âmbito pessoal e profissional, ocorridas na vida dos egressos do Curso Técnico em Informática, integrado ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Vale ressaltar que a produção da dissertação foi facilitada pela leitura atenta de teóricos que fundamentaram o estudo e pelos desafios específicos da opção metodológica.

As constatações aqui formuladas têm caráter interpretativo e discursivo da realidade, vozes dos egressos, visto que partiram de reações individuais e apropriação coletiva de conhecimentos, tomando como base, inicialmente, as motivações para a escolha do Curso, percepções e sentimentos com relação à instituição escolar, seguida de quatro categorias gerais extraídas do núcleo de sentidos das vozes: *Preparo para o trabalho e ingresso no ensino superior; Elevação da autoestima e reconhecimento profissional; Desejo de crescer profissionalmente; Reconhecimento da instituição escolar*, concluindo com a discussão sobre as dificuldades enfrentadas e superadas.

Situados os contextos em que a pesquisa se realizou e estabelecidas as relações dialógicas, com as vozes e os egressos, cabe agora, clarificar os pontos que permitiram a construção desse texto dissertativo, a questão problema que norteou este estudo: “Como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos está influenciando o crescimento pessoal e profissional dos egressos?” e os objetivos geral e específicos propostos: “Analisar a influência da formação técnica de nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos para o desenvolvimento profissional e pessoal dos egressos; Identificar na voz dos egressos o grau de satisfação resultante da formação adquirida no campo pessoal e profissional; Verificar se a formação profissional técnica integrada ao ensino médio na Modalidade EJA estimulou a continuidade dos estudos e, Refletir as aspirações individuais evidenciadas por meio da formação profissional”.

Assim, aponta-se no inconcluso, alguns pontos considerados conclusivos, deixando

margens para questões provocativas levantadas com a colaboração de e por entre as vozes, com a intencionalidade de instigar o leitor a novos estudos e reflexões, no âmbito da EJA, antevendo abertura para outras aprendizagens.

Dialogando com a tríade: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Ensino Médio, teve-se a oportunidade de refletir e compreender a construção de sentidos, como constitutiva do processo de valorização da instituição escolar, de si próprio, do outro e dos outros, pelos egressos. Reflexões que permitiram a articulação com o passado, motivos que os levaram a abandonar os estudos, voltar o olhar para as consequências no tempo presente, motivações que encorajaram a volta e permanência na escola, desafiando-os a vencer os obstáculos adquirindo confiança para continuar, na constante projeção do que querem para o seu futuro e o de seus familiares.

A pesquisa deu voz aos protagonistas do estudo, revelando as necessidades sentidas e superadas, em frente à realidade de cada jovem e cada adulto, em particular, e diferentes espaços formativos, resultantes da formação adquirida no campo pessoal e profissional, percebidas no grau de satisfação expressas nos gestos, sorrisos tímidos, preocupações e vozes dissonantes dos egressos. Em meio a diversidade de experiências é patente que a formação profissional técnica integrada ao ensino médio na Modalidade EJA, estimulou os egressos à continuidade dos estudos em nível superior e encontram-se visíveis as suas aspirações individuais conquistadas por meio da formação profissional.

Sendo a escolarização de pessoas jovens e de adultas, ainda internalizada pela sociedade como um dos meios propícios para o aprimoramento das potencialidades dos indivíduos, independente de idade, sexo, atividade econômica, dentre outros aspectos, a proposta do PROEJA, integra os conhecimentos de formação geral aos de formação profissional, sem, contudo desconsiderar os conhecimentos de formação humana e cidadã, bem como as especificidades dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O Ensino Médio integrado à Educação Profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos é uma proposição do Governo Federal e uma oportunidade real para muitos cidadãos brasileiros, trabalhadores em sua maioria, que querem recuperar e continuar o processo de escolarização perdido, por situações de exclusão impostas pela sociedade hierarquizada e dividida em classes sociais. Contudo, infelizmente, ainda não foi entendida na íntegra pela sociedade brasileira, pela escola e até mesmo pelo público que dela necessita, as pessoas jovens e adultas.

Estas vozes reunidas, reconhecendo o valor da escola, como percebemos neste estudo, conscientes de que a mudança é possível desde que haja compromisso político e esforço

coletivo como aconteceu no CTBJ, poderiam e devem aclarar, essas vozes, para pressionar o poder público indiferente ao mundo, reivindicando o direito a uma educação de qualidade, garantidos na Carta Magna do país. Atendendo aos preceitos legais, a Educação de Jovens e Adultos, constituída historicamente por programas pontuais, aos poucos está se reencontrando em meio a lutas e resistências de movimentos da sociedade, chegando ao século XXI, com uma possibilidade de se efetivar como política pública.

A análise dos relatos espontâneos, recorrentes das sessões do grupo focal, de histórias de vida pessoal, do processo de escolarização, marcados por frustrações e negação do direito público e subjetivo, revestidos de um presente marcado pela inclusão na escola, conclusão da escolarização básica, conquistas pessoais e profissionais e perspectiva de continuidade, sem descartar o forte peso da emoção pessoal que envolvia o grupo, elucidam a objetivação dessa pesquisa.

Com relação à identificação do grau de satisfação resultante da formação adquirida no campo pessoal, as vozes dos egressos mostraram que as pessoas jovens e adultas, ao adentrar novamente no espaço escolar trazem experiências resultantes de suas histórias de vida e vividas, de expectativas sobre a escola, sobre o curso que pretendem fazer, sobre si mesmo e os outros, que influenciam sua motivação e autoestima.

Ter participado do Programa para os egressos foi um despertar da autovalorização que se transformaram em superação, conquistas, vitórias e alegrias. Os argumentos mostram que durante o percurso formativo foram construídos laços afetivos entre a turma e os profissionais da escola, relevantes para o comprometimento com os estudos. O apoio e o incentivo de toda a escola com destaque para a gestão administrativa e pedagógica fez a diferença na vida dos egressos do PROEJA/CTBJ.

Em termos do campo profissional ampliaram-se as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, atribuído ao desenvolvimento de competências e habilidades na área da Informática e em outras áreas afins. Dessa forma tem início o processo de consolidação do resgate da cidadania, dos valores e previsão futura como: exercer uma profissão, em que possam desenvolver habilidades e competências apreendidas na escola e na vida.

Os egressos que já se encontravam inseridos no mercado de trabalho, antes de iniciar o Curso Técnico em Informática do PROEJA, no CTBJ, buscaram aprimorar-se a fim de melhorar seu desempenho no trabalho, com vistas ao alcance de promoções no futuro. Para outros, o curso motivou a realização como profissional autônomo.

Em geral, a formação profissional técnica, integrada ao ensino médio na Modalidade EJA, estimulou a continuidade dos estudos em níveis mais elevados, visto que, um egresso

continuou a formação em outro curso técnico em área compatível com a informática, três já conseguiram ingressar no ensino superior e os demais afirmaram sentir vontade de continuar os estudos, em curso universitário.

Refletindo as aspirações individuais e coletivas dos egressos sobre a formação profissional, percebe-se que após a participação no PROEJA, eles ganharam confiança para galgar novos degraus, visto que, reacenderam-se os anseios por conquistar uma melhor posição no trabalho, reconhecendo que se encontram preparados para a concorrência do mercado, além de demonstrarem terem mudado na forma de lidar com as próprias experiências profissionais, revitalizando sonhos e desejos que se encontravam adormecidas pelo tempo.

Nessas posturas assumidas, vislumbra-se o resgate da escola como espaço propício para aquisição e aprimoramento dos conhecimentos e socialização de experiências, fortalecendo as relações sociais bastante valorizadas pelos egressos. Então, os significados atribuídos à escola refletem quanto esta colaborou para o crescimento pessoal e profissional de todos os envolvidos no processo educativo, visto que, foram contemplados com um ensino público, em uma instituição reconhecida pela qualidade do ensino.

Assim, as conclusões inconclusas, deste estudo, mostram que o valor do estudo e do trabalho tornou-se importante, igualmente para os egressos à medida que atendeu suas expectativas e contribuiu, sobremaneira para o seu projeto particular de vida. Ficou nítido, que o investimento de tempo, as dificuldades, as tensões entre trabalho e estudo superadas pela conciliação de horários foram recompensados pela aprendizagem significativa possibilitada pelo curso e as relações afetivas construídas no percurso da formação.

Em face ao que foi discutido, até então, reforça-se uma lógica de racionalidade que não pode mais calar: a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos é uma realidade que precisa ser ampliada e fortalecida como política pública, discutida na Academia para fortalecer as pesquisas.

Sob uma nuvem de flexibilidade e abertura, sugere-se:

1. Avaliação da implantação do PROEJA visando ao levantamento de indicadores e dificuldades de implementação;
2. Construção coletiva de uma proposta de currículo que atenda às necessidades da contemporaneidade;
3. Promoção de eventos com a participação de egressos;
4. Incentivo às pesquisas no âmbito da tríade: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Ensino Médio;

5. Expansão do PROEJA, na rede federal de ensino e formação continuada dos profissionais atuantes.

Para não finalizar, coloca-se o ponto final, nesse estudo inconcluso, “Uma voz chamada nós: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Ensino Médio”, ousando afirmar que os objetivos foram atingidos na medida em que a questão problema foi respondida. Entende-se que as expectativas, apesar da complexidade, foram atendidas, superadas pelas motivações reconhecidas pelos egressos, pelo trabalho coletivo dos profissionais do CTBJ, revelando que estes foram os *autofalantes* que reergueram as vozes que não podem se calar, pois são composições importantes na sinfonia da vida.

Assim, reafirma-se que as pessoas jovens e adultas, público potencial da EJA, são sujeitos concretos em formação, e ao retornar à escola trazem junto, sonhos e desejos, e se a condição for favorável enfrentam os obstáculos com determinação e conseguem vencer as adversidades. As vozes que ressoam e se inter cruzam, no e após o processo formativo são ecos que provocam a sociedade, por meio de seus representantes, a repensar as políticas de educação voltadas para a EJA, no atendimento às necessidades de quem a frequenta, promovendo condições propícias ao acesso à escolarização básica de todas as pessoas, independente da idade, de forma justa e democrática.

Em suma, a formação no PROEJA ampliou as possibilidades de acesso desses jovens e adultos ao mundo do trabalho, com competitividade, resultante de uma formação humana e integral, contribuindo para a superação da situação de exclusão e para elevação da autoestima.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. de Castro; GOMES, Nilma Lino (Orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 19-50.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **LDBEN**, nº 9.394. Brasília: MEC, 1996.

_____. CONFINTEA VI. **Marco de Ação de Belém**. Brasília: UNESCO, 2010.

_____. CONFINTEA V. **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. Brasília: SESI, UNESCO, 1999.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, **CNE/CEB nº 16/1999**. Disponível em <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em 25 out. 2012.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (**PROEJA**). Documento Base, Brasília (DF): MEC, 2007.

_____. Senado Federal. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

_____. **Lei nº 11.892**, 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 25 out.2012.

_____. **Lei 11.741**, 16 de julho de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm>. Acesso em: 25 out.2012.

_____. **Lei nº 7.044**, 18 de outubro de 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm>. Acesso em: 25 out.2012.

_____. **Lei nº 12.513**, 26 de outubro de 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm>. Acesso em: 01 mar.2013.

_____. Presidente da República Lei 5.692/71. In: **Legislação do ensino Supletivo**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978. p. 23-34.

_____. Resolução 8/71 do Conselho Federal de Educação. In: VIANA, Agnelo Correia. **Ensino de 2º grau habilitação profissional**. Brasília: MEC, 1979. p. 52-56.

_____. Resolução nº 2, de 27 de janeiro de 1972. In: VIANA, Agnelo Correia. **Ensino de 2º grau habilitação profissional**. Brasília: MEC, 1979. p. 56-59.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho 1998**. Institui as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012.** Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

_____. Parecer 699/72. Doutrina e filosofia do ensino supletivo. In: **Legislação do ensino Supletivo.** Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978. p. 37-71.

_____. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.**

_____. Parecer CNE/CEB nº 11/2008. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.** Brasília: MEC, 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.**

_____. **Legislação do ensino Supletivo.** Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

_____. **Decreto 2.208,** 17 de abril de 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 05 maio. 2012.

_____. **Decreto 5.154,** 23 de julho de 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 05 maio. 2012.

_____. **Decreto 5.478,** 24 de junho de 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>. Acesso em: 05 maio. 2012.

_____. **Decreto 5.840,** 13 de junho de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm>. Acesso em: 05 maio. 2012.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. In: FÁVERO, Osmar *et al.* **Juventude e contemporaneidade.** Brasília: Coleção Educação para Todos, 2007. p. 93-124.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Edições 70: Brasil, 2009.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais.** Porto Alegre: Artmed, 2009. Trad. Marcelo Figueiredo Duarte. Coleção Pesquisa Qualitativa.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** São Paulo: Editora Unicamp, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura compreensível, artigo por artigo**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O nó do Ensino médio**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 83-106.

_____. Educação Básica e Educação Profissional – Descompassos e sintonia necessária. In: OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antonio Henrique; FERREIRA, M. José Resende. **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Brasília: Liber Livro, 2012. p.67-99.

COSTA, Rita de Cássia Dias; SYDOW, Bernhard; SANTOS, Simone Valdete dos. Currículo Integrado no PROEJA: Caminhos inéditos para a Educação de Jovens e Adultos!? In: GODINHO, Ana C. Ferreira *et al.* **Currículo e saberes do trabalho na educação profissional: estudos sobre o PROEJA**. Pelotas: UFPEL, 2012, p.77-96.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio C. R. **Política Educacional no Brasil: A profissionalização no Ensino Médio**. São Paulo: Eldorado, 1977.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. Educação do aluno-trabalhador: uma abordagem alternativa. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 15, jun. 1992, p. 21-29.

DAMASCENO, M. Nobre *et al.* **O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa**. Fortaleza: Ed. UFC, 2005.

DELPHINO, Fátima Beatriz de B. **A educação profissional: Contraponto entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo**. São Paulo: Ícone, 2010.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da Pesquisa Qualitativa. In: POUPART, Jean *et al.* **A Pesquisa Qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 127-153.

FREIRE, Paulo *et al.* **Educação: o sonho possível**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FERRARI, Shirley Costa. A voz do aluno na Educação de Jovens e Adultos: mudanças pessoais e suas razões. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). **Afetividade, Aprendizagem e Educação de Jovens e Adultos: relatos de pesquisa na perspectiva de Henri Wallon**. São Paulo: Loyola, 2012. p. 137-154.

FRANÇA, Robson Luiz de; BARBOSA, Magno Luiz. Educação e qualificação profissional a partir da reestruturação do mundo do trabalho. In: FRANÇA, Robson Luiz de. **Inovação pedagógica na educação brasileira: desafios e modernização na práxis educativa** (Org.). Jundiaí: Paco Editorial: 2011. p.07-26.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Revista Educação Sociedade. Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007, p. 1129-1149.

_____. A relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Edição Especial, p. 1129-1152.

_____; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da (Orgs.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. p. 57-83.

GADOTTI, Moacir. **Por uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos**. São Paulo: Moderna, 2014.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GRACIA, Tomás Libáñez. O giro linguístico. In: IÑGUEZ, Lupicínio (coord.). **Manual de análise de discurso em ciências sociais**. São Paulo: Vozes, 2004.

HADDAD, Sérgio. **Ensino supletivo no Brasil o estado da arte**. Brasília: INEP, 1987.

IÑGUEZ, Lupicínio (coord.). **Manual de análise de discurso em ciências sociais**. São Paulo: Vozes, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (Org.) **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Ensino Médio: formação para a cidadania ou submissão ao mercado de trabalho. **Revista APASE Suplemento Pedagógico**, São Paulo, ano XII, n. 27, p.1-5, 27 abr. 2011.

KLINSKI, Cláudia dos Santos. Os alunos trabalhadores do PROEJA: acesso e permanência. In: MARASCHIN, Mariglei Severo *et al.* **Formação docente, acesso e permanência na educação profissional: estudos sobre o PROEJA**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2012, p.197-300.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mundo do trabalho: elementos para discussão da reconfiguração do currículo e formação de educadores. In: MACHADO, Maria Margarida (Org). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: SECAD/MEC, 2008, p. 119-130.

_____. Direito à Educação e produção do conhecimento no PROEJA. In: GODINHO, Ana Cláudia Ferreira *et al.* **Currículo e saberes do trabalho na educação profissional: estudos sobre o PROEJA**. Pelotas: UFPEL, 2012. p.07-16

MACEDO, Eunice. **Cidadania em confronto**: educação de jovens elites em tempo de globalização. Porto, Portugal: LEGIS, 2009.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnia no ensino de segundo grau. In: GARCIA, Walter; CUNHA, Célio da. (coord.). **Politecnia no Ensino Médio**. São Paulo: Cortez, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: São Paulo: Pontes, 1997.

MANFREDI, Silvia M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, L.R. A teoria do discurso e o estudo da democracia na gestão da escola pública. In: FARIAS, M. da Salete Barboza de; WEBER, Sike (Org.). **Pesquisas qualitativas nas ciências sociais e na educação**: Propostas de análise do discurso. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

MINAYO, M. Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 31 ed. São Paulo: Vozes, 2012.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional: práticas curriculares e pedagógicas. In: MENDES SOBRINHO, José A. de Carvalho; LIMA, Maria da Glória S. Barbosa (Orgs.). **Formação, Prática Pedagógica e Pesquisa em Educação**: retratos e relatos. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 233-254.

_____. Educação Profissional Integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional: desafios, dilemas, perspectivas na voz do aluno. In: FRANÇA-CARVALHO, Antonia Dalva; SANTOS, Mário G. dos; CASTRO, Mônica M. M. R. Nunes de (Orgs.). **Conversas Pedagógicas: Textos e Contextos da docência**. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 291-305.

MOURA, Dante Henrique. EJA: formação técnica integrada ao Ensino Médio. **Salto para o futuro**. Boletim 16, set 2006, p. 03-23.

_____. Políticas públicas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos anos 1990 e 2000: limites e possibilidades. In: RAMON, Oliveira de. **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional**: políticas e públicas em debate. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PROEJA. **Matriz Curricular**: Colégio Técnico de Bom Jesus, 2008.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED, 2008. p. 61-76.

_____. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p.42-57.

_____. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012, p.107-128.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**: (1930/1973). 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SALES, Celecina de M. Veras. Pesquisa qualitativa: Cartografando novos percursos na produção de conhecimento. In: DAMASCENO, M. Nobre *et al.* In: **O caminho se faz ao caminhar**: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Ed. UFC, 2005.

SANTOS, Simone Valdete dos. O PROEJA e o desafio das heterogeneidades. **Salto para o futuro**. Boletim 16, set 2006, p. 54-60.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, M. Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VIANNA, Agnelo Correia. **Ensino de 2º grau habilitação profissional**. Brasília: MEC, 1979.

APÊNDICE A - Grupo focal

GRUPO FOCAL - ROTEIRO

1. Considerando que já existia na escola o Curso Técnico em Informática, por que fez opção pelo o curso técnico de informática do PROEJA?
2. Comente o grau de satisfação pessoal que a formação Técnica em Informática possibilitou para sua vida.
 - a) Descreva o que essa conquista representou para sua pessoa;
 - b) O que representou para sua família;
 - c) O que representou para os seus amigos.
3. Comente as oportunidades que a formação Técnica em Informática possibilitou para a melhoria da sua vida profissional.
 - a) Foi promovido no trabalho.
 - b) Mudou de emprego para outro que lhe traz satisfação tanto pessoal como profissional;
 - c) Conseguiu emprego na área de formação técnica em informática;
 - d) montou um negócio próprio
4. Os conhecimentos adquiridos na formação técnica lhe deram segurança para continuar a estudar. Fale sobre isso.
5. O que a escola, o Colégio Técnico de Bom Jesus e a UFPI, representam para sua vida.
6. E os profissionais que trabalham no Colégio, o que cada um contribuiu para essa conquista (Diretora, Professores, pessoal da secretaria, motorista, vigia, zelador...).

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO “Prof. Mariano da Silva Neto”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – ININGA
 TELEFONES: (86) 3215-5820/337-1214 – FAX: (86) 3237-1277
 64.049-550 – TERESINA – PIAUÍ e.mail: ppged@ufpi.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: UMA VOZ CHAMADA “NÓS”: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO MÉDIO.

Pesquisador responsável: Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Carvalho Moura

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí/ Programa de Pós-Graduação em Educação

Telefone para contato: (86) 3237-1214

Pesquisadora participante: LÉIA SOARES DA SILVA

Telefone para contato: (86) 8812-3852

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que é apresentado em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma.

Este trabalho de pesquisa está vinculado ao Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI cujo tema a ser desenvolvido é: Uma voz chamada “nós”: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Ensino Médio, cujo objetivo é analisar a influência da formação técnica de nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos para o desenvolvimento profissional e pessoal dos egressos.

A metodologia aplicada no estudo seguirá a perspectiva da pesquisa qualitativa, de natureza descritiva com utilização de questionário e o grupo focal para a coleta dos dados.

Para análise dos dados será utilizada a técnica de análise de discurso e, a discussão dos dados será feita com base na literatura que fundamenta nossa pesquisa, a partir do diálogo com os teóricos que tratam da referida temática.

O processo de construção dos dados será realizado no período referente a janeiro e fevereiro de 2014, após a aprovação pelo comitê de ética e, nos comprometemos a respeitar todos os princípios éticos da pesquisa, reservando todos os direitos da equipe e da instituição, garantindo aos participantes a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento.

É importante ressaltar que a presente pesquisa não trará riscos, prejuízo, desconforto, lesões, formas de indenização, nem ressarcimento de despesas. Estão garantidas todas as informações que você queira, antes, durante e depois do estudo. Será resguardada sua

identidade, pois usaremos para cada sujeito citado no trabalho um pseudônimo, escolhido pelo grupo e pela pesquisadora.

A sua participação é voluntária. Você tem a liberdade de recusar participar do estudo ou, se aceitar participar, retirar seu consentimento a qualquer momento.

Não há benefícios diretos para o participante. Somente no final do estudo poderemos concluir a presença de algum benefício, em termos de divulgação do conhecimento, quando os resultados forem publicados.

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, _____, RG nº _____ li o texto acima e compreendi a natureza, objetivo e benefícios do estudo do qual fui convidado a participar. Entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão. Concordo voluntariamente em participar deste estudo. Assinatura do interlocutor da pesquisa: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas (não ligadas à pesquisadora):

Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Bom Jesus, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do pesquisador responsável

Observações complementares

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:

Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga

Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina - PI

tel.: (86) 3215-5734 - email: cep.ufpi@ufpi.br web: www.ufpi.br/cep

APÊNDICE C – Termo de Solicitação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CARTA A DIREÇÃO DO COLÉGIO TÉCNICO DE BOM JESUS

Teresina (PI), 10 de dezembro de 2013

Senhora Diretora,

Léia Soares da Silva, estudante do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí está desenvolvendo uma pesquisa intitulada: **Uma voz chamada “nós”: educação de jovens e adultos, educação profissional e ensino médio**, com o objetivo de Analisar a influência da formação técnica de nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos para o desenvolvimento profissional e pessoal dos egressos, visando a identificação e compreensão do grau de satisfação resultante da formação adquirida no campo pessoal e profissional.

A realização dessa pesquisa é condição indispensável para a elaboração do Dissertação do Mestrado sendo esse requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Dessa forma, solicitamos a vossa colaboração no sentido de disponibilizar a documentação dos alunos, com matrícula efetivada na primeira turma do Curso técnico em Informática do PROEJA, assumindo o compromisso de guardar sigilo das informações e preservar o anonimato dos participantes.

Atenciosamente,


Profa. Dra. Maria da Glória Carvalho Moura
Orientadora


Léia Soares da Silva
Mestranda

APÊNDICE D – Questionário

QUESTIONÁRIO

Caros (as),

Sou aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Estou fazendo uma pesquisa intitulada: **UMA VOZ CHAMADA “NÓS”: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO MÉDIO**, junto aos alunos egressos da primeira turma do Curso Técnico em Informática, integrado ao Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos do Colégio Técnico “Professora Cinobelina Elvas” de Bom Jesus, refletindo sobre a influência da formação técnica constituída por essa tríade (**Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Ensino Médio**) na sua vida pessoal e profissional. Contamos com sua valiosa colaboração para responder a este questionário lembrando que sua contribuição é fundamental para a concretização dessa pesquisa.

Obrigada!

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____ Pseudônimo _____

1.2 Endereço: _____

1.3 Sexo: () Masculino () Feminino

1.4 Idade: () 18 a 25 anos () 25 a 30 anos

() 30 a 35 anos () 35 a 40 anos

() 40 a 45 anos () 45 a 50 anos

() 50 a 60 anos () Mais de 60 anos

1.5 Estado civil:

() Solteiro (a) () Casado (a)

() Viúvo (a) () Separado (a)

() Outros

1.6 Lugar onde nasceu: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Há quanto tempo mora em Bom Jesus: _____

2. ORIGEM

2.1 Profissão do PAI: _____

2.2 Profissão da MÃE: _____

2.3 Escolaridade do PAI:

2.3.1 Não sabe ler e escrever ()

2.3.2 Ensino Fundamental: () Completo; () Incompleto.

2.3.3 Ensino Médio: () Completo; () Incompleto.

2.3.4 Curso Superior: () Completo; () Incompleto.

2.4 Escolaridade da MÃE:

2.4.1 Não sabe ler e escrever ()

2.4.2 Ensino Fundamental: () Completo; () Incompleto.

2.4.3 Ensino Médio: () Completo; () Incompleto.

2.4.4 Curso Superior: () Completo; () Incompleto.

3. SITUAÇÃO PESSOAL

3.1 Sua profissão: _____

3.2 Trabalha atualmente: () Sim () Não

3.3 Atividade que realiza: _____

3.4 Qual o seu salário médio mensal? _____

3.5 Com quem você mora:

() Pais

3.5.2 () Esposo (a) e filhos

() Filhos

3.5.4 () Sozinho (a)

() Com amigos

3.5.6 () Outros

3.4 De que você vive

() Do próprio salário

() Do próprio salário e da ajuda dos pais

() Do próprio salário e da ajuda do esposo (a)

() Da ajuda dos pais

3.5 A casa onde você mora

() Própria

() Dos Pais

() Alugada

4 ESCOLARIDADE

4.1 Em algum momento de sua vida parou de estudar? (SIM () NÃO ()). Se a resposta for afirmativa escreva qual série ou ano _____

4.2 Qual a última série que você fez no curso regular diurno? _____ E no noturno? _____

4.3 Repetiu alguma série no curso regular diurno? () SIM () NÃO. Qual? _____ Por quê? _____

E no curso noturno SIM () NÃO (). Qual _____

Por quê? _____

4.4 Quantos anos ficou sem estudar? _____ Por quê? _____

4.5 O que o motivou a voltar a estudar? _____

4.6 Porque procurou esta escola? _____

4.7 Porque escolheu o Curso Técnico em Informática do PROEJA? _____

4.8 Escreva pelo menos duas dificuldades enfrentadas para concluir o curso e como superou essas dificuldades? _____

5 O que vem a tua cabeça quanto te falam em:

5.1 Educação de Jovens e Adultos: _____

5.2 Educação Profissional: _____

5.3 Ensino Médio: _____

Obrigada!

ANEXO

ANEXO A – Resolução N° 003/13/CONSELHO UNIVERSITÁRIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil, CEP 64048-550
Telefones: (86) 3215-5511/3215-5513/215-5516; Fax (86) 3237-1812/3237-1216;
Internet: www.ufpi.br



Resolução N° 003/13

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

**Altera nome das Escolas Técnicas Vinculadas à
Universidade Federal do Piauí (UFPI).**

O Reitor da Universidade Federal do Piauí e Presidente do Conselho Universitário, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 21/01/2013 e, considerando:

- a Lei N° 11.892, de 29/12/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências,
- a criação de novos cursos técnicos nas Escolas Vinculadas às Universidades,
- o Processo N° 23111.018436/12-83,

RESOLVE:

Alterar o nome das Escolas Técnicas Vinculadas a esta Universidade, na forma da Lei N° 11.892, de 29/12/2008, de Colégio Agrícola de Teresina (CAT), Colégio Agrícola de Floriano (CAF) e Colégio Agrícola de Bom Jesus (CABJ) para, respectivamente, Colégio Técnico de Teresina (CTT), Colégio Técnico de Floriano (CTF) e Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ).

Teresina, 23 de janeiro de 2013


José Arimatéia Dantas Lopes
Reitor